



Resolução nº 539/CONSEA, de 28 de agosto de 2018.

Aprova reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, a matriz de adequação e seus regimentos de Atividades Complementares e do Estágio Supervisionado – Campus de Ji-Paraná

O Presidente do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.003929/2017-25 – Volumes I, II e III;
- Parecer 2288/CGR, do relator conselheiro Alisson Dioni Gomes;
- Regimento Interno do CONSEA, art. 2º, IX;

RESOLVE: *ad referendum* do Plenário

Art. 1º Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Campus de Ji-Paraná, constante do mencionado processo às fls. 355 a 399 (Volume II) e 402 a 480 (Volume III) e anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

- **Denominação do curso:** Licenciatura em Pedagogia;
- **Grau acadêmico conferido:** Licenciado(a) em Pedagogia;
- **Turno de Funcionamento:** Vespertino;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Número de vagas:** 50;
- **Regime de matrícula:** uma turma de ingressantes por ano, no primeiro semestre com matrícula semestral
- **Duração:** mínima de 4,5 anos; máxima de 6,5 anos. Para alunos com deficiência, tempo máxima de integralização de 09 anos;
- **Carga horária para integralização do curso:** 3.740 horas;

- **Endereço:** Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus de Ji-Paraná, Rua Rio Amazonas, 351 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná.

Art. 2º Aprovar a Matriz Curricular de Adaptação – Ingressantes de 2018 constante às fls. 507 a 508 do citado processos e anexa a esta resolução.

Art. 3º Aprovar o Regimento das Atividades Complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ji-Paraná às fls. 481 a 491 do referido processo e anexo a esta resolução.

Art. 4º Aprovar O Regimento do Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ji-Paraná, constante às fls. de 500 a 506 do mencionado processo e anexo a esta resolução.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott
Presidente

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Certifico que <u>ESTA RESOLUÇÃO</u> <u>539/CONSEA</u> foi <u>HOMOLOGADA</u> na <u>96ª</u> sessão do <u>CONSEA</u> de <u>17 / 10 / 2018</u>
Secretaria dos Conselhos Superiores – SECONS
Servidor: <u>Juraci Magalhães Rodrigues</u>

**PROJETO PEDAGÓGICO DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

REITORIA

Reitor: Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott

Vice-Reitor: Prof. Dr. Marcelo Vergotti

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE JI-PARANÁ

Diretor: Prof. Dr. João Gilberto de Souza Ribeiro

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Batista Diniz

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - DCHS

Chefe: Profa. Dra. Naiara dos Santos Nienow

Vice-Chefe: Profa. Dra. Patrícia Soares de Maria de Medeiros

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Coordenador: Prof. Dr. Gustavo Piovezan

Prof. Dr. Alberto Dias Valadão

Profa. Esp. Irmgard Margarida Theobald

Profa. Dra. Isaura Isabel Conte

Profa. Dra. Naiara dos Santos Nienow

Profa. Ma. Neidimar Vieira Lopes Gonzales

Docentes Colaboradores na escrita deste PPC:

Alberto Dias Valadão
Edneia Maria Azevedo Machado
Gustavo Piovezan
Gleudson Paulo Rodrigues Alves
Irmgard Margarida Theobald
Isaura Isabel Conte
Neidimar Vieira Lopes Gonzales
Naiara dos Santos Nienow
Paulo Sérgio Dutra
Patrícia Soares de Maria de Medeiros
Rosiane Ribas de Souza Eler
Reginaldo de Oliveira Nunes

Técnicos colaboradores:

Alessandra Carvalho de Souza Melo Dias
Marconi Henrique Xavier da Costa
William Silva Salles

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Licenciatura em Pedagogia

Modalidade: Presencial

Nível: Graduação

Habilitação: Graduado em Pedagogia - Licenciatura

ENDEREÇO DA SEDE

Campus de Ji-Paraná: Rua Rio Amazonas, 351 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO

Telefones: (69) 3421.7920 (69) 3421.3595

Site da UNIR: <http://www.unir.br>

E-mail do curso: dchsjp@unir.br

Site do curso: <http://www.dchs.jp.unir.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CAMPUS	14
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	17
2.1 DOS OBJETIVOS DO CURSO:	17
2.2 CONCEPÇÃO TEÓRICA DO CURSO:	18
2.3 JUSTIFICATIVA	26
2.4 LEGISLAÇÃO.....	27
2.5 PERFIL DO EGRESSO:	30
2.6 PERFIL DO CURSO:	30
2.6.1 Contextualização e funcionamento do curso:	30
2.7 DA ESTRUTURA CURRICULAR	33
Núcleo I - Formação Geral.....	35
Núcleo II - Aprofundamento e Diversificação de Estudos:	36
Núcleo III - Estudos Integradores	36
a) Sobre libras e relações étnico-raciais	46
b) Ações e convênios com redes públicas e instituições privadas	46
c) Ementário – disciplinas obrigatórias.....	46
d) Alterações da matriz curricular, caso haja	99
e) Requisitos para integralização de currículo	99
f) Avaliação do curso pelo Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE)	100
g) Atividades Complementares	100
h) Trabalho de Conclusão de Curso	100
i) Estágios supervisionados	101
j) Descrição sobre a articulação entre a teoria e a prática, entre ensino pesquisa e extensão	102
2.8 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO	104
Das atividades de extensão e das ações EaD.....	106
a) Da Extensão	106
b) Do EaD	107
2.9 AVALIAÇÃO E METODOLOGIAS DE ENSINO.....	108

2.9.1 Avaliação institucional.....	108
2.9.2 Avaliação do processo de ensino aprendizagem.....	108
3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO.....	111
3.1 GESTÃO.....	111
3.2 RECURSOS HUMANOS.....	112
3.2.2 Técnicos Administrativos.....	117
4. INFRAESTRUTURA.....	118
4.1 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CURSO.....	118
4.2 SUPORTE ADMINISTRATIVO DO CAMPUS.....	118
4.3 EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS.....	118
4.4 BIBLIOTECA.....	123
4.5 INFRAESTRUTURA BÁSICA UTILIZADA NO ENSINO.....	123
4.6 ACESSIBILIDADE.....	123
5 REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE A.....	130
REGIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....	130
APÊNDICE B.....	134
REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....	134
TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DO TCC.....	141
RELATÓRIO DE REGISTRO DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL DO TCC.....	142
TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CO-ORIENTAÇÃO DE TCC.....	143
TERMO DE AGENDAMENTO DE DEFESA DE PROJETO DE TCC E DO TCC ..	144
FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DO PROJETO DE TCC.....	145
FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DO TCC.....	146
DECLARAÇÃO DE AUTORIA E TERMO DE AUTORIZAÇÃO PÚBLICO DIGITAL.....	147
APÊNDICE C.....	149
REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	149
REGIMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	151
APÊNDICE D.....	155
MATRIZ CURRICULAR DE ADAPTAÇÃO – INGRESSANTES 2018.....	155

APRESENTAÇÃO

O curso de Pedagogia da UNIR, localizado no campus de Ji-Paraná, comemorará trinta anos de existência no ano de 2019. São três décadas de intervenção direta na sociedade, licenciando mulheres e homens que estão presentes no Brasil, sua maioria nas escolas, mas, não unicamente ali. Nossos profissionais atuam, também, em instituições e outros espaços não escolares, sejam eles nos setores público ou privado. Em suma, até o presente momento, foram quase trinta anos contribuindo para consolidar a proposta educativa da União para a população brasileira.

Contudo, antes de comemorar o aniversário fazia-se necessário refletir o processo formativo dos acadêmicos. Ora, quem geralmente apresenta a proposta de curso é um conjunto de professores. Em nosso caso, hoje, Abril de 2018, o conjunto de docentes no Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS), é composto por profissionais de diferentes áreas, entre elas a pedagogia, a biologia, a filosofia e as letras. Essa diversidade, do ponto de vista filosófico, reflete as diferentes escolas de pensamento das quais vieram nossos profissionais. Tal fato tem como consequência a impressão de uma **identidade** ao curso, apresentada aqui, para você, leitor.

Essa nova identidade é um experimento ousado, traz transformações profundas e, ao mesmo tempo, necessárias. Assim sendo, o texto que se segue apresenta três mudanças estruturais, as quais configuram uma mudança na natureza do curso de Pedagogia, UNIR/Ji-Paraná. A **primeira** mudança foi na matriz curricular, com dois tipos de componentes, os fixos e os não fixos. Agora, no curso de Pedagogia do DCHS, a acadêmica e o acadêmico podem escolher parte de matriz em componentes curriculares optativos que serão ofertados periodicamente. A **segunda** mudança deu-se no âmbito da prática docente, agora o egresso contará com a prática de quatro modalidades distintas de estágio obrigatório. Por fim, a **terceira** mudança aconteceu no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que, com a nova proposta de curso, pode ser elaborado em formato de artigo científico ou de produto educacional, além do formato tradicional de monografia. Gostaríamos de ressaltar que as modificações implementadas tem a finalidade de contribuir para a excelência na formação do egresso e, conseqüentemente, para a excelência de sua atuação no mercado de trabalho.

Para finalizar, desejamos aos que tem intenção de ingressar na licenciatura em Pedagogia, UNIR/Ji-Paraná, bons anos de estudos. São trinta anos de compromisso com a sociedade brasileira e, portanto, com você. Seja bem-vinda e/ou bem-vindo.

Ji-Paraná, 03 de Abril de 2018.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Fundação Universidade Federal de Rondônia, está presente no Estado de Rondônia em 8 *Campi*, localizados nos seguintes municípios: Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. A esse respeito, Borges (2011) destacou que UNIR foi criada em agosto de 1980, com a denominação de Centro de Ensino Superior de Rondônia (CESUR), e na ocasião oferecia apenas três cursos: Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis. Conforme este autor, em julho de 1982, através da Lei Federal 7.011, foi criada a Fundação Universidade Federal de Rondônia, sendo implantados os cursos de licenciatura em: Educação Física, Pedagogia, Ciências com habilitação em Matemática, História, Geografia e Letras. (p. 46), ainda sobre esse assunto, o Parecer 660/93, destacou que o Estatuto em vigor desta IES havia sido aprovado pela Portaria Ministerial n. 324, de 18 de maio de 1989¹. Albuquerque (2014) contribuiu também com a construção dos aspectos históricos referentes a criação da Unir, observando que o primeiro vestibular ocorreu em 1983, oferecendo 370 vagas distribuídas em 8 cursos. (p. 67)

Segundo Borges (2011) em seguida, iniciou-se o processo de expansão para o interior do Estado, a partir de março do ano de 1988, como forma de atender a demanda de estruturação e expansão no estado de Rondônia. Para este autor, essas iniciativas se caracterizaram naquele momento mais como uma estratégia político-eleitoreira do que uma estratégia de crescimento da universidade, situação que de acordo com o autor, se tornou alvo de fortes críticas, pois, mesmo sendo justificável tal expansão, não havia, de fato, a estrutura necessária para o funcionamento dos cursos. Borges afirmou também, que tais cursos foram instalados em cinco municípios, estrategicamente escolhidos por regiões de influência geográfica e econômica do Estado, em parceria com as Prefeituras Municipais. Os *campi* conforme o autor, foram implantados na mais completa incerteza. (2011, p. 46).

Em dados gerais, atualmente, a Universidade Federal de Rondônia apresenta o seguinte quantitativo:

- 8 campi,

¹ Conforme o PARECER Nº 660/93. SENESu/MEC. Aprovado em 09 de novembro de 1993. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd001202.pdf>. Acesso em 23 de março de 2018.

-
- 62 cursos de graduação, 16 mestrados e 3² doutorados.
 - 8.485 alunos,
 - 734 professores
 - 497 técnicos

Nesse sentido, o Campus de Ji-Paraná está representado quantitativamente da seguinte forma:

- 7 cursos,
- 67 professores
- 875 alunos
- 23 técnicos

Em relação a infraestrutura do campus Unir/JP, possui 23 salas de aula, 14 laboratórios e uma biblioteca com aproximadamente 8.248 livros. O DCHS apresenta uma composição de:

- 12 Professores
- 183 Alunos
- Não possui prédio próprio
- 02 laboratórios
- 01 brinquedoteca,

Quanto ao perfil étnico racial, os alunos matriculados nesta IES conforme o Catálogo Unir 2015, assim declararam-se: 24,1% brancos; 55% pardos; 10,1% pretos; 0,75 amarelos; 3% indígenas e 6,7 % não declaram pertencer a nenhuma destas categorias. Do contingente de 2.526 inscritos 85,8% declararam ser oriundos de escolas públicas, e 13,8% oriundos da rede privada. (p. 63)

Código da Mantenedora: 15587
CNPJ: 04.418.943/0001-90
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
Base legal da IES (Ato de Criação) Lei nº 7011, de 08/07/82.
Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal
Endereço: Avenida Presidente Dutra, nº 2965, Centro.
CEP: 76801-974
Município: Porto Velho UF: RO
Telefone: 69 2182-2020
E-mail: reitoria@unir.br

² Disponível em: <https://www.unir.br/?pag=submenu&id=326&titulo=Doutorado>. Acesso em 26 de mar. de 2018.

Dado a gênese concernente à criação da Universidade Federal de Rondônia, passa-se agora a caminhar em direção aos aspectos historiográficos que contribuem para o entendimento de como surgiu o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura no Campus da Unir na cidade de Ji-Paraná. Nesse sentido, no Catálogo de Dados do ano de 2014 (p. 55) no quadro denominado de: “Demonstrativo por Curso com Graduação, condição legal e regime de matrícula”, evidencia-se que o Curso de Pedagogia de Ji-Paraná foi autorizado através da Resolução “CD³, 045 de 14 de novembro de 1988, e reconhecido pelo Decreto/Portaria – MEC/1784 de 15 de dezembro de 1993”.

A esse respeito, Albuquerque (2014) destacou que a chegada do Curso de Pedagogia em Ji-Paraná ocorreu no início de 1989⁴, juntando-se ao curso de Ciências, passando o *Campus* a ter dois cursos. Para o autor, apesar das especificidades, estes, por força regimental, funcionaram sob uma coordenação exercida por um único docente, bem como em um único Departamento. (p. 141) O CONSUN, segundo Albuquerque, por meio da Resolução nº 60 de 12 de novembro de 1991 oficializou a estrutura organizacional dos *Campi*, confirmando para Ji-Paraná um Diretor de Campus, um Coordenador de Cursos e um Chefe de Departamento. (p. 142)

Outras contribuições para compreender o processo embrionário do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Unir Campus de Ji-Paraná, pode ser encontrado no Parecer 660/93 do SENESu/MEC, datado de 09 de novembro de 1993. A este respeito, naquele momento, o Conselheiro Relator Layrton Borges de Miranda Vieira construiu argumentos que sustentaram o voto de aprovação do Reconhecimento de 8 Cursos que funcionavam fora da “sede” da Universidade Federal de Rondônia. Tais argumentos foram abstraídos dos registros fornecidos por uma Comissão denominada de Comissão Verificadora instituída para visitas nos Campi. Conforme o Conselheiro Relator para a região de Ji-Paraná foi enviada a Comissão Verificadora de nº 124/91 SENESu/MEC, que tinha como integrantes as professoras Enilde L. de J. Fauhstich e Daisy Costa Leiningner pertencentes ao quadro da UNB – Universidade de Brasília.

³ Conforme informação significa “CD” Conselho Deliberativo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15785-res014-fnde-09062014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em 26 de mar. de 2018.

⁴. Disponível em: https://www.unir.br/noticias_arquivos/16107_catalogo_de_dados_unir_2014.pdf. Acesso em 24 de mar. de 2018.

Para o Conselheiro Relator, os documentos anexados ao parecer da Comissão Verificadora, assinalavam que o Curso de Licenciatura em Pedagogia, habilitação Supervisão Escolar da Unir/Campus de Ji-Paraná, havia sido autorizado “a funcionar pelo Parecer-CFE nº 16/89, retificado pelo Parecer nº 25/91, com 3(três) entradas”. (p. 03).

Sobre o funcionamento do mesmo, o Conselheiro evidenciou que o currículo para o curso de Pedagogia, constava “dos autos” de 3 versões; a primeira, para os alunos que haviam ingressado em 1989; composto de 28 disciplinas com 191 créditos, uma carga horária de 2.910 h/a e duração de 7 semestres, a segunda para aqueles e aquelas que haviam ingressado em 1990. Para estes de acordo com os dados, a grade era composta de 05 períodos, com 180 créditos e 2.700 horas. Quanto a terceira grade curricular esta conforme assinalado, era adaptada para o curso noturno. (p. 05)

No relato, o Conselheiro destacou ainda, que quanto ao Estágio Supervisionado, este era realizado em escolas da rede pública, e privada do município. Seu valor era de 12 créditos para um total de 181 horas; apontou também que a Comissão Verificadora havia informado que o curso atendia as demandas⁵ de municípios vizinhos, contando com alunos de Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici cujas Prefeituras Municipais garantiam transporte diário aos estudantes.

Quanto ao número de alunos matriculados o Conselheiro assinalou que naquele momento, o Curso possuía 100 alunos, e estavam assim distribuídos conforme o demonstrativo abaixo:

- Turma 1989: 30 alunos
- Turma 1990: 33 alunos
- Turma 1991: 37 alunos

⁵ Ver PPC DE FÍSICA (2017, 10) que apresenta a Microrregião de Ji-Paraná com uma população de 315 mil habitantes. Verifica-se também, que as demandas apresentadas podem ser ratificadas a partir do ingresso das turmas de 2007, 2010 e 2012 que possuíam estudantes oriundos dos seguintes municípios de Urupá, Nova União, Mirante da Serra, Vale do Paraíso, Teixeiraópolis, Alvorada do Oeste em conformidade com dados da SERCA/2018.

Ainda sobre os aspectos históricos concernentes ao Curso de Pedagogia de Ji-Paraná, destaca-se que no ano de 1992 não houve vestibular para ingressantes em 1993, a seleção deste só veio ocorrer em fins de 1993 para o ingresso em março de 1994, contando com 33 alunos⁶.

No ano 2002⁷ as turmas ingressantes neste curso, passaram a ter uma matriz curricular com carga horária de 3.460h conforme o projeto de Adaptação e Convalidação em março de 2018. A esse respeito, o referido projeto convalidou “os estudos” realizados pelas turmas ingressantes entre 2002 e 2017/2. Neste projeto incluiu-se conforme a Lei Federal nº 10.436/2002 regulamentada pelo Decreto Federal 5626/05 o componente curricular Libras.

Retomando os aspectos evidenciados no Parecer 660/93, trazemos para o cenário dados em que o Conselheiro Layrton Borges de Miranda Vieira apresentou sobre a composição do Corpo Docente que havia atuado nas primeiras turmas do Curso de Pedagogia Unir/JP. A esse respeito, o mesmo destacou que este era formado por 20 (vinte) professores, e que estavam assim distribuídos: - 18 (dezoito) eram professores do Quadro Permanente da UNIR, e trabalhavam em sistema de rodízio. Estes, em se tratando de Universidade Federal não se aplicavam aos dispositivos da Res. 20/77-CFE, 03 (três) professores haviam sido aprovados pelo CFE. Havia ainda, 01 (um) que era professor conveniado, esperando para ser aprovado. Segundo o Conselheiro estes professores/professoras trabalhavam na região de Ji-Paraná. A saber: Manoel Gonçalves da Conceição Silva; Margarida Arcari; Salma Ferraz A. de Oliveira; Justo Nelson A. Escudero; Maria Ângela F. Braga; Milca L. de Oliveira; Cláudio Emelson G. Dutra; Maria Celeste S. S. Marques; Sérgio Roberto K. Franco; Clarides H. de Barba; Irmgard Margarida Theobald; Nilson Santos; Carlos Vinícius da Costa Ramos; Zenildo Gomes da Silva; Rosângela de Fátima França Krause; Jair Quitino Libero; Ari Miguel Teixeira Ott; Ageu Rosa de Lima; Maria Leopoldina Froes Yagne; Paulo Roberto de Oliveira Vargas; Regina Augusta do Nascimento Soriano Inocente; Alexandre Luis Carreira Domiciano.

⁶ Informação verbal fornecida por Professor Paulo Sérgio Dutra em reunião do DCHS para a construção do Projeto Pedagógico do Curso Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Reformulação 2018/2, em 23 de março de 2018 e membro da turma dos ingressantes em 1994.

⁷ Consultar o Projeto Político Pedagógico do Curso - PPC Adaptação e Convalidação: Graduação em Pedagogia – Licenciatura. Maio de 2017- fev de 2018. (p. 17)

Além do quadro docente, o Conselheiro teceu apontamentos sobre as “Condições Materiais” do curso em funcionamento. A este respeito, este destacou que o referido curso funcionava no Campus Urupá da UNIR, na cidade de Ji-Paraná, ocupando as antigas instalações da Escola Agropecuária Silvio Gonçalves de Farias, que situava-se “num local amplo e aprazível” (P. 05). Assinalou ainda, que existia no local uma biblioteca, funcionando durante o horário administrativo do Campus das “16 às 20 horas”, de 2ª a 6ª feira. Esta conforme observações do Conselheiro, ocupava uma área de aproximadamente 60 m². (Idem)

Observou-se ainda, que o aprofundamento nos estudos e pesquisas a serem realizadas pelos acadêmicos e acadêmicas do curso naquela ocasião, poderia ser feito por meio de um acervo formado por 814 títulos com 1.146 exemplares. Dessa forma o Conselheiro, destacou também que a biblioteca dispunha para o acervo específico referente ao curso Pedagogia, de 245 títulos com 356 exemplares. Segundo este, a Comissão Verificadora havia recomendado a ampliação e atualização do acervo específico para o referente curso.

Nas duas partes finais que compunha o relato do Conselheiro, observou-se que quanto ao seu voto, o mesmo assinalou que [...] tendo em vista que a UNIR acatou as diversas sugestões das Comissões Verificadoras, conforme Ofício nº 184/GR e documentação complementar anexada aos autos, [...] este votou para que fossem reconhecidos os seguintes cursos:

- [...] - Rolim de Moura: Licenciatura Plena em Pedagogia, habilitação em Supervisão Escolar. Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas.
- **Ji-Paraná. Licenciatura Plena em Pedagogia, habilitação em Supervisão Escolar. [grifo nosso]**
- Vilhena. Licenciatura Plena em Letras, hab. em Língua Portuguesa e suas Literaturas.
- Guajará-Mirim Licenciatura Plena em Pedagogia, habilitação em Supervisão Escolar, Licenciatura Plena em Letras, hab. em Língua Portuguesa e suas Literaturas.
- Cacoal Ciências - Licenciatura de 1º Grau, Ciências Contábeis. (PARECER 660, 1993, p. 11).

O mesmo ressaltava também que o reconhecimento era específico para as turmas que ingressaram nos vestibulares de 1989, 1990 e 1991, conforme Parecer-CFE 16/89, retificado pelo Parecer-CFE 25/91, que havia autorizado o funcionamento dos

curso para três entradas. A segunda parte referia-se a “Conclusão da Câmara” que acompanhava o voto do Relator Conselheiro em maio de 1993, em reunião o Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade; desse modo, dos 24 conselheiros, 19 estiveram presentes na Sessão Plenária realizada em 09 de novembro de 1993, às 17 horas, assinando a lista de presença. (p. 12)

Ressaltando a importância que o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura possui entre os cursos ofertados no Campus de Ji-Paraná, evidenciam-se duas marcas relevantes na atualidade para o referido curso. A primeira consiste no conceito 4 atribuído a este pelo “Enade”, conforme o Catálogo de Dados da Unir referente ao ano de 2014 (p. 55), a segunda marca revela que o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura da Unir/JP mantém-se como o curso com maior procura no Campus de Ji-Paraná na região central. Estes dados estão em conformidade com Catálogo da Unir de 2015⁸ e o Site desta IES sobre Concursos/Vestibulares/2017, onde foram registrados 238 inscritos para concorrer a 50 vagas no curso de Pedagogia. Conforme os dados da Comissão Permanente de Processo Seletivo Discente – CPPSD, a demanda por vaga no Vestibular 2018 para o referido curso, foi de 4,76⁹, sendo o curso que apresentou a maior procura. Ainda sobre essa questão, em conformidade com os dados do Catálogo da Unir/2015 (p. 56) o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura da Unir/JP, possui o maior número de concluintes entre os cursos oferecidos em Ji-Paraná.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CAMPUS

O *Campus* da Unir de Ji-Paraná tem como área de abrangência de atendimento ao ensino superior, a região que geograficamente definida como Microrregião de Ji-Paraná do Estado de [Rondônia](#), composta pela [Mesorregião do Leste Rondoniense](#) formada pelos municípios de [Governador Jorge Teixeira](#), [Jaru](#), [Ji-Paraná](#), [Mirante da Serra](#), [Nova União](#), [Ouro Preto do Oeste](#), [Presidente Médici](#), [Teixeirópolis](#), [Theobroma](#), [Urupá](#), [Vale do Paraíso](#). O município de Ji-Paraná está localizado na

⁸ Disponível em: <http://www.cid.unir.br/uploads/69696969/imcg2015/Catalogo%20-%202015.pdf>. Acesso em 24 de mar de 2018.

⁹ Conforme o Catálogo de Dados da Unir 2015 (p. 53) inscreveram-se para o curso de Pedagogia em 2014, 318 candidatos para 50 vagas, resultando numa concorrência de 6,36 candidatos por vagas.

região central leste do Estado de Rondônia, conforme estimativas do IBGE (2017)¹⁰ possui uma população de 132 mil habitantes.

Sua economia caracteriza-se pela atividade agroindustrial, de pequeno, médio e grande porte: extração mineral, pecuária, beneficiamento e processamento de produtos com um percentual de 21,4%; e a agropecuária com 8,6%. O setor de serviços destaca-se na economia local, com 70%, conforme dados apontados pelo IBGE para 2014. No campo do agronegócio conta-se com laticínios e indústrias alimentícias de médio e pequeno porte: laticínios, serrarias, beneficiamento e torrefação de café, beneficiamento de arroz etc. Há também uma intensa atividade no âmbito da pecuária e pesca e, como consequência, indústrias de alimentação animal e outras atividades advindas da produção agrícola das pequenas propriedades. Conforme o IBGE (2010), a região concentra um PIB per capita R\$14.464,73.

Os principais produtos cultivados pela agricultura local são o café, o cacau, a banana e o coco-da-baía. Na agricultura temporária, entre os produtos destacados estão o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o arroz. Na agricultura permanente os principais produtos cultivados são a banana, o cacau, o café e o coco-da-baía.

O município de Ji-Paraná se destacou nos últimos anos como um dos maiores centros agropecuários de criação animal do Estado de Rondônia, com mais de 495 mil cabeças de gado bovino, o município está em terceira posição de maior criador de gado do Estado. A maior quantidade do rebanho é formada por bovinos de corte, que são abatidos em frigoríficos localizados no município. Além da criação de bovinos, Ji-Paraná é um dos maiores produtores de leite do Estado, que são distribuídos por laticínios localizados na região¹¹.

O Campus de Ji-Paraná foi instalado fora da capital de Rondônia no ano de 1988 com o objetivo de formar profissionais para suprir a demanda emergente da região.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em 24 de mar de 2018.

¹¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=450471&view=detalhes>. Acesso em 30 jul. 2018.

Atualmente a microrregião de Ji-Paraná comporta três *Campi* de IES oferecendo cursos de nível superior: UNIR/Ji-Paraná, com os cursos de bacharelados em Física, Estatística e Engenharia Ambiental, e licenciaturas em Pedagogia, Educação Básica Intercultural, Matemática e Física; UNIR/Presidente Médici, com o curso de bacharelado em Engenharia de Pesca; e por fim, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) de Ji-Paraná, com o curso de Licenciatura em Química e Engenharia Florestal.

Por fim, destacamos que a demanda pelo curso de Pedagogia da UNIR é elevada e, além disso, constata-se que há essa mesma demanda para outros cursos de graduação. No mesmo sentido há demanda pelo Mestrado em Educação, visto que o curso de Pedagogia está completando vinte e nove anos e formou milhares de egressos do município e região.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 DOS OBJETIVOS DO CURSO:

Os egressos e egressas capacitados pelo curso de Pedagogia, Unir/Ji-Paraná, atuarão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito da educação escolar e/ou não escolar, contemplando as necessidades da educação inclusiva, da gestão e da educação de jovens com vistas à educação, entendida como formação humana, segundo a concepção de Arroyo (2013). Assim, nossos objetivos com o curso são:

- Oportunizar formação pedagógica ao discente em pedagogia, tendo a docência como base de sua identidade profissional;
- Qualificar pessoas, em nível de graduação, motivadas para uma constante formação, comprometidas com a docência e a gestão educacional, envolvendo tanto os processos de ensino quanto os de aprendizagem em práticas escolares e não-escolares;
- Compreender a escola como uma realidade complexa, cuja função, além de alfabetizar letrando (ROJO, 2009) é o local mais propício para a promoção da cidadania, da democracia e da igualdade, respeitando as diferenças;
- Conhecer, incorporar e articular conteúdos e metodologias específicas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos, Gestão Escolar e Educação Inclusiva;
- Produzir e socializar conhecimentos sistematizados teórico-científicos e metodológicos interdisciplinares;
- Analisar o cotidiano da escola e da sala de aula buscando compreender os processos psicológicos, culturais, sociais e educativos envolvidos no ato de aprender;
- Refletir e intervir no processo educativo mobilizando diferentes saberes para resolver situações-problema presentes no cotidiano escolar, atendendo as especificidades regionais;
- Utilizar, fundamentados teoricamente no conhecimento científico, os diversos recursos tecnológicos para potencializar o trabalho pedagógico e a aprendizagem dos estudantes;
- Coordenar ações pedagógicas curriculares, didáticas e organizacionais envolvendo o ensino e a aprendizagem;

-
- Proporcionar metodologias que fomentem a coletividade e a construção social em detrimento do individualismo;
 - Refletir teorias e a ações consonantes ao cuidado do ambiente, visando a superação de todas as formas de preconceito.

2.2 CONCEPÇÃO TEÓRICA DO CURSO:

As pesquisas sobre formação docente e formação profissional na área de Educação fundamentam a construção de propostas de cursos. Entre a gama de pesquisadores que trabalham para a construção desta área de conhecimento, citamos as de Alarcão (2000, 2001, 2003), Contreras (2002), Giroux (1997), Kincheloe (1997), Marcelo García (1992, 1999), Nóvoa (1992, 1999, 2000), Perrenoud (1999, 2000), Schön (1992, 2000), Tardif (2003), Zeichner (1993), dentre outros.

A internacionalização de ideias por meio da massiva comunicação proporcionada pela internet, sobretudo a partir de meados dos anos de 1990, permitiu com que os profissionais ao redor do mundo entrassem em contato com as mais diversas ideias e conceitos. Essa troca de pesquisas, a comunicação entre os pares de diversos pontos do mundo contribuíram para a construção da formação docente aos dias de hoje, segunda década do século XXI.

De um modo geral, compreendemos todo o conhecimento produzido nas duas últimas décadas do século XX, como um processo de recusa ao modelo de formação até então dominante, baseado na racionalidade técnica e no pensamento positivo. A reflexão e a contradição existentes no seio social não são compreendidas neste modelo formativo. A diferença manifesta nos movimentos da sociedade contemporânea, na pós-modernidade, não são aí encaixadas, não se enquadram neste pensamento filosófico, estruturado em um modelo que, em última instância, promove outro tipo de construção cidadã.

Contudo, no meio deste debate conceitual, as ideias de Schön no que diz respeito ao “**professor reflexivo**” e, igualmente, as ideias de Perrenoud sobre

“competência”¹² tiveram grande aceitação pela comunidade internacional de acadêmicos. No Brasil não foi diferente, elas influenciaram nosso processo educacional, fornecendo as bases para que desenvolvêssemos um currículo e uma política de formação de professores em nosso país mais consciente, mais científica, pensando elementos estruturais para o profissional que criará ao final de um processo formativo.

Schön (2000) considerou a racionalidade técnica, uma epistemologia da prática, herdada da filosofia positivista ou do pensamento positivo. Nesta corrente filosófica, os profissionais são “aqueles que solucionam problemas instrumentais, selecionando os meios técnicos mais apropriados para propósitos específicos” (SCHÖN, 2000, p. 15), através da aplicação de teorias e de técnicas decorrentes do conhecimento sistematizado, preferencialmente dentro dos moldes da ciência.

No mesmo sentido, temos as ideias de Santos (2006) e de Freire (1999; 2000), que compreendem a competência técnica como algo que não existe **em si** e **para si**. A técnica não é um instrumento isolado, que pode ser utilizada em qualquer contexto. Ela existe com o outro e este outro é a política, que é o único meio capaz de produzir e transformar um determinado espaço. Neste contexto, pois, faz-se necessário um vínculo entre a técnica e àqueles e àquelas que se encontram à margem, não são cidadãos plenos.

Além disso, há outro problema: o modelo de formação técnica tem provocado uma crise de confiança no conhecimento dos profissionais, principalmente quando são confrontados com situações-problema no exercício profissional. De acordo com Schön (1992; 2000), este modelo não compreende o desafio porque quase sempre uma situação-problema é única e não pode ser resolvida somente aplicando teorias ou técnicas existentes. Dito de outro modo, as situações cotidianas, da vida e do dia a dia, não são solucionadas com modelos universais, pois elas, em diversos casos, são situações que envolvem questões locais e particulares, que necessitam não apenas de formação técnica.

¹² Grifos nossos.

Pereira (2002), dentro desta linha de raciocínio, concebe nesta perspectiva o professor como um especialista que, rigorosamente, põe em prática as regras científicas e/ou pedagógicas. O professor, então, é um sujeito que se apropriou de um conteúdo científico que será seu fundamento no exercício da docência.

Nóvoa (1999, p. 26), por sua vez, indica-nos que a história da formação de professores “tem oscilado entre modelos acadêmicos, centrados nas instituições e em conhecimentos ‘fundamentais’, e modelos práticos, centrados no chão de fábrica do professor, a escola e nos métodos ‘aplicados’”. Segundo Nóvoa (1992, p. 25), ao processo formativo deve:

[...] estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Ao mesmo tempo em que os conceitos foram apresentados por pensadoras e pensadores, o movimento de educadores contribuiu para a discussão, apresentando novas concepções sobre formação docente, destacando o caráter social e histórico dessa formação, bem como um profissional com domínio e compreensão de seu espaço e seu tempo, de seu lugar na história. Este indivíduo deve ter uma consciência crítica, que lhe permita intervir na escola, na educação e na sociedade (FREITAS, 2002, p. 140).

Neste projeto, a formação docente é compreendida como parte de processo de desenvolvimento profissional. É a fase inicial e, trás consigo, os elementos básicos para o exercício da Pedagogia em território brasileiro. A formação continuada é o seu prolongamento: permanente, crítico e reflexivo sobre sua prática, em seus múltiplos contextos. É um “**continuum**”¹³, conforme Freitas (2002), que, embora apresente momentos diferenciados - inicial e continuada – mantém as características de uma totalidade.

¹³ Grifo nosso.

Neste sentido, a formação docente precisa ser repensada e reestruturada como um todo em suas dimensões inicial e continuada, como um processo de idas e vindas que vão tecendo diferentes maneiras de ser e de estar na profissão (NÓVOA, 1999; DINIZ-PEREIRA, 2015), criando condições de impulsionar o desenvolvimento de cursos apoiados em projetos pedagógicos comprometidos com a qualidade do processo, tendo clareza de que conceber a formação como um contínuo sistematizado e organizado significa entender que a formação abrange toda a carreira docente o que exige considerar as diferentes fases nesta trajetória:

[...] a formação dos professores supõe um continuum no qual, durante toda a carreira docente, fases de trabalho devem alternar com fases de formação contínua. [...] na formação profissional podem ser percebidas pelo menos quatro fases de formação para a profissão que são cronologicamente distintas e apontam para a aquisição de saberes e de competências diferenciadas. Essas fases expressam-se na longa duração e na variedade da formação dos professores, a qual começa antes da universidade, durante a formação escolar anterior, transforma-se na formação universitária inicial, valida-se no momento do ingresso na profissão, nos primeiros anos de carreira e prossegue durante uma parcela substancial da vida profissional (TARDIF, 2003, p. 287).

Outra perspectiva foi delineada por Freire (1993) ao denunciar a concepção bancária da educação. Ela nos indica como a concepção de formação docente tecida ao longo da história é apenas um instrumento para a opressão e manutenção do *status quo* da sociedade capitalista. Como meio de superação deste modelo trouxe-nos outra perspectiva, fundamentada em um pensamento libertador e voltada para a *práxis* (ação e reflexão) transformadora.

É possível admitir que as práticas reveladas nas situações de formação envolvendo conteúdos, estratégias, planejamento, avaliação, relações interpessoais, estão carregadas de concepções, princípios, certezas que precisariam ser percebidas, analisadas e, quando necessário e possível, modificadas. Por isso há necessidade de programas de formação favoráveis à tematização da prática e a valorização dos saberes, pois como já disse Paulo Freire (1978, p. 160) “é pensando a prática que aprendemos a pensar certo”.

Neste Projeto, nosso eixo estrutural vincula-se na vida acadêmica como um todo, no ensino, na pesquisa e na extensão, por meio das atividades acadêmicas, especialmente as de estágio, realizadas em parceria com as escolas ou outras instituições escolares e não-escolares, com base na pesquisa e na docência, considerando teoria e prática interdependentes, indissociáveis e complementares, reconhecendo e valorizando a escola enquanto *lócus* de produção de saberes e de formação. Trata-se do que argumenta Selma Pimenta (2002), é uma unidade entre a teoria e a prática.

Para Tardif (2003, p. 269), “os saberes docentes são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e que carregam consigo as marcas do seu objeto, que é o ser humano” e são adquiridos através do tempo, permanecendo fortes e estáveis ao longo de nossa trajetória profissional como marcas profundas e que, muitas vezes, a formação inicial não consegue proporcionar.

Neste sentido, faz-se necessário um caráter dialógico dentro deste processo, tal como apontada pela pedagogia freireana, destinada aos cursos de formação inicial ou continuada. Este processo pode se efetivar por meio de suas narrativas ou ainda pelo resgate das memórias, para articulá-las com outras situações vividas em torno de determinadas temáticas, inter-relacionando essa reflexão com os conteúdos da formação ou com as práticas escolares. Esta estratégia adotada no desenvolvimento deste curso visa, com o apoio de parceiros mais experientes e a partir de situações-problema, a construção de condições para o desenvolvimento de suas próprias potencialidades. Visa uma autopercepção para melhor qualificação e desenvolvimento próprios enquanto sujeito profissional. Do mesmo modo, olhar para suas histórias individual e coletiva permitirá refletir sobre qual o tipo de professor ou de professora sou ou almejo ser.

Nos cursos de formação inicial, o acúmulo de vivências de situações diversificadas ou situações problemas do cotidiano escolar contribui para a formação de um professor ou de um gestor. Assim, em uma perspectiva construtiva e dialógica, os alunos e as alunas poderão: discutir, discordar, criticar, aprender, reorganizar e regular suas aprendizagens interagindo com seus pares ou com as teorias pertinentes ao exercício da docência.

Quando pensamos a pedagogia, ela extrapola os limites da escola e da universidade. Dentro deste contexto, este PPC, apresenta ao graduando a Pedagogia não escolar. Este entendimento amplo de Educação ou das Educações, segundo descreve Brandão (1983), nos ocorre e nos interpela a todo o momento: na rua, em casa, na igreja, no bairro. Brandão defende a educação popular como aquela que não necessita da permissão de um espaço ou de um tempo específico para aprender e na mesma lógica afirma que a Educação tem sentido se elevar, com o povo, o seu próprio saber.

Tal como nos recorda Arroyo (2013), a Pedagogia deixou de ser unicamente escolar desde que iniciou sua parceria com os movimentos populares. Reconhecendo esta necessidade, a Universidade deve ir aos espaços educativos não escolares para formar pedagogos/as e refletir a partir de ambientes diversos, com sujeitos plurais, pedagogias que contemplem a diversidade. Com isso acreditamos na possibilidade de estranhamentos diante das desigualdades e da negação do outro/a como menos, como incapaz.

Neste contexto teórico, nossa proposta rompe com a perspectiva clássica de formação, a qual fortalece a concepção técnica e dicotômica entre teoria e prática. Nossa proposta concebe a universidade como produtora de conhecimentos e os professores e/ou professoras os aplicam em uma filosofia educacional libertadora, transformadora, pautada na relação dialética entre teoria e prática. Assim, corroboramos com Freire (1991b) ao defender que a formação docente deverá ser feita preponderantemente através da reflexão sobre a prática, sem jamais dicotomizar teoria e prática, mas reconhecendo sempre sua relação contraditória e processual.

De outro modo, Macedo (2005) propõe que se considere prática e reflexão como duas faces do conhecimento, as quais se inter-relacionam de forma indissociável, complementar e irreduzível, onde praticar a reflexão e refletir sobre a prática faça parte de um mesmo processo. Essa reflexão passa, necessariamente, pela reconstituição do que ocorreu no plano da ação. Refletir é, diante de uma prática, “escolher coisas que julgamos significativas e reorganizá-las em outro plano, para, quem sabe, assim podermos confirmar, corrigir, compensar, substituir, melhorar, antecipar, enriquecer, atribuir sentido ao que foi realizado” (MACEDO, 2005, p. 32).

Esta postura está em completa sintonia com as de Freire (1991, p. 17) quando nos diz que somente quem consegue ser capaz de:

[...] sair de seu contexto, de 'distanciar-se' dele para ficar com ele; que é capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se.

Deste modo, privilegiar a escola e o trabalho docente como um espaço de produção, de transformação e de mobilização de saberes deve ser condição essencial para a concretização deste Projeto Político-Pedagógico.

Outro ponto importante deste Projeto de Curso encontra-se, ainda, no processo formativo do futuro profissional. Além da concepção de formação docente, devemos pensar a organização deste trabalho educativo, seja ele na escola ou fora dela. Isto é, a gestão do trabalho, ele acontece, nesta proposta, dentro de uma perspectiva democrática. De acordo com Torres, Cadiz e Dong (2002, p. 79):

No Brasil, os defensores do ensino público popular criticam no ensino público a sua baixa qualidade e o autoritarismo. Relacionam a sua reforma ao controle do planejamento e implementação do ensino por parte de forças populares, nomeadamente comunitárias e movimentos sociais. A gestão democrática nas escolas é outro aspecto fulcral do ensino público popular. Este objetivo, que pressupõe autonomia na planificação, gestão e controle do funcionamento das escolas, com a participação de alunos, pais, movimentos sociais, professores, funcionários e responsáveis governamentais pela educação, implica uma crítica violenta a planificação tecnocrática e ao conceito de competência técnica despida de qualquer controle ou participação democráticos.

Ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, que ressalta a centralidade na unidade escolar em seu art. 12, além de garantir o direito à autonomia pedagógica, administrativa e financeira, como se vê no Art. 15:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão

financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Portanto, a educação deve ser descentralizada. Seus fundamentos em termos de gestão repousam em princípios democráticos de equidade no atendimento da população, fornecendo, assim, mais autonomia para a gestão da escola e, possibilitando melhoria na qualidade de ensino.

O Curso de Pedagogia do Campus do Campus de Ji-Paraná intenciona formar docentes e gestores escolares que promovam o debate e a participação democrática com todos os segmentos da Comunidade Escolar, considerando a defesa de um sistema educacional democrático, que materialize o direito a construção do ensino, à luz dos princípios de universalidade, igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais do ensino, gestão democrática da escola e padrão de qualidade (CAPANEMA, 1995).

A gestão escolar democrática não pode ser considerada como um modo de resolver todos os problemas existentes na escola, portanto, conforme Romão e Padilha (2001, p. 92) “sua implementação é, hoje, uma exigência da própria sociedade, que enxerga como um dos caminhos para a democratização do poder na escola e na própria sociedade”.

A gestão democrática pressupõe um processo de construção cidadã. Essa construção realiza-se mediante a reflexão sobre a realidade cotidiana da escola, visando à melhoria da qualidade da aprendizagem, da educação e da sociedade, através de uma ação crítica. Saviani (1992, p. 39) afirma que a “escola se democratizará à medida que seus processos decisórios estiverem coligados aos interesses de todas as classes”. Nesse sentido, defende-se uma formação do gestor educacional privilegie participações ativas, críticas e criativas de todos e de todas que fazem parte do desenvolvimento da educação.

Com as recentes exigências em relação à educação nacional, por meio das Leis: 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que amplia o ensino fundamental para 9 anos; Lei 12.796 de 4 de abril de 2013 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a

formação dos profissionais da educação e a Educação Básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, fazendo com que todas as crianças tenham que ir à escola a partir dos quatro anos, na Pré-escola, e por conseguinte faz com que seja ampliada a necessidade de contratar Pedagogos; Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, faz-se urgente a elaboração de respostas às demandas colocadas a fim de qualificar o Curso de Pedagogia, possibilitando sua consolidação como agência formadora de pessoas na perspectiva que temos aprendido com as lições do educador Paulo Freire (1987, p. 32): “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei”.

Portanto, é preciso construir as bases para um curso de Pedagogia de formação inicial de professores e professoras para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que precisa das condições básicas para funcionar, concebido numa perspectiva efetivamente cidadã do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), manifestando organicidade entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIR e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes. Este desejo do DCHS é materializado neste PPC.

2.3 JUSTIFICATIVA

Para construir uma escola e, tão logo, uma sociedade plural e inclusiva onde se aprendam não só os conteúdos conceituais (aprendendo a conhecer), mas igualmente os procedimentais (aprendendo a fazer) e os atitudinais (aprendendo a ser e a viver juntos), é necessário assegurar uma formação integral para os profissionais da educação, visando à sua profissionalização e valorização (DELORS, 1996; BRASIL, 1997). Neste sentido, compete à Universidade contribuir na formação destes profissionais para que atendam às exigências colocadas pelas sociedades contemporâneas, sobretudo no que diz respeito em assegurar o direito de todas as

peçoas a terem acesso aos conhecimentos social e cultural produzidos por meio tradição acadêmica.

No Campus UNIR de Ji-Paraná o primeiro vestibular para o curso de Pedagogia ocorreu em dezembro de 1989. Desde então o curso atende estudantes oriundos do entorno principalmente a população da região central do estado de Rondônia, situado na Amazônia Ocidental.

Na região onde este curso encontra-se inserido há carência de profissionais com formação em nível superior para atuar na Educação Infantil e no Ensino fundamental. Assim, torna-se imperativo que a Universidade pública contribua formando profissionais para estas etapas da Educação.

Diante desta realidade, o pedagogo da atualidade deve ser um profissional preparado, para intervir nas diferentes situações apresentadas pela realidade educacional brasileira nacional, regional e local. Para isso, necessita de sólida formação teórica e preparo específico para a intervenção prática, tendo por pressuposto que a condição docente constitui sua identidade básica, à qual se agrega um profissional preparado para atuar na política e na administração educacionais, conforme propõe a LDBEN 9394/96.

A contratação de docentes com formação superior para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos é uma necessidade no país, que foi ampliada com a Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009, dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos, conforme redação dada pela Lei nº. 12.796, de 4 de abril de 2013. Neste contexto, justifica-se a importância da existência do curso de Pedagogia Unir/Ji-Paraná, o primeiro curso público de formação docente nesta região do Estado de Rondônia.

2.4 LEGISLAÇÃO

Para embasar e fundamentar a construção deste projeto considerou-se as seguintes resoluções, decretos e leis:

Constituição Federal do Brasil de 1988, capítulo que trata da educação.

Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional Nº 9394/96.

Lei 10.639/2003 que altera a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, caput e § 1º do artigo 26-A, que dispõe sobre os **Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais e Educação Intercultural**.

Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), aprovado pelas Resoluções n.º 135/CONSUN, de 13/10/98 e 138/CONSUN, de 12/04/99.

Políticas de educação ambiental - Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. O Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

A Resolução CNE/CP 02, de 19/02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Decreto nº 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 – As Diretrizes curriculares para Educação Básica nas escolas do Campo, de Educação Infantil, de Jovens e Adultos, de educação Especial, de Educação Indígena, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES.

O Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que institui a disciplina de LIBRAS como obrigatória para cursos de licenciatura.

O Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006, que define as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia e licenciatura.

A Resolução CNE/CES Nº 02/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima dos cursos de graduação.

Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

A Portaria Normativa 040/2007-2010, que institui o e-MEC, Sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas da educação superior no sistema federal de educação e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Informações Acadêmicas (Art. 32 da Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010).

Resolução CONSEA n.º 278/2012, que regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógico de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia.

Resolução n.º 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para todos os cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

O Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) - Lei Nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Resolução 500/CONSEA, DE 12 de setembro de 2017, que regulamenta a o padrão da hora aula, a carga horária de curso, o horário de funcionamento regular e as atividades semipresenciais dos cursos de graduação presencial da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Fundação Universidade Federal De Rondônia (UNIR).

2.5 PERFIL DO EGRESSO:

Concebe-se que um profissional formado através do Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, UNIR - Campus de Ji-Paraná, deverá ter uma sólida formação para atuar **em dois segmentos da organização escolar brasileira**, sendo na **docência em Educação Infantil e docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental abrangendo a Educação Inclusiva e gestão**, podendo ser com crianças do 1º ao 5º ano ou com adultos nas turmas de EJA – Educação com Jovens e Adultos equivalente ao 1º a 5º ano, em situação escolar.

Diante da emergência e diversificação dos espaços educativos na atualidade o profissional pedagogo tem tido suas atividades profissionais ampliadas para além dos espaços escolares, desenvolvendo ações educativas e de pesquisas educacionais em organizações governamentais e não-governamentais e em outros espaços de educação não-formal.

2.6 PERFIL DO CURSO:

2.6.1 Contextualização e funcionamento do curso:

- a) **Nome do curso:** LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - Código do Curso na DIRCA: 411 e Código do Curso no E-MEC: **411**.
- b) **Endereço de funcionamento do curso:** Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus de Ji-Paraná, Rua Rio Amazonas, 351 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná.
- c) **Ato de criação para autorização e reconhecimento ou ato anterior para renovação:** Ato de Criação: Resolução 04, de 05 de novembro de 1982 (Publicação: 05/11/1982) e Reconhecimento Portaria nº 1784, de 15 de novembro de 1993. Atos de Renovação de Reconhecimento: Portaria 286 de 21 de dezembro de 2012 (D.O.U. 249) – Pedagogia Licenciatura Plena. E a última foi pela Portaria 794 de 14 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U nº 240 de 15 de dezembro de 2016, Seção 1, p. 45.
- d) **Número de vagas oferecidas** e autorizadas atualmente: 50 (CINQUENTA)
- e) **Conceito Preliminar de Curso – CPC:** ENADE = 03 (2014).
- f) **Turnos de funcionamento do curso:** vespertino.

-
- g) **Carga horária total do curso.** Matriz curricular plena: 3.740h.
- h) **Tempos para integralização:** mínimo de 9 (nove) semestres e máximo 13 (treze) semestres, compreendendo no mínimo quatro anos e meio e no máximo seis anos e meio. Para alunos com deficiência o tempo de integralização é de até nove anos (dobro do tempo do curso normal).
- i) **Histórico do curso:** o Início de funcionamento do curso em Ji-Paraná foi em 1989, tendo sido criado em Porto Velho pela **Resolução 04 05/11/1982 (Publicação: 05/11/1982)** e o **PPC – Projeto Pedagógico de Curso ainda vigente aprovado pelo PARECER Nº 249/CGR, de 22/03/2002**, cuja convalidação será obtida quando o projeto de adaptação, sob o número 23118.003920/2017-14, tiver tramitado em todas as instâncias desta IFES.
- j) **Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão:** a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão ocorre por meio das atividades que são oferecidas nos grupos e laboratórios de pesquisa, dentro e fora do DCHS e, articulando-se como Ensino nas práticas multidisciplinares na educação escolar com ênfase na iniciação à docência, ou na prática não-escolar, ambas ofertadas na carga horária PRÁTICA dos componentes curriculares e desenvolvida nos Laboratórios Didáticos ou de Ensino e outros espaços dentro ou fora do campus, e integrando-se com as atividades de extensão propostas pelo DCHS como o Café Pedagógico, já aprovado na UNIR, ou em Programas Institucionais como o PIBID – Programa de Iniciação à Docência e outros que surgirão. No que diz respeito à formação interdepartamental, o curso compreende atividades de pesquisa na área de estudos introdutórios, fundamentos da educação, habilidades específicas e tópicos especiais, por meio das atividades com os grupos de pesquisadores e na utilização dos laboratórios didáticos, onde ocorrem as práticas. Seguem os grupos que se encontram no DCHS:
- **GEIPEI - Grupo de Estudo Interativo e Pesquisa em Educação Inclusiva:** criado em 29 de agosto de 2013, e registrado no CNPQ conforme a Certidão nº 012/PROPESQ/2013. Responsáveis pelo grupo as professoras Ms. Rosiane Ribas de Souza Eler e Ms. Neidimar Vieira Lopes Gonzales. O grupo de pesquisa desenvolve estudos correlatos à educação inclusiva. Tem como objetivo: Desenvolver estudos interativos e pesquisas sobre Educação Inclusiva, com ênfase nos processos escolares e sociais buscando superar o distanciamento entre as políticas públicas inclusivas e as práticas de educação formal.

-
- **Laboratório Amazônia Episteme - Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia, História e Ensino de Ciências e Tecnologia:** Liderado pelo professor Dr. Gustavo Piovezan, empossado em agosto de 2015 como docente do DCHS, o mesmo criou recentemente o *locus* de pesquisa, que se encontra em fase de institucionalização, denominado Laboratório Amazônia Episteme – Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia, História e Ensino de Ciências e Tecnologia.
 - **Grupo de pesquisa em Etnoconhecimento, Povos da Floresta e Biodiversidade na Amazônia,** criado em 2017, liderado pelo professor Dr. Reginaldo de Oliveira Nunes. Com pesquisas que objetivam promover um espaço de formação, extensão e pesquisa sobre questões sociopolíticas, ambientais e educacionais para populações tradicionais a partir de seus conhecimentos específicos adquiridos ao longo de gerações e transmitidos oralmente.
 - **GPEC - Grupo de pesquisa em ensino de ciências:** Liderado pela professora Patrícia Soares Maria de Medeiros, criado em 2017, o grupo desenvolve pesquisa diagnóstica para compreensão da realidade do ensino de Ciências no Município de Ji-Paraná e entorno, buscando identificar quais práticas e recursos pedagógicos são utilizados em sala de aula.
 - O professor Dr. Paulo Sérgio Dutra lidera o **Grupo de estudos e pesquisa sobre relações raciais e migração**, de caráter multi-campi, vinculado à Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa-UNIR, criado em 2011. Nele são desenvolvidas pesquisas que objetivam discutir as relações entre escola, raça, legislação educacional, a discriminação e o preconceito no entrecruzamento do ideal de branquitude e políticas de educação antirracistas.

Tais grupos também desenvolvem atividades de extensão concernentes aos seus respectivos objetos de análise. Por fim, outro aspecto que contempla a integração formativa são os programas de docência, os estágios extracurriculares, bem como a participação dos alunos em atividades de estudos complementares, introduzindo-os ao mercado de trabalho e à pesquisa científica.

k) **Titulação conferida aos egressos:** GRADUADO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA

-
- l) **Sobre o ingresso no curso:** segue as normas que são adotadas pela UNIR em todos os cursos. O preenchimento das vagas atende aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade como ingresso via Processo Seletivo Regular e Complementar (Vestibulinho), Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário, quando houver, como políticas de ações afirmativas indígenas, afrodescendentes e demais, sendo 45 (quarenta e cinco) vagas anuais.
- m) **Regime de oferta:** uma turma de ingressantes por ano, no primeiro semestre com matrícula semestral.
- n) **Calendário acadêmico:** é adotado o calendário aprovado pelos Conselhos superiores e disponibilizado à comunidade acadêmica, conforme a LDB 9.394/96. Sua constituição é de 100 (cem) dias letivos por semestre, compreendendo 20 (vinte) semanas cada. O mesmo será publicado semestralmente na página eletrônica do DCHS, no seguinte endereço: www.dchs.jp.unir.br
- o) **Distribuição da carga horária:**
- Componentes curriculares obrigatórios e optativos obrigatórios – 3.140h
 - Estágio Supervisionado – 400h
 - Atividades complementares – 200h
- p) **Das formas de ingresso:** o preenchimento das vagas compreende o Processo Seletivo Regular e Complementar (Vestibulinho), Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário, de acordo com as políticas de ações afirmativas em consonância com a legislação em vigor.

2.7 DA ESTRUTURA CURRICULAR

A Resolução CNE/CP nº. 02/20015 determina que o Curso de Pedagogia deve organizar sua estrutura curricular em núcleos. Deste modo o curso se propõe a oferecer a formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e da difusão, do conhecimento científico e tecnológico no campo educacional. Terá,

portanto, um Projeto Pedagógico estruturado de modo a contemplar a formação de professores e professoras capacitadas para exercer funções de magistério na Educação Inclusiva, Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação com Jovens e Adultos e Gestão Escolar complementado com a possibilidade de atuar em atividades Escolares e Não Escolares.

Por essa razão, na organização curricular do Curso de Pedagogia, que a seguir será definida, consideramos os núcleos de estudos preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e a matriz curricular, observando:

- Os princípios constitucionais e legais que dão suporte à formação de professores e do futuro pedagogo-docente;
- A pluralidade de ideias e concepções pedagógicas consideradas como um conjunto de competências e de habilidades básicas necessárias ao desenvolvimento do profissional-pedagogo; o respeito e a valorização de diferentes concepções teóricas e metodológicas, na área de Pedagogia possibilitando e incentivando a interdisciplinaridade;
- O processo formativo contínuo e integrado pautado pela ética, justiça, inclusão, dialogicidade, respeito, solidariedade, reconhecimento da diversidade, valorização das diferentes culturas e suas repercussões na vida social.

Ampliam-se ainda as exigências na formação deste profissional, considerando os aspectos humanísticos e de respeito aos direitos humanos, educativos, tecnológicos e técnicos que deverão fortalecer o projeto pedagógico do curso, baseando-se nas competências e habilidades contemporâneas, exigidas pelo contexto atual.

Neste sentido, a **organização curricular** do curso é concebida como um processo integrador, considerando três núcleos de estudos estruturantes formadores: **o Núcleo de Formação Geral, o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo dos Estudos Integradores**. Na matriz curricular plena deste curso, sob orientação da Resolução CNE 02/2015 consta:

Núcleo I - Formação Geral

Compreendido como núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

-
- j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
 - k) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

Núcleo II - Aprofundamento e Diversificação de Estudos:

Compreende estudos voltados para aprofundar as questões fundamentais que dizem respeito às diferentes e complexas áreas de formação e de atuação do pedagogo. Oportuniza a possibilidade de ser um investigador em sua profissão, questionando com mais propriedade e de maneira ampla os processos educacionais e de gestão que fazem parte do contexto social e educacional. Por meio desse núcleo visa-se:

- a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

Núcleo III - Estudos Integradores

Caracteriza-se por ser flexível na escolha dos conteúdos para os estudantes, possibilitando a análise de temas contemporâneos, atuais e futuros. Propõe-se a ser o elemento integrador das demais atividades dos núcleos de estudos, garantindo a participação dos estudantes em vivências educacionais, estudos curriculares, atividades culturais e científicas e em eventos de cunho educacional, de maneira integrada, participativa, interdisciplinar, multidisciplinar e diversificada.

São atividades de livre escolha dos estudantes, dentro da vasta abrangência dos temas da Educação, sempre orientados pelo corpo docente do semestre letivo correspondente, com um planejamento definido, coordenado, considerando os conteúdos, a carga horária e os responsáveis pelo acompanhamento das atividades.

De acordo com a Resolução CNE 02/2015, são conhecimentos que irão enriquecer o projeto curricular do curso e compreenderão:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Compreendemos que os estudos integradores ampliarão o processo de formação do Pedagogo a serem realizados ao longo do curso que terão o sentido da pesquisa/investigação/formação. Fica aqui explicitado que a pesquisa/investigação pretende ser o eixo basilar das ações de formação do Pedagogo em formação. A convergência desses estudos será garantida nos planos de trabalho dos docentes, no acompanhamento das áreas de ensino pelo Núcleo Docente Estruturante.

MATRIZ CURRICULAR OBRIGATÓRIA

Semestre	Código	Componente Curricular	C.H.	CR.	H.T	H.P
1º		Metodologia da Pesquisa Científica	80	04	60	20
		Psicologia da Educação I	80	04	80	0
		Sociologia da Educação I	80	04	80	0
		LIBRAS	80	04	60	20
		História da Educação	80	04	60	20
2º		Filosofia da Educação I	80	04	80	0
		Brincar e Educação	80	04	60	20
		Sociologia da Educação II	80	04	60	20
		Língua Portuguesa	80	04	80	0
		Relações Interpessoais	40	02	20	20
		Arte Educação	40	02	20	20
3º		Filosofia da Educação II	80	04	80	0
		Didática	80	04	60	20
		Educação com Jovens e Adultos	80	04	60	20
		Psicologia da Educação II	80	04	60	20
		Educação, Gênero e Sexualidade	40	02	40	0
		Educação e Relações raciais	40	02	40	0
4º		Metodologia do Ensino da Educação Infantil I	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Alfabetização I	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	80	04	60	20
		Educação Inclusiva	80	04	80	0
		Pedagogia não escolar	40	02	30	10
		Optativa	40	02	40	0
5º		Estágio Supervisionado em Educação Inclusiva	80	04	20	60
		Metodologia do Ensino da Educação Infantil II	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino de Matemática	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino de Geografia	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Alfabetização II	80	04	60	20
		Optativa	40	02	40	0
6º		Estágio Supervisionado em Espaço não Escolar	80	04	20	60
		Metodologia do Ensino de Ciências	80	04	60	20
		Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa	80	04	40	40
		Metodologia do Ensino de História	80	04	60	20
		Gestão do Trabalho Escolar e não escolar	80	04	60	20
		Optativa	40	02	40	0
7º		Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão	120	06	20	100

		Educação e Tecnologias	80	04	60	20
		Pedagogia e Extensão	100	05	80	20
		Optativa	40	02	40	0
		Educação do Campo	40	02	25	15
		Optativa	40	02	40	0
8º		Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais, EJA e Gestão	120	06	20	100
		Educação com Povos da Floresta	80	04	60	20
		Legislação Educacional	80	04	60	20
		Educação Ambiental	40	02	25	15
		Teorias do Currículo	40	02	40	0
		Optativa	40	02	40	0
9º		Pesquisa em Educação II – TCC	80	04	20	60
		Políticas Públicas para Educação	40	02	40	0
		Políticas em Avaliação Educacional	40	02	20	20
		Optativa	40	02	40	0
		Optativa	40	02	40	0
		Atividades Complementares	200			
Total de carga horária			3740h			

As disciplinas optativas serão oferecidas a partir do 4º semestre do curso, sendo ofertadas no mínimo três, dentre as quais cada estudante poderá escolher uma. Caso tenha compatibilidade de horário, o estudante poderá cursar mais disciplinas optativas do que a quantidade mínima prevista na matriz curricular plena.

MATRIZ CURRICULAR DOS COMPONENTES OPTATIVOS OBRIGATÓRIOS

Componente Curricular	Código	T	P	Total
Cultura, identidade e diferença		40	0	40
Psicopedagogia e educação		40	0	40
Teatro didático: linguagens cênicas		40	0	40
Escola do campo e agroecologia para crianças		40	0	40
Retórica, ciência e educação		40	0	40
Existencialismo e educação		40	0	40
Lógica e teoria da ciência		40	0	40
Ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos		40	0	40
Libras		40	0	40
Pedagogia social		40	0	40

Metodologias de pesquisa com crianças		40	0	40
Educação com bebês		40	0	40
Projetos educacionais interdisciplinares		40	0	40
Etnoconhecimento e educação		40	0	40
História oral e documentos		40	0	40
Literatura infantil africana		40	0	40
Pedagogia de Projetos no Ensino de Ciências		40	0	40
Matemática Básica		40	0	40
Pedagogia sistêmica		40	0	40
Estudos das Infâncias		40	0	40
Formação e Profissionalização Docente		40	0	40
Desenvolvimento moral e ética profissional		40	0	40
Contação de histórias		40	0	40
Literatura infanto-juvenil		40	0	40
Produção de material didático		40	0	40

Formação geral: Metodologia da Pesquisa Científica; Filosofia da Educação I; Filosofia da Educação II; Metodologia do Ensino da Educação Infantil I; Psicologia da Educação I; Brincar e Educação; Didática; Metodologia do Ensino da Alfabetização I; Metodologia do Ensino da Educação Infantil II; Metodologia do Ensino de Ciências; Gestão do Trabalho Escolar e não escolar; Políticas Públicas para Educação; Sociologia da Educação I; Sociologia da Educação II; Educação com Jovens e Adultos; Metodologia do Ensino de Matemática; Legislação Educacional; Políticas em Avaliação Educacional; Língua Portuguesa; Psicologia da Educação II; Metodologia do Ensino de Geografia; Metodologia do Ensino de História; História da Educação; Relações Interpessoais; Pedagogia não escolar; Metodologia do Ensino da Alfabetização II; Teorias do Currículo; Arte Educação.

Aprofundamento e diversificação de estudos: Educação e Tecnologias

Libras; Educação Inclusiva; Educação Ambiental; Educação, Gênero e Sexualidade; Optativas; Educação com povos da Floresta; Educação do Campo; Educação e Relações Raciais.

Estudos integradores: Estágio Supervisionado em Educação Inclusiva; Estágio Supervisionado em Espaço não Escolar; Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão; Pesquisa em Educação II – TCC; Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa; Pedagogia e Extensão; Atividades complementares.

QUADRO DOS COMPONENTES CURRICULARES POR NÚCLEOS DE ESTUDO

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período
Metodologia da Pesquisa Científica	Filosofia da Educação I	Filosofia da Educação II	Metodologia do Ensino da Educação Infantil I	Estágio Supervisionado em Educação Inclusiva	Estágio Supervisionado em Espaço não Escolar	Estágio em Educação Infantil e Gestão	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais, EJA e Gestão	Pesquisa em Educação II – TCC
Psicologia da Educação I	Brincar e Educação	Didática	Metodologia do Ensino da Alfabetização I	Metodologia do Ensino da Educação Infantil II	Metodologia do Ensino de Ciências	Educação e Tecnologias	Educação com Povos da Floresta	Políticas Públicas para Educação
Sociologia da Educação I	Sociologia da Educação II	Educação com Jovens e Adultos	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	Metodologia do Ensino de Matemática	Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa	Pedagogia e Extensão	Legislação Educacional	Políticas em Avaliação Educacional
LIBRAS	Língua Portuguesa	Psicologia da Educação II	Educação Inclusiva	Metodologia do Ensino de Geografia	Metodologia do Ensino de História	Optativa	Educação Ambiental	Optativa
História da Educação	Relações Interpessoais	Educação, Gênero e Sexualidade	Pedagogia não escolar	Metodologia do Ensino da Alfabetização II	Gestão do Trabalho Escolar e não escolar	Educação do Campo	Teorias do Currículo	Optativa

	Arte Educação	Educação e Relações raciais	Optativa	Optativa	Optativa	Optativa	Optativa	
Atividades complementares 200h								

Núcleo I: Formação Geral

Núcleo II: Aprofundamento Diversificação de Estudos

Núcleo III: Estudos Integradores

MATRIZ CURRICULAR POR SEMESTRE

Semestre	Código	Componente Curricular	C.H.	CR.	H.T	H.P
1º		Metodologia da Pesquisa Científica	80	04	60	20
		Psicologia da Educação I	80	04	80	0
		Sociologia da Educação I	80	04	80	0
		LIBRAS	80	04	60	20
		História da Educação	80	04	60	20
			400	20	340	60
2º		Filosofia da Educação I	80	04	80	0
		Brincar e Educação	80	04	60	20
		Sociologia da Educação II	80	04	60	20
		Língua Portuguesa	80	04	80	0
		Relações Interpessoais	40	02	20	20
		Arte Educação	40	02	20	20
			400	20	320	80
3º		Filosofia da Educação II	80	04	80	0
		Didática	80	04	60	20
		Educação com Jovens e Adultos	80	04	60	20
		Psicologia da Educação II	80	04	60	20
		Educação, Gênero e Sexualidade	40	02	40	0
		Educação e Relações Raciais	40	02	40	0
			400	20	340	60
4º		Metodologia do Ensino da Educação Infantil I	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Alfabetização I	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	80	04	60	20
		Educação Inclusiva	80	04	80	0
		Pedagogia não escolar	40	02	30	10
		Optativa	40	02	40	0
			400	20	330	70
5º		Estágio Supervisionado em Educação Inclusiva	80	04	20	60
		Metodologia do Ensino da Educação Infantil II	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino de Matemática	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino de Geografia	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Alfabetização II	80	04	60	20
		Optativa	40	02	40	0
			440	22	300	140
6º		Estágio Supervisionado em Espaço não Escolar	80	04	20	60
		Metodologia do Ensino de Ciências	80	04	60	20

		Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa	80	04	40	40
		Metodologia do Ensino de História	80	04	60	20
		Gestão do Trabalho Escolar e não escolar	80	04	60	20
		Optativa	40	02	40	0
			440	22	280	160
7º		Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão	120	06	20	100
		Educação e Tecnologias	80	04	60	20
		Pedagogia e Extensão	100	05	80	20
		Optativa	40	02	40	0
		Educação do Campo	40	02	25	15
		Optativa	40	02	40	0
			420	21	265	155
8º		Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais, EJA e Gestão	120	06	20	100
		Educação com Povos da Floresta	80	04	60	20
		Legislação Educacional	80	04	60	20
		Educação Ambiental	40	02	25	15
		Teorias do Currículo	40	02	40	0
		Optativa	40	02	40	0
			400	20	245	155
9º		Pesquisa em Educação II – TCC	80	04	20	60
		Políticas Públicas para Educação	40	02	40	0
		Políticas em Avaliação Educacional	40	02	20	20
		Optativa	40	02	40	0
		Optativa	40	02	40	0
			240	12	160	80
Atividades complementares						200
Carga horária Teoria e prática						3540
Carga Horária Total do Curso: 3.740h						

O curso possui três mil setecentas e quarenta horas somadas as horas teóricas e práticas, inclusive os estágios e as atividades complementares. A soma da carga horária total entre teóricas e práticas não foi efetuada no quadro acima pelo fato de que, nesses componentes optativos, haverá rotatividade a cada semestre e, as cargas horárias não seguem um mesmo padrão, segundo pode ser observado no quando específico.

Conforme a Resolução 500/ CONSEA/UNIR, de 12 de Setembro de 2017, a carga horária desenvolvida nos componentes curriculares compreende cinquenta minutos (50min). Por outro lado, a carga horária efetuada fora da universidade, nos componentes de Estágio Supervisionado e Atividades Complementares, será de sessenta minutos (60min). Atendendo às exigências do Ministério da Educação, apresentamos a carga horária em horas de sessenta minutos:

- Componentes curriculares = 2616 horas
- Estágio Supervisionado= 400 horas
- Atividades Complementares = 200 horas
- Total do curso: 3216 horas

No quadro a seguir constam os componentes curriculares optativos, que serão ao todo, oito ao longo do curso, totalizando 320h, já contabilizadas na carga horária total. Desse modo, todos/as terão a mesma carga horária, mas não farão as mesmas disciplinas eletivas, ficando a critério de cada um/a.

COMPONENTE CURRICULAR	T	P	TOTAL
Contação de histórias	12	28	40
Cultura, identidade e diferença	28	12	40
Desenvolvimento moral e ética profissional	12	28	40
Educação com bebês	16	24	40
Ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos	12	28	40
Escola do campo e agroecologia para crianças	20	20	40
Estudos das Infâncias	40	0	40
Etnoconhecimento e educação	20	20	40
Existencialismo e educação	32	8	40
Formação e Profissionalização Docente	40	0	40
História oral e documentos	28	12	40
Libras	12	28	40
Literatura infantil africana	12	28	40
Literatura infanto-juvenil	12	28	40

Lógica e teoria da ciência	32	8	40
Metodologias de pesquisa com crianças	24	16	40
Pedagogia de projetos no ensino de ciências	8	32	40
Pedagogia sistêmica	8	32	40
Pedagogia social	12	28	40
Produção de material didático	8	32	40
Projetos educacionais interdisciplinares	8	32	40
Psicopedagogia e educação	28	12	40
Retórica, ciência e educação	32	8	40
Teatro didático: linguagens cênicas	12	28	40
Matemática Básica	32	8	40

a) Sobre libras e relações étnico-raciais

Ambas as temáticas estão contempladas na carga obrigatória da matriz curricular. Além disso, elas são trabalhadas como componentes curriculares optativos, também obrigatórios.

b) Ações e convênios com redes públicas e instituições privadas

A celebração de convênios com instituições públicas, privadas e Ong's estão previstas conforme prevê o Regulamento 454/2016, seguindo o modelo da Unir, tratando em especial de Estágios Supervisionados. No caso de convênio com a Rede Estadual de Ensino, seguiremos o Convênio Unir/Seduc/06/2013, já efetivado. Prevendo mobilidade estudantil, seguiremos os convênios já estabelecidos pela Instituição observando as normas da Prograd.

c) Ementário – disciplinas obrigatórias

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE E EDUCAÇÃO			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 20	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Compreensão dos principais artistas brasileiros que compõem as artes visuais, música, dança, teatro, cinema e literatura. Sistematização da História da Arte e suas características, leituras e releituras. Desvelamento das diversas manifestações artísticas enquanto singularidade/pluralidade. Metodologias para a			

criação artística com as crianças (colagem, dobradura, pintura, modelagem, pintura corporal, trancinha no cabelo). A contribuição da arte para a criticidade e a denúncia de injustiça.	
OBJETIVOS	
Proporcionar ao acadêmico referências teórico-práticas sobre a arte em sua totalidade para que possa perceber, sentir e vivenciar a arte como um aspecto importante para a vida. Reconhecer nas atividades propostas as diferentes metodologias que envolvam reflexão, apreciação e fazer. Ampliar as possibilidades de atuação pedagógica que envolvendo o trabalho com música, dança, teatro e artes visuais.	
REFERÊNCIAS	
BÁSICA: BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no ensino da arte: Anos 1980 e novos tempos . 9.ed. São Paulo: Perspectiva: 2014. FERRAZ, Maria Heloísa. Metodologia do Ensino da Arte , São Paulo, Cortez, 2009. PILLAR, Analice Dutra.(org.) A Educação do Olhar . 2. Ed, Porto Alegre: Mediação, 2001. _____, Analice Dutra. Fazendo artes na alfabetização: artes plásticas e alfabetização . 3. ed. Porto Alegre: Kuarup, 1988.	
COMPLEMENTAR: BARBOSA, Ana Mãe, Arte Educação no Brasil, Realidade Hoje e Perspectivas Futuras , Estud. av.vol.3 nº.7 São Paulo Sept./Dec. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01030141989000300010&script=sci_arttext . Acesso em 20/03/18. CROSS, Jack. O ensino da arte nas escolas . São Paulo, Paulinas, 1996. CUNHA, José Auri, A Experiência Simbólica e a Arte na Cultura Tecnológica , in: Filosofia, Iniciação à Investigação Filosófica, SP, Atual ed.,1992. MARTINS, Mírian Celeste. PICOSQUE, Gisa. GUERRA, M. Terezinha T. Didática do ensino de arte: a língua do mundo, poetizar, fruir e conhecer arte . FTD, 1998. POZENATO, Kenia. GAUER, Mauriem Introdução à História da Arte . 3. ed, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.	

COMPONENTE CURRICULAR: BRINCAR E EDUCAÇÃO			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Apresentar propostas e alternativas para a prática e intervenção didático-pedagógicas do trabalho com o corpo na infância para o desenvolvimento da noção de sujeito autoral. Os jogos e brincadeiras para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Estudar os aspectos sociais, educacionais e lúdicos para refletir sobre a cultura do brincar na sociedade contemporânea. Planejamento e aplicação das atividades recreativas e de lazer em instituições de ensino.			
OBJETIVOS			
Conhecer a influência do brincar para o desenvolvimento psíquico da criança analisando o papel do brincar na formação humana e no processo educativo,			

considerando a dimensão histórico-cultural e a importância do brincar livre e dirigido para o processo de conhecimento, expressividade e socialização da criança.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução, apresentação e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo –SP: Ed. Scipioni, 3ª ed. 1992.

GUERRA, Marlene. **Recreação e lazer**. P. Alegre: Ed. Sagra, 3ª ed., 1991.

COMPLEMENTAR:

BETTELHEM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 29 ed. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PRESTE, Z. **Quando não é quase a mesma coisa**: traduções de Lev Seminovitch Vigotski no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2012.

ROSA, Sanny S. da. **Brincar, conhecer, ensinar**. São Paulo: Cortez, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores**. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka. Trad. Zoia Ribeiro Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: DIDÁTICA

PRÉ-REQUISITO: Não se aplica

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Desenvolvimento histórico da Didática e tendências pedagógicas. O processo de ensino/aprendizagem na educação, interação professor-aluno. Competências e habilidades do educador na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Organização do trabalho didático do professor.

OBJETIVOS

Compreender a função da didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. Possibilitar aportes para desenvolver planos de ensino e projetos pedagógicos nas escolas. Conhecer diferentes metodologias de ensino para diferentes sujeitos da educação escolar e para além dela, sendo crianças, jovens, adultos e idosos.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

CANDAU, Vera M. F. (Org). **A Didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2000.

ZABALLA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COMPLEMENTAR:

DEIRÓ, Maria de Lourdes C.. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 11 ed. São Paulo: Moraes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIMENTA, Selma G. (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo:

Cortez, 1999.

PINTO, Umberto A. **A docência em contexto e os impactos das políticas públicas em educação no campo da didática**. In LIBANEO, J.C., ALVES, N. (orgs). Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

_____. A. **O papel e os desafios da educação básica no Brasil**. In PIMENTA, S.G., PINTO, U.A. (orgs). O papel da escola pública no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 25	PRÁTICA: 15	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
O estudo do meio enquanto componente curricular para o ensino de crianças. Histórico da Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação. Educação Ambiental e ludicidade. Produção de Material didático para o Ensino de Educação Ambiental.			
OBJETIVOS			
Compreender a história, a necessidade, o desenvolvimento e desafios da Educação Ambiental, com vista às competências e habilidades para criação de projetos de Educação Ambiental integrando saberes nas escolas.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde . 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais . 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004. REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental? São Paulo: Brasiliense, 2009.			
COMPLEMENTAR: DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas . São Paulo: Gaia, 2010. DIAS, G. F. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental . São Paulo: Gaia, 2006. PENTEADO, Heloísa D. Meio ambiente e formação de professores . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. RODRIGUES, M.H.Q. Práticas em Educação Ambiental – metodologia de projetos . Curitiba: Appris, 2016. TRAVASSOS, Edson Gomes. A prática da educação ambiental nas escolas . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO COM POVOS DA FLORESTA			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			

Estudo das formas de socialização e aprendizagem presentes nos modos de viver e significar o mundo das comunidades amazônicas. Dilemas, contribuições, desafios da atividade de ensino e aprendizagem, e do saber escolar nesse contexto.
OBJETIVOS
Possibilitar estudos sobre as relações entre o ensinar e o aprender na perspectiva dos povos da floresta da região amazônica. Reconhecimento da diversidade étnica e cultural em Ji-Paraná e arredores.
REFERÊNCIAS
BÁSICA: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 1981. 116p. MINDLIN, Betty. O aprendiz de origens e novidades: o professor indígena, uma experiência de escola diferenciada. <i>In: Estudos Avançados</i> , v. 8, n. 20, p. 233-253, 1994. MONTE, Nietta Lindenberg. Escolas da Floresta : entre o passado oral letrado. Rio de Janeiro: Multiletra, 1996. 228p.
COMPLEMENTAR: BRASIL. Cadernos SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Povos da Floresta . 59ª Reunião Anual. 2007. GAVIÃO, Zacarias Kapiaar. Bekáh : O lugar da educação tradicional Gavião. TCC (Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2015. KARITIANA, Inácio. Processos próprios de educação do Povo Karitiana . TCC (Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2015. RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995. SURUÍ, Joaton. Metar et ah : Uma proposta de educação escolar indígena diferenciada para o Povo Surui Paiter de Rondônia. TCC (Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Historicidade e contextualização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil considerando as políticas públicas em seus aspectos legais, sociais, culturais e educativos. Estrutura curricular, propostas e avaliação. A formação do/a professor/a de Educação de Jovens e Adultos. Estudo das teorias e dos programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos.			
OBJETIVOS			
Compreender conceitualmente e na prática de Estágio Supervisionado os percursos sócio-históricos que envolvem os sujeitos da EJA; entender os principais marcos legais no Brasil, Conferências e documentos internacionais que incidiram e incidem nessa modalidade de educação.			
REFERÊNCIAS			

BÁSICA:

CAMARGO, Maria Rosa R. M. de & FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima R.

Educação de pessoas jovens e adultas: múltiplas faces de um projeto educacional. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica – UNESP, 2010.

FERNANDES, Dorgival Gonçalves. **Alfabetização de jovens e adultos:** pontos críticos e desafios. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização** – teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.

COMPLEMENTAR:

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos.** Currículos e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MACHADO, Maria Margarida & COSTA, Cláudia Borges. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO DO CAMPO

PRÉ-REQUISITO: Não se aplica

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 25	PRÁTICA: 15	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Concepções de campo, de educação e movimentos sociais do campo. Políticas públicas educacionais para o campo. Bases legais da Educação do Campo. A organização do trabalho pedagógico na escola do campo. A Pedagogia da Alternância como modalidade de educação do Campo.

OBJETIVOS

Analisar as políticas de Educação do Campo, compreendendo que o campo possui formas de organização de tempos e espaços escolares, que requerem a mobilização de múltiplos saberes, competências, valores e atitudes para a organização do trabalho escolar e pedagógico. Reconhecer os sujeitos e suas diversidades e maneiras de existência no campo.

REFERÊNCIAS**BÁSICA:**

BRASIL. **Diretrizes** Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. CNE/CEB. Nº 1. Brasília: 03 de abril de 2002.

CALDART, Roseli Salete et. all. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões de nossa época).

COMPLEMENTAR:

ARROYO, Miguel G.; CALDAR, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GHEDIN, Evandro (Org.). **Educação do Campo.** Epistemologias e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

ROCHA, Jefferson Marçal da & VALENTINI, Lydia Maria A. B. **Escola do Campo.** Desafios para o enraizamento de uma prática educacional democrática. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 40	PRÁTICA: -	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Construção do pensamento social brasileiro, Concepções sobre raça, etnia, pertencimento étnico racial “conforme categorias do IBGE”, Racismo , discriminação e preconceito racial e cultura; cultura afro-brasileira e indígena. Legislação de combate ao racismo e intolerância religiosa.			
OBJETIVOS			
Compreender a relevância dos estudos sobre as relações raciais no contexto formativo da sociedade brasileira, principalmente a participação dos sujeitos nas dinâmicas responsáveis pela construção da nação.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: MULLER, Maria Lucia Rodrigues. Pensamento social brasileiro e a construção do racismo. 2 ed. Cuiabá: UFMT, 2010. MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. 200, p. NEVES, Josélia Gomes; PACÍFICO, Juracy Machado; BUENO, José Lucas Pedreira. Universidade, licenciatura e interculturalidade: anúncio de aprendizagens na floresta. Porto Velho: Pandion, 2013. 286 p. SANTOS, Tereza. Raça, currículo e práxis pedagógica. 2 ed. Cuiabá: UFMT, 2010. 24 p. (Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira, Vol. 11).			
COMPLEMENTAR: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei 10.639 de Janeiro de 2003. Brasília: 2003. CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 DIWAN, Pietra. Raça pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. MUNANGA. Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. PETRUCCELLI, José Luis. A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.			

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Tratamento das tecnologias de comunicação e informação no ambiente educativo.			

Os programas de ensino à distância. Possibilidades e limites da Educação à Distância como oportunidade de aprendizagem individual e compartilhada, bem como estratégia para enfrentamento de problemas educacionais. Perspectivas e desafios da Educação à Distância, gestão estratégica de sistemas de EAD: planejamento, implementação de políticas e projetos. Material pedagógico: impressos, VT, On line. Estratégias para aplicação da Educação à Distância e das Tecnologias da Informação: atividades em laboratórios e pesquisa.	
OBJETIVOS	
Oportunizar aos acadêmicos condições de conhecer os fundamentos e práticas em Educação à Distância (EaD), bem como apresentar aos mesmos as tecnologias da informação e comunicação (TICs) que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Proporcionar informações teórico-práticas permitindo a percepção e conscientização do impacto da tecnologia na educação, principalmente em relação às mudanças do papel do professor e do aluno.	
REFERÊNCIAS	
BÁSICA: ELIASQUEVICI, Marianne Kogut, FONSECA, Nazaré Araújo da. Educação a Distância: orientações para o início de um percurso . Belém: EDUFPA, 2002. LEVY, PIERRE. As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2ª ed., 1993. LITWIN, Edith (org). Educação a distância . Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.	
COMPLEMENTAR: LEVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. MORAES, Maria Cândida (org). Educação a distância : fundamentos e práticas. Campinas, SP. UNICAMP/NIED, 2002. MORAN, J.M., MASETTO, M.T. e BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas: Papirus, 2000. PAPERT, Seymour M. (1993). A máquina das crianças. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed. 1994. (1) VALENTE, José Armando. Formação de Educadores para o Uso da Informática na Escola. Unicamp / NIED. 2003.	

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA			
PRÉ-REQUISITO: LIBRAS			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 0	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Estudo do tema inclusão e diversidade contextualizando-o no âmbito de políticas e práticas que objetivam a educação de qualidade para todos, com destaque para a política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008) dos fundamentos históricos, políticos, teóricos e pedagógicos da educação inclusiva.			
OBJETIVOS			
Relacionar o estudo da educação inclusiva com as políticas públicas e práticas que objetivam a educação de qualidade para todos e fundamentos históricos, políticos, teóricos e pedagógicos da pessoa com deficiência.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA:			

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações Curriculares. Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: SEF: SEESP, 1998. Disponível em: <http://www.ines.org.br/paginas/downloads/adaptacao.pdf>.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONTE, Priscila **Educação Especial**: Para além das deficiências, um olhar para os distúrbios, transtornos e síndromes. Curitiba: Multiverso, 2009.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a Reorganização do Trabalho Pedagógico. Porto alegre: Mediação, 2014.

SILVA, L. G. S. **Educação Inclusiva**: prática pedagógica para uma escola sem exclusões. São Paulo: Paulinas, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE			
PRÉ-REQUISITO:			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 40	PRÁTICA: 0	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Conceito e surgimento das teorias de gênero. Sexualidade, ciência e educação. Crianças, sexualidade e diversidade sexual. Educar para o exercício dos direitos humanos. Gênero, feminismo e a luta pela igualdade nas diferenças. O trabalho de gênero com as crianças.			
OBJETIVOS			
Compreender especificidades das relações de gênero e suas diversidades relacionando com os sujeitos – crianças, jovens, adultos e idosos - nos contextos educacionais e sociais. Proporcionar o entendimento de cultura acolhedora e respeitosa entre todos/as, em vista da superação do machismo e das formas de dominação e opressão patriarcal na sociedade.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA:			
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade . Rio de Janeiro: Graal, 1988. (vol1, 2, 3)			
SOUSA, Ana Inês (Org.). Desigualdade e diferença na universidade : gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.			
SUPLICY, Marta (Org.). Sexo se aprende na escola . 3.ed. São Paulo: Olho D'Água, 2000.			
COMPLEMENTAR:			
ARATANGY, Lidia Rosenberg. Novos desafios da convivência . São Paulo: Rideel, 2010.			
BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Pensando gênero e ciência - 2º Encontro nacional de grupos de pesquisas 2009/2010 . Brasília: SEPM, 2010.			
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação . Petrópolis: Vozes, 2004.			
_____. (Org.). Um corpo estranho . Belo Horizonte: Autêntica, 2004.			

COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA			
PRÉ-REQUISITO: Didática, Educação Inclusiva, LIBRAS, Educação e Relações raciais			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 80	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
A educação inclusiva, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Experiências de processos educativos na escola de educação inclusiva. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal. Dinâmica do serviço de apoio pedagógico especializado nas salas de recursos multifuncionais.			
OBJETIVOS			
Instrumentalizar-se, por meio de conhecimentos teóricos e metodológicos, para o trabalho pedagógico com as diferenças, objetivando a adoção de uma prática inclusiva de ações intencionais e éticas, vislumbrando a permanência do educando com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação no espaço escolar com qualidade e acesso ao conhecimento.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf >. Acesso em 20/março de 2018. FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga <i>et al.</i> Aspectos legais e orientação pedagógica . São Paulo: MEC/SEESP, 2007. SKLIAR, Carlos. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial . 3 ed. Mediação, 2001.			
COMPLEMENTAR: DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. DRAGO, Rogério. Síndromes: conhecer planejar e incluir . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. MAZZOTTA, Marcos José Silveira Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. PACHECO, José e outros. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar . Porto Alegre: Artmed, 2007. PADILHA, Ana Maria L. Práticas Pedagógicas na Educação Especial . São Paulo: FAPESP, 2001.			

IDENTIFICAÇÃO	
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EDUCAÇÃO INFANTIL E GESTÃO	
CÓDIGO:	SEMESTRE:
PRÉ-REQUISITO: Brincar e Educação; Didática; Metodologia do Ensino da Educação Infantil I e Metodologia do Ensino da Educação Infantil II	
CARGA HORÁRIA	

TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 100	TOTAL: 120	CRÉDITOS: 4
EMENTA			
Diretrizes educativas e definição das atividades pedagógica da atuação no estágio em Educação Infantil envolvendo crianças de zero à cinco anos de idade. Conhecimento dos campos de estágio e definição compartilhada dos projetos de estágio. Observação, registro, documentação e análise dos contextos e das relações educativas. Identificar o modo como o tempo e o arranjo espacial destes ambientes de aprendizagem são estruturados, relação criança-criança e o modo como constroem as suas culturas. Observar a relação dos adultos-crianças e as condições de produção das culturas infantis. Observação da relação adulto-adultos entre eles, hierarquia de poder, gestão e co-gestão envolvendo as famílias das crianças ou seus responsáveis. Realizar prática docente.			
OBJETIVOS			
Proporcionar a vivência do estudante nas instituições de Educação Infantil contemplando as dimensões da docência e da gestão democrática. Estabelecer um diálogo entre os conceitos teóricos adquiridos nos componentes curriculares metodologia do ensino da Educação Infantil I e II com intensão de (re)significar estudos, observações e práticas pedagógicas presentes na educação de bebês e de crianças até os cinco anos de idade.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: LOPES, Jader janer Moreira. Geografia e educação infantil: espaços e tempos desacostumados . Porto Alegre –RS: Mediação, 1ª ed. 2018. (3) MARTINS FILHO, Altino José. Educar na creche: uma prática construída com os bebês e para os bebês . Porto Alegre: Ed. Mediação, 2016. ESTRELA, Maria Teresa. Profissão docente: dimensões afetivas e éticas . Porto: Areal, 2010.			
COMPLEMENTAR: MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica . Campinas: Autores Associados, 2013. PRESTE, Z. Quando não é quase a mesma coisa: traduções de Lev Seminovitch Vigotski no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2012. PIMENTA, Selma Garrido (org). Saberes pedagógicos e atividade docente . 3 ed. São Paulo, Cortez, 2002. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006. PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.			

COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR			
PRÉ-REQUISITO: Didática, Pedagogia não escolar; Educação e Relações raciais.			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 60	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Entendimento de espaços pedagógicos não escolares para atuação do/a pedagogo/a. Preparação para prática pedagógica em espaços não escolares. Pedagogia escolar e não escolar. Pedagogia dos movimentos sociais e da			

insurgência. Pedagogia institucional. Organizações não governamentais e educação e educação popular.	
OBJETIVOS	
Compreender os espaços não escolares como ambientes educativos; Perceber as possibilidades de atuação do pedagogo e da pedagoga em ambientes não escolares; Executar trabalhos pedagógicos em espaços não escolares numa perspectiva da educação popular.	
REFERÊNCIAS	
BÁSICA: GADOTTI, Moacir. Educação e poder : introdução à pedagogia do conflito. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1991. _____; TORRES, Carlos Alberto. Estado e educação popular na América Latina . Campinas: Papirus, 1992. FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora. Fazer escola conhecendo a vida . 5. ed. Campinas: Papirus, 1990. LIMA, Antonio Almerico Biondi (Org.). Educação popular na Amazônia : As experiências da CUT em qualificação profissional. Porto Velho: CUT, 2001. PICONEZ, Stela Bertolo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 14 ed. Campinas: Papirus, 2007.	
COMPLEMENTAR: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). O educador : vida e morte - escritos sobre uma espécie em perigo. 5 ed. - Rio de Janeiro : Graal, 1992. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança : um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. _____. O que é Método Paulo Freire . 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. GADOTTI, Moacir. A educação contra a educação : o esquecimento da educação e a educação permanente. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. GARCIA, Regina Leite. Aprendendo com os movimentos sociais : São Paulo: DP&A, 2000. MIRANDA-PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. 10 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.	

COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS, EJA E GESTÃO			
PRÉ-REQUISITO: Didática, Educação com Jovens e Adultos, Metodologia do Ensino de História, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa, Matemática, Alfabetização I e II; metodologia do ensino da alfabetização II			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 100	TOTAL: 120	CRÉDITOS: 06
EMENTA			
Observação, acompanhamento e participação em atividades docentes, pedagógicas e de gestão. Elaboração e execução do projeto de docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Plano de ação docente que contemple investigação e intervenção educativo-pedagógica no contexto de escolas de ensino fundamental com ênfase nos anos iniciais. Elaboração e socialização do relatório de estágio.			
OBJETIVOS			
Desenvolver e (re)significar estudos, observações e práticas pedagógicas em escolas no formato de estágio supervisionado nos Anos Iniciais, EJA e Gestão. Entender conceitualmente a formação profissional da docência em construção,			

inicial e da formação em serviço para a atuação nos anos iniciais, EJA e Gestão.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à supervisão escolar**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1987. 328 p.

LANHARD, Rudolf. **Fundamentos da supervisão escolar**. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1977. 178 p. (Manuais de estudo).

PIMENTA, Selma Garrido **Estágio e docência**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 295 p.

SILVA, Naura Syria F. Corrêa da. **Supervisão educacional**: uma reflexão crítica. 6 ed. Petropolis: Vozes, 1991. 103 p.

COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

JÚNIOR, Celestino Alves da Silva.; RANGEL, Mary. **Novos olhares sobre a supervisão**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1999. 197, p. (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).

PICONEZ, Stela C. Bertolo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14 ed. Campinas: Papirus, 2007. 139, p. (Magistério, formação e trabalho pedagógico).

COMPONENTE CURRICULAR: PEDAGOGIA E EXTENSÃO

PRÉ-REQUISITO: Não se aplica

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 20	TOTAL: 100	CRÉDITOS: 05
--------------------	--------------------	-------------------	---------------------

EMENTA

Conceito, numa perspectiva histórico-filosófica, dos estudos referentes à Universidade Pública e à Extensão Universitária. Função acadêmica e social da Extensão Universitária. Concepções, legislação e tendências da Extensão Universitária em Universidades Públicas. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulado ao ensino de graduação e à pesquisa. Aplicação e divulgação de resultados dos projetos de extensão.

OBJETIVOS

Compreender o que é extensão e a sua importância na Universidade; fomentar possibilidades de participação em projetos de extensão e educação popular e identificar seus impactos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

CONTADOR, C.R. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25ª Ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

COMPLEMENTAR:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus; Editus, 2001. 65p. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

_____. **Sistema de Dados e Informações**. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ,

2001.84P. (Coleção Extensão Universitária; v. 2).

_____. **Extensão e Flexibilização Curricular**. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

_____. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 0	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Introdução à filosofia e aos seus tópicos de discussão. O pensamento antigo e medieval com suas principais características. O conceito de cidadania na antiguidade grega e medievalidade latina. Educação e filosofia nas sociedades antiga e medieval.			
OBJETIVOS			
Introduzir os acadêmicos em leituras filosóficas e nas principais discussões ao longo da história da Filosofia. Desenvolver habilidades argumentativas, éticas e estéticas e compreender conceitos básicos da Filosofia voltados para a Educação.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: ARANHA. M. L. MARTINS, M. H. Filosofando: Introdução à Filosofia , Ed. Moderna, 1997 JOLIVER, Miguel Garcia, Fundamentos de Filosofia , Mestre Jou/SP LIBANEO. Ideologia e cidadania – In coleção Polêmica. S. Paulo, Moderna, 1995. Lopes, S.J.Pe. Francisco Lemos. Introdução á Filosofia , Liv. Agi. Ed. RJ MARITAN, Jacques. Introdução ao Estudo da Filosofia , Editora Ática – São Paulo.			
COMPLEMENTAR: ARISTÓTELES. Órganon . Bauru, SP: Edipro, 2016. DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é filosofia? São Paulo: editora 34, 2004. JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego . 2ª ed. Tradução: Artur M. Parreira. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1994. PLATÃO. A República . 5ª ed. Tradução: Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 513 p. PLATÃO. Diálogos: Mênon, Banquete e Fedro . Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. ROTTERDAM, Erasmo de. Elogio da Loucura . São Paulo: Hemus, s.d. SANTO AGOSTINHO. De magistro (Coleção Os Pensadores). Tradução: Angelo Ricci. São Paulo: Editora Abril, 1973. TOMÁS DE AQUINO, Súmula contra os Gentios . In: SÃO TOMÁS E DANTE, coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1988.			

COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II			
PRÉ-REQUISITO: Filosofia da Educação I			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 0	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Surgimento da ciência moderna. Conhecimento e método na modernidade. Os teóricos do contratualismo. Educação e política no contexto capitalista global.			
OBJETIVOS			
Desenvolver noções de dialética. Compreender os argumentos filosóficos na constituição das teorias educacionais e introduzir os acadêmicos em temáticas que vinculam o pensar filosófico e a educação.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado . Lisboa: Editorial Presença. S/d. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação . 2 ed., São Paulo, Cortez, 1983. GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura . Trad. De Carlos M. Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.			
COMPLEMENTAR: ARENDT, H. A condição Humana . 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade : para uma teoria geral da política. São Paulo: Editora Terra e Paz, 2007. REALE, G.; ANTISERI, D. História da Filosofia , Vol. 1;2,3, 4 e 5. São Paulo: Paulus, _____. HOBBS, Thomas. Leviatã . Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979. LAKATOS, I. 1979. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In : LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (orgs). A crítica e o desenvolvimento do conhecimento . São Paulo: USP. LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo civil . São Paulo: Martins Fontes, 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR: GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico. A contribuição do trabalho coletivo no âmbito da gestão escolar: Elaboração, organização, coordenação e avaliação do projeto político-pedagógico da escola e a gestão do trabalho pedagógico do educador no contexto da sala de aula. Gestão educativa em diferentes instituições e grupos sociais escolares e não escolares.			
OBJETIVOS			
Reconhecer a gestão e a organização do trabalho escolar como forma de otimizar			

as ações desenvolvidas no espaço educativo, oportunizando a construção de uma escola democrática e participativa. Conhecer formas diferenciadas de gestão em espaços institucionais.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

KUENZER, Acácia Zeneida et.al. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola teoria e prática**; Goiânia: ed. Alternativa, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**: 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

COMPLEMENTAR:

AMARAL, Ana Lúcia. et.al. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto **Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político Pedagógico da Escola**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

PRÉ-REQUISITO: Não se aplica

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Conceituação de História da Educação. A produção da história da educação no ocidente e oriente; história da educação no Brasil e com destaque para história da educação regional compreendendo o período colônia, Império e República.

OBJETIVOS

Compreender a constituição da história da educação no oriente e ocidente: Suas passagens no Brasil, e Rondônia apropriando-se das principais referências teóricas que fundamentam as historicidades da Educação nestes espaços como sustentáculo para a construção da sociedade.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

MONTEIRO, A. Reis. **História da educação: do antigo "direito de educação" ao novo "direito à educação"** A. São Paulo: Cortez, 2006.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

TEIXEIRA, Eliane Marta; FARIA, Luciano Mendes de Faria Filho; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo : Autêntica, 2003.

COMPLEMENTAR:

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo, UNESP, 1999

DUTRA, P. S. Guaporé na Primeira República. In; SÁ, N. P. & CÂ, L. O. **Educação e Fronteira: A questão do negro em Mato Grosso**. Cuiabá: Edufmt, 2009. p. 173-191.

GOMES. P. de A. **A educação escolar no Território Federal do Guaporé**. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Instituto, Faculdade,

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006. 147 f.
 GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
 MULLER, Maria Lúcia. **As construtoras da nação**: professoras primárias na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.
 SILVA, Adriana Maria Paulo. **Aprender com perfeição e sem coação**: Uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.
 SIQUEIRA, M. Elizabeth. Luzes e Sombras: **Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: INEP; COMPED; EdUfmt, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Contextualização das leis educacionais (direitos educativos e o ensino básico no Brasil) considerando os processos históricos, políticos e sociais. Aplicabilidade da Lei 9394/96 no contexto escolar e em outros ambientes educativos. Reflexão crítica acerca da formação do educador a partir dos dispositivos legais.			
OBJETIVOS			
Oportunizar ao estudante a noção e compreensão crítica dos aspectos legais que governam a organização do sistema educacional brasileiro, considerando os principais documentos para a Educação na atualidade. Apropriar-se das referências legais para assegurar condições de trabalho aos profissionais da Educação e aos destinatários do processo educativo.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA:			
BRASIL, Ministério da Educação. LDBEN nº. 9.394/96 . – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil, 1996.			
DEMO, Pedro. A Nova LDB : ranços e avanços. São Paulo; Papirus. 1997 (4)			
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação : por uma estrutura política educacional. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.			
COMPLEMENTAR:			
DIMENSTEIM, Gilberto. O Cidadão de Papel . SP: Ática, 2004.			
DORNAS, Roberto. A prática e Implantação da Nova LDB : estrutura e funcionamento da Escola de Educação Básica			
LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização . SP: Cortez, 2007.			
MENESES, João Gualberto de C. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica . SP: Pioneira Thomson, 2004.			
OLIVEIRA, Elias. Direito Educacional e Educação no Século XXI . Comentários a nova lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: UNESCO, 1997.			

COMPONENTE CURRICULAR: LIBRAS
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica
CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Noções básicas de Libras com vista a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos envolvendo a estrutura da língua de sinais e suas especificidades. Fundamentos da educação de surdos. O surdo no espaço escolar. Estudos de diferentes áreas que se propõem a ampliar a reflexão sobre a exclusão social dos grupos minoritários de base antropológica e cultural, buscando referenciais que permitam conceber os surdos como sujeitos culturais.			
OBJETIVOS			
Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar e sua base legal; Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. Promover o uso da LIBRAS no meio acadêmicos com conhecimentos básicos necessários para valorização da identidade e cultura surda.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BRITO, Lucinda F. Brito [organização]. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Língua Brasileira de Sinais . Brasília: MEC, 1998. Vol. 3. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SKLIAR, C. A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: 4. Ed. São Paulo: Mediação, 2010.			
COMPLEMENTAR: PERIÓDICOS da CAPES. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br Acesso 02/07/2015. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira I e II . São Paulo: USP, 2001. FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna S. LIBRAS em contexto. Curso Básico . MEC/FENEIS: Rio de Janeiro. 2006. www.feneis.org.br/page/libasemcontexto.asp GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. MOURA, M. C. O Surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Revinter, 2000. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda . 4ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.			

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 0	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Conhecimentos teórico-metodológicos relativos ao ensino de Língua Portuguesa: concepções de linguagem, língua, gramática, (fonética, fonologia, semântica, sintaxe, ortografia), leitura e texto. Coesão e coerência textual. A norma culta, as variações e o erro linguístico. As interfaces do preconceito linguístico. Leitura e produção de textos acadêmicos visando a desenvolver habilidades de elaboração de textos orais e escritos.			

OBJETIVOS	
Ampliar o aprendizado de diversos gêneros e tipos textuais a partir da prática da leitura e da produção de textos. Reconhecer os tipos de concepção de linguagem e gramática. Analisar os tipos de erros existentes nos textos produzidos por alunos, refletindo sobre a leitura na vida das crianças e as leituras adequadas às crianças. Refletir sobre os textos acadêmicos visando a desenvolver habilidades de elaboração de textos orais e escritos	
REFERÊNCIAS	
BÁSICA: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita : Atividades de retextualização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática . 11ed. São Paulo: Cortez, 2006.	
COMPLEMENTAR: ANDRADE, Maria Margarida. Língua Portuguesa : noções básicas para os cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2004. BAGNO, Marcos. A Língua de Eulália . Novela Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2000. BERLO, David K. O processo da comunicação . São Paulo: Martins Fontes, 2000. CANÇADO, Marcia. Manual de Semântica: noções básicas e exercícios . Belo Horizonte, editora UFMG: 2008. GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. MARTELOTTA, Mário (Org.). Manual de Linguística . 1ed, São Paulo: Contexto, 2010. PERIÓDICOS da CAPES. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br Acesso 02/07/2017.	

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Ciência: fundamentos do conhecimento científico. Discussão sobre como se configura uma pesquisa acadêmica e os métodos científicos. Diferentes modalidades de trabalhos acadêmicos. Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos científicos nas Normas da ABNT. Elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa. A ética na pesquisa.			
OBJETIVOS			
Reconhecer elementos técnicos do trabalho científico e compreender os conceitos de método e produtividade acadêmica. Distinguir entre forma e conteúdo no processo de elaboração de conhecimento e compreender os fundamentos normativos para aplicação o exercício da atividade acadêmica. Conhecer e aprender na prática normas da ABNT.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA:			

BARROS, A. de J. P. de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPLEMENTAR:

ALVES -MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: elaboração de referências. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. **Resolução 196/96 de 10 de outubro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 10 de out. de 1996. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc>>.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

CENCI, Â. V. **O que é ética?** Elementos em torno de uma ética geral. Passo Fundo, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

LÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL I

PRÉ-REQUISITO: Didática, Brincar e Educação

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Concepções de infância e suas implicações para o trabalho pedagógico junto às crianças de até cinco anos de idade. As crianças e a diversidade nas culturas contemporâneas. A construção da identidade pessoal e coletiva (etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística, religiosa, etc.) nas interações, relações e práticas cotidianas da cultura contemporânea. Interações sociais, afetividade e aprendizagem numa perspectiva histórico-cultural. Dialogar com a produção atual de pesquisadora/es da infância e da educação infantil. O

estudo da(s) pedagogia(s) da infância envolverá a análise crítica do currículo elaborado para os espaços educacionais destinados para bebês e crianças e o desenvolvimento de práticas docentes que potencializam os processos de criação e reprodução das culturas infantis.	
OBJETIVOS	
Conhecer a origem do conceito de infância como uma categoria social e analisar a concepção e o conceito de infância de autores do campo dos estudos da infância para subsidiar a ação docente na Educação Infantil que reconhece a criança como um sujeito social e produtora de cultura.	
REFERÊNCIAS	
BÁSICA: ARCE, Alessandra. Friedrich Fröebel: o pedagogo dos jardins de Infância . Petrópolis, RJ: Vozes. 2002. OLIVEIRA, Zilma de M. R. De (org.) Educação Infantil: muitos olhares . São Paulo: Cortez Editora. ARIES, P. História Social da Criança e da Família . Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.	
COMPLEMENTAR: CORSARO, W.A.. A. Sociologia da Infância . Porto Alegre: Artemed, 2011. HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente . Porto Alegre: Artmed, 2004. LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, T. Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa . Juiz de Fora/MG: FEME, 2005. OLIVEIRA FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morshida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.) Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro . Porto Alegre: Armed, 2007. COHN, C. Antropologia da criança . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.	

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL II			
PRÉ-REQUISITO: Didática, Brincar e Educação, Metodologia do Ensino da Educação Infantil I			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Compreensão da organização curricular e pedagógica na educação infantil em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: a criança como sujeito, objetivos, princípios da concepção pedagógica, organização do espaço educativo e avaliação. Docência e a relação educar (construção da autonomia, identidade e conhecimentos) e cuidar (adaptação, desfralde, sono e demais cuidados) . O brincar e o interagir como estratégias de aprendizagem. Os campos de experiência e a elaboração de sequências didáticas, com práticas de intervenção na Educação Infantil. Parceria com as famílias. Implicações da ação pedagógica nas interações entre docentes, crianças, famílias e comunidade na Educação Infantil.			
OBJETIVOS			
Conhecer e analisar aspectos básicos da organização pedagógica e curricular que devem fundamentar as escolhas na prática da Educação Infantil; Entender a necessidade de ampliar permanentemente o conhecimento e domínio teórico—			

prático quanto ao exercício da docência com crianças de zero a cinco anos; Observar e descrever a ação pedagógica explícita e implícita, decorrente das interações entre docentes, criança, famílias e comunidade.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

ARCE, Alessandra. **Friedrich Fröebel: o pedagogo dos jardins de Infância.**

Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança.** 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Infantil, v. 6).

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche.** Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

COMPLEMENTAR:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC: SEB. 2010.

Disponível em PDF p. 80-100, link

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

Acesso em 27 mar. 2018.

REDIN, Marita M. **Planejamento: práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação. 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

PRÉ-REQUISITO: Didática

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60

PRÁTICA: 20

TOTAL: 80

CRÉDITOS: 04

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos relativos às ciências naturais e suas tecnologias; As diferentes propostas pedagógicas no currículo de ciências para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental e o desenvolvimento do pensamento científico na criança; Referenciais nacionais para o currículo de Ciências.

OBJETIVOS

Oferecer ao aluno condições para que identifique os processos de ensino aprendizagem de Ciências naturais, bem como os fundamentos teóricos desta área. Desenvolver procedimentos, atitudes e valores necessários ao bom desempenho do ensino de Ciências, de forma reflexiva, crítica, comprometida com os valores democráticos e com a melhoria da qualidade de vida na sociedade.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução (1º e 2º ciclos).** Vol. 1 / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANIATO, Rodolpho. **Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da Ciência.** Campinas: Papirus, 1997.

COELHO, Geslie. **Guia e Recursos Didáticos: Ciências Naturais.** São Paulo: Moderna, 2005.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO, A.M. P. (org) **Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática.**

São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.
 DELIZOICOV, D. & ANGOTTI, J. A. **Metodologia do Ensino de Ciências**. São Paulo: Cortez, 1991.
 DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A. & PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
 KRASILCHIK, Miriam; MARANDINO, Martha. **Ensino de Ciências e Cidadania**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA			
PRÉ-REQUISITO: Didática			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Fundamentação teórico-metodológica para o trabalho pedagógico com a Geografia na Educação Infantil, Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos, identificando sua importância como campo de conhecimento norteador para a construção e reconstrução do espaço, lugar e território. Estudo do papel da Geografia no currículo escolar para a formação da criança enquanto protagonista de seu espaço geográfico. Propostas metodológicas, uso de diferentes recursos e linguagens no ensino de Geografia. Principais aspectos teóricos sobre a geografia do Estado de Rondônia.			
OBJETIVOS			
Compreender a importância do ensino de Geografia nos anos iniciais; atentar a análise dos conteúdos curriculares deste componente, propostos para os anos iniciais; bem como experienciar práticas educacionais no que corresponde a docência em sala de aula.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: AMORIM Filho, Osvaldo B. Reflexões sobre as tendências teórico – metodológicas da geografia . Belo Horizonte: UFMG, 1985. LEME, Dulce M. Pompêo C.(et al...). O ensino de estudos sociais . São Paulo: Atual, 1986. PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de Historia e geografia . São Paulo: Cortez, 1991.			
COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia . 2. ed. MEC/SEF, 2000. 166 p. 5 v. KOZEL, Salete; FRIZOLA, Roberto. Didática de Geografia: memórias da terra: o espaço vivido . São Paulo: FTD, 1996. KOZEL, Salete; FRIZOLA, Roberto. Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano . ed. Mediação, 2000. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PANGANELLI, Tomoko Iyda ; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . 3 ed. São Paulo: São Paulo: Cortez, 2009. VLACH, Vânia Rubia Farias. Geografia e ensino: textos críticos . 11.ed. Campinas: Papirus, 2009.			

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA			
PRÉ-REQUISITO: Didática			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
As metodologias relativas ao estudo dos acontecimentos situados no tempo por meio de fontes históricas, documentos, objetos arqueológicos, coleção, tradição oral, tendo como referencial teórico a pedagogia por projetos e suas implicações práticas.			
OBJETIVOS			
Compreender a importância do ensino de História nas séries iniciais, atentando para análise dos conteúdos curriculares deste componente, propostos para os anos iniciais; bem como experienciar práticas educacionais no que corresponde a docência em sala de aula.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia . Brasília: MEC/SEF, 1997. BORGES, Vavy Pacheco. O que é história . 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. 87, p. (Coleção Primeiros Passos, n. 17). TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. História regional: (Rondônia) . - 4 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003. SILVA, Marcos A. da. [organização]. Repensando a história . 3.ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.			
COMPLEMENTAR: BRASIL. Repertório Afro-Brasileiro na escola Parte I / [gravação de vídeo] - Brasília :TV Escola, 2004. 1 DVD (ca. 3h 00 min) :son., color. Vol.49. (partes 1 e 2). LUCINI, Marizete. Tempo, narrativa e ensino de história . Porto Alegre: Mediação, 2000. PINSKI, Jaime; NADAI, Elza Nadai. [organização].- ensino de história e a criação do fato . 2 ed. São Paulo: Contexto, 1990.			

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA			
PRÉ-REQUISITO: Didática			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Abordagem à leitura de mundo, à comunicação e ao texto no contexto. Interdisciplinaridade. Variedades linguísticas nas regiões do Brasil e em países de língua portuguesa. Aperfeiçoamento da oralidade e escrita. Textualidade. Utilização social da oralidade e escrita. Aperfeiçoamento da escrita acadêmico-científica; trabalho com tipos e gêneros textuais. Reescrita de textos e aperfeiçoamento/aprofundamento do exercício reflexivo compreensivo sobre textos. Exercícios de práticas para a alfabetização em língua portuguesa. Uso de recursos didáticos no ensino da língua portuguesa.			
OBJETIVOS			
Relacionar os conceitos de leitura, linguagem, pensamento e cultura e a importância do estudo das variações linguísticas e suas implicações no processo			

de ensino e aprendizagem. Refletir sobre a leitura na vida das crianças e identificar as tendências pedagógicas relacionadas ao ensino da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2000.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**. 2. ed. Porto Alegre : L&PM, 2008.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Pontes, 2002.

TEBEROSKY, Ana. COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e escrever**. São Paulo: Artmed, 2002.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Além Mar: Parte 1**. Brasília :TV Escola, 1999.1 DVD (ca. 04h 10 min). Vol.10. Série que mostra como a língua portuguesa está presente na cultura dos povos colonizados.

BRASIL. **Um mundo de letras. Histórias de um Brasil Alfabetizado**. [gravação de vídeo] Brasília :TV Escola, 2006.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

MACHADO, Anna Maria (Org.). **Gêneros textuais & ensino**.- 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

VAL, Maria da Graça Costa. **Como avaliar a textualidade. Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Mec.

SEVERNO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDELLI, Marlete Carboni. **Ensino da Língua Materna: Interações em Sala de Aula**. vol. 9. São Paulo: Cortez, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: **METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA**

PRÉ-REQUISITO: Didática

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Bases teórico-metodológicas do processo de aprendizagem da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise de situações didáticas envolvendo os diversos conteúdos matemáticos. O uso dos recursos didáticos nas aulas de matemática. Jogos e recursos tecnológicos para o ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise, proposição e produção de materiais didáticos. Metodologias e instrumentos de avaliação. Práticas interdisciplinares: estudo investigativo de uma prática e/ou tema da área ou atividade de extensão junto à comunidade.

OBJETIVOS

Oportunizar ao acadêmico a discussão, elaboração, experimentação e execução de atividades matemáticas que envolvem a prática pedagógica na Educação Infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;

conhecer por meio de diferentes abordagens teórico-metodológicas o histórico da matemática na produção humana para além do codificar e decodificar os símbolos.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

ALMEIDA, Lourdes Werle de. **Modelagem Matemática na Educação Básica**. São Paulo: Contexto, 2012.

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática**. São Paulo: IME-USP, 1996.

CENTURIÓN, Marília. **Conteúdo e Metodologia da Matemática. Número e Operação**. São Paulo: Ed.Scipione, 1994.

FAYOL, Michel. **A criança e o número: da contagem à resolução de problemas**. Trad. Rosana Severino de Leoni. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KAMII, CONSTANCE. **A criança e o número**. Campinas, Papirus, 27 ed, 2000.

MACHADO, Benedito F. MENDES, Iran A. **Vídeos Didáticos de História da Matemática: produção e uso na educação básica**. São Paulo: LF, 2014.

SMOLE, Katia S. MUNIZ, Cristiano Alberto. **A Matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental**. Editora:Penso, 2013.

MACCARINI, Justina Motter. **Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

PARRA, Cecília. **Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas**. Trad. Juan. A Dovens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

TOLEDO, Marília. **Didática da Matemática: como dois e dois: a construção da matemática**. São Paulo: FTD, 2010.

VASCONCELOS, Cláudia Cristina. **Ensino-aprendizagem da Matemática: velhos problemas, novos desafios**. Revista Millenium. Nº 20. São Paulo. 2009.

COMPLEMENTAR:

BUSHAW, D. et al. **Aplicações da matemática escolar**. (Trad. de Hygino H. Domingues). São Paulo: Atual Editora, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Etapa Ensino Fundamental. Área de Matemática**. Brasília: MEC, 2017 (Terceira Versão).

CURY, Helena Noronha. **Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática, arte ou técnica de explicar e de conhecer**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Educação matemática: da teoria à prática**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

FERREIRA, Viviane Lovatti. **Metodologia do Ensino de Matemática: História, Currículo e Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Maristela Gonçalves. **Obstáculos epistemológicos, obstáculos didáticos e o conhecimento matemático nos cursos de formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental**. Itajaí: Contrapontos, 2002.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2011.

MOYSES, Lúcia. **Aplicações de Vigotsky à educação matemática**. Campinas: Papirus, 2000.

PINTO, Neuza Bertoni. **O Erro como Estratégia Didática: Estudo do erro no ensino da matemática elementar**. São Paulo: Papirus, 2000.

SILVA, Eleuza de Melo. **O ensino-aprendizagem das operações matemáticas básicas nas quatro primeiras séries do ensino fundamental**. Goiânia:

MEEB/FE/UFG, 1995. (Dissertação de Mestrado)
 Sociedade Brasileira de Educação Matemática. **Coleção Explorando a Matemática**. www.sbem.com.br. Acesso em 02 de Maio de 2018.
 SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). **Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas**. Porto Alegre: Penso, 2016. (Coleção Mathemoteca ; v.1 e 6).

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO I			
CÓDIGO:		SEMESTRE:	
PRÉ-REQUISITO:			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL:80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Fundamentos teórico-metodológicos do processo de alfabetização. O processo de aprendizagem da leitura e da escrita nas perspectivas filosófica, histórica, social, política e pedagógica; Letramento e alfabetização; Decifração do código linguístico e percepção do sentido e significado; As diferentes concepções teórico práticas sobre o processo de alfabetização; Os conteúdos e métodos de alfabetização; Fins e valores no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Processos de construção de sentido a partir da linguagem escrita. Prática como Componente Curricular: exercícios de planejamento de ensino para os anos iniciais.			
OBJETIVOS			
Compreender os fundamentos teórico-metodológicos do processo de alfabetização e as diferentes concepções de linguagem escrita e suas implicações pedagógicas. Subsidiar a compreensão dos conceitos de alfabetização e de letramento, analisar propostas de alfabetização e letramento.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA:			
SMOLKA, Ana L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processodiscursivo. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.			
SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2000.			
TEBEROSKY, A. Aprendendo a escrever - perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática,1995.			
COMPLEMENTAR:			
CHARTIER, Roger. Os Desafios da Escrita na Escola. São Paulo: UNESP, 2002.			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.			
WEISZ, Telma. O diálogo entre ensino e aprendizagem. São Paulo: Ática, 1999.			
CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.			
FOUCAMBERT, J. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas,1989.			
ZORZI, J. L.. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.			

COMPONENTE CURRICULAR: **METODOLOGIA DO ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO II**

PRÉ-REQUISITO: Didática, Metodologia do Ensino da Alfabetização I			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Linguagem, sociedade, cultura, discurso, ensino e aprendizagem da língua vernácula. Concepções teóricas sobre a aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Diferenças entre usar a língua e falar sobre a língua. Conceitos de Alfabetização e letramento. Práticas lingüístico-discursivas e formação do leitor e do escritor. Literatura e alfabetização. A avaliação no trabalho de alfabetização. Alfabetização e suas questões didáticas: a prática diária de leitura em sala de aula – o adulto ler para as crianças; entendendo e refazendo construtivamente o erro ortográfico; trabalhando com a pontuação.			
OBJETIVOS			
Ampliar o conhecimento e domínio prático quanto aos aspectos pedagógicos para tomada de decisões no exercício da docência na Alfabetização com crianças. Observar, descrever e aplicar a intervenção pedagógica necessária à organização e prática pedagógicas na alfabetização com crianças.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização . 12. ed. Campinas: Autores Associados. 1988. _____. Alfabetização em processo . 12.ed. São Paulo: Cortez Editora. 1998. CAGLIARI, Luiz C. Alfabetizando sem o BA-BE-BI-BO-BU . São Paulo: Scipione. 1998.			
COMPLEMENTAR: KLEIMAN, A. Os significados do Letramento . Campinas: Mercado de Letras. 1999. MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender . Porto Alegre: Mediação. 2009. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento . São Paulo: Contexto. 2011. TEBEROSKY, Psicopedagogia da Linguagem Escrita . Vozes: Petrópolis. 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR: PEDAGOGIA NÃO ESCOLAR			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 30	PRÁTICA: 10	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Conhecimento acerca da pedagogia não escolar que se dá em vários espaços da sociedade como pedagogia popular com as populações de rua, com crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade social, em Ong's, Movimentos sociais e sindicais, Associações comunitárias e institucionais. O/a pedagogo/a e sua atuação nas áreas da saúde, da segurança pública, em instituições públicas e particulares em geral.			
OBJETIVOS			
Entender a presença da Pedagogia e a atuação do Pedagogo para além das escolas e salas de aulas, compreendida como pedagogia popular, hospitalar, dos e nos movimentos e organizações sociais, nas instituições públicas, empresas e outras modalidades.			
REFERÊNCIAS			

BÁSICA:

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. São Paulo: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

STRECK, Danilo R. (Org.). **Paulo Freire**: ética, utopia e educação. 3.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.

COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (coleção primeiros passos).

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR: **PESQUISA EM EDUCAÇÃO I – PROJETO DE PESQUISA**

PRÉ-REQUISITO: Metodologia da Pesquisa Científica

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 40	PRÁTICA: 40	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Diferentes formatos de registro e comunicação científica e acadêmica. O projeto de pesquisa como requisito para produção de resumos, artigos científicos, relatórios, monografia e outros textos. Tipos de pesquisa e projetos de Pesquisa. Educação e pesquisa-ação ou pesquisa-ensino. O projeto de Pesquisa: suas partes e normas para elaboração na ABNT - NBR 15287\2011, citações - NBR 10520\2002, referências – NBR 6023\2002 e demais normas. Elaboração e apresentação pública, perante banca, do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica do TCC – Trabalho de Conclusão do Curso.

OBJETIVOS

Estimular e desenvolver habilidades e atitudes científicas, para entender normas de registro em diferentes formatos, visando capacitar e integrar o discente no processo do conhecimento e da investigação científica. Apoiar-se em fundamentos teórico-pedagógicos oriundos da pesquisa científica, aplicados à pesquisa educacional e sistematizando-os para subsidiar a prática nas tomadas de decisões no processo de planejamento e intervenção docente em espaços educativos diversos. Elaborar e apresentar um Projeto de Pesquisa em Educação que subsidiará a elaboração do TCC – Trabalho de Conclusão do Curso.

REFERÊNCIAS**BÁSICA:**

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas. 1996.

GRESSLER, Lori A. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2.ed. São Paulo: Loyola. 2004.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação. NBR 15287**. 2011.

COMPLEMENTAR:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação — Citações em documentos - Apresentação. NBR 10520.** 2002.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação — Referências e Elaboração. NBR 6023.** 2002.

PENTEADO, Heloisa D. e GARRIDO, Elsa. **Pesquisa-ensino: a comunicação escolar na formação do professor.** São Paulo: Paulinas. 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: PESQUISA EM EDUCAÇÃO II – TCC			
PRÉ-REQUISITO: Metodologia da Pesquisa Científica, Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 60	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Normas da Disciplina consoante o Projeto Pedagógico do Curso - PPC e da ABNT. Desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica. Redação final do Trabalho de Conclusão de Curso, fundamentada no projeto de pesquisa. Defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.			
OBJETIVOS			
Desenvolver um estudo a partir de um projeto de iniciação à pesquisa científica aplicada à Educação, de acordo com as normas da ABNT e do Projeto Pedagógico do Curso, sistematizá-lo na forma de um Trabalho de Conclusão do Curso – TCC. Apresentar os resultados em um trabalho no modo escrito e oral a uma banca avaliadora, com vistas a obter desempenho satisfatório, como critério para colação de grau, de acordo com as formas aceitáveis no regimento próprio para TCC, segundo o PPC do Curso.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BECKER, Howard Saul. Métodos de pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: Ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis. São Paulo: Atlas, 1988.			
COMPLEMENTAR: FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2008. LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015. MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. WELLER, W.; PFAFF, N. (orgs.) Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 20	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Pressupostos Epistemológicos e diferentes paradigmas da Avaliação Educacional; As Políticas Públicas em Avaliação Educacional aplicadas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – o Plano Nacional de Educação; Os propósitos das avaliações interna e externa e os instrumentos do processo avaliativo; Avaliação educacional, diversidade e políticas inclusivas.			
OBJETIVOS			
Compreender os aspectos legais que fundamentam e norteiam a Avaliação Educacional, reconhecendo a mesma como um processo contínuo, dinâmico, sistemático e orientador da prática docente, a serviço (ou não?) dos propósitos das avaliações interna e externa. Reconhecer a avaliação educacional como estratégia para assegurar e melhorar a implementação de políticas públicas inclusivas para todos.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . 6. ed. São Paulo: Ática, 2002. HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação mediadora : uma prática em construção da Pré-escola à Universidade. Porto Alegre: Mediação, 1991. _____. Pontos e contrapontos : do pensar ao agir em avaliação. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar . 4. ed. São Paulo; Cortez, 1996.			
COMPLEMENTAR: ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ferreira de. Repetência ou promoção automática? Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 27, n. 65, p. 3-15, jan./mar. 1957. (Contém discurso do Presidente Juscelino Kubitschek que trata da “Reforma do ensino primário com base no sistema de promoção automática”). Disponível em www.dominiopublico.gov.br . Acesso em 20/03/18 BONAMINO, Alicia e SOUSA, Sandra Zakia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil : interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa , São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf . Acesso em 20/03/18. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 . DF: Brasília. Secretaria de Educação - MEC, 1996. BRASIL. Plano Nacional de Educação . DF: Brasília. Secretaria Municipal de Educação - MEC, 2014. BROOKE, Nigel. O Futuro das Políticas de Responsabilização Educacional no Brasil . Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.36, n.o 128, pp. 377-401, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada : o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (ma) qualidade do ensino. Educação e Sociedade , Campinas, vol.28, n.100, p. 965-987, out. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1628100.pdf . Acesso em 20/03/18 SORDI, Mara Regina Lemes de. LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional : aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas;			

Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2.pdf>. Acesso em 20/03/18.

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 40	PRÁTICA: 0	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Programas governamentais em educação (educação básica e ensino superior; educação de jovens e adultos; educação profissionalizante, educação especial, educação à distância) e seus desdobramentos.			
OBJETIVOS			
Compreender e analisar criticamente as Políticas Públicas em Educação no Brasil. Analisar as interferências de organismos internacionais nas políticas públicas de educação dos países em desenvolvimento. Propor ações afirmativas para criar, modificar, melhorar e ampliar as Políticas Públicas em Educação existentes ou necessárias.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: AZEVEDO, Janete L. Educação como política pública . São Paulo: Autores Associados. 1988 BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam . São Paulo: Cortez, 2000. DOURADO, Luiz Fernando & PARO, Vitor Henrique (org.). Políticas Públicas e Educação Básica . São Paulo: Xamã. 2001.			
COMPLEMENTAR: CABRAL, Antônio Neto (Org.). Política educacional: desafio e tendências . Porto Alegre: Sulina, 2004. SOUZA, Andréia da Silva Quintanilha (Orgs.). Política educacional e formação de professores: interfaces, modelos e desafios . Porto Velho: EdUFRO, 2009. TAMBORILL, Maria Ivonete Barbosa. Políticas Públicas para a formação docente: Um estudo em Porto Velho/RO . São Paulo: USP, 2005.			

COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 0	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Psicologia: histórico, conceituação e métodos de pesquisa. Psicologia e Educação, Psicologia do Desenvolvimento: infância, adolescência, jovem, adulto. Principais teorias da aprendizagem: Inatista, Ambientalista, Interacionista e histórico-cultural. Temas atuais da psicologia educacional: aprendizagem; motivação; inteligência; personalidade e desempenho escolar.			
OBJETIVOS			
Conhecer os pressupostos teóricos das principais teorias da Psicologia que apoiam a atuação do Pedagogo. Promover a discussão crítica sobre as principais teorias da Psicologia aplicadas à educação escolar.			

REFERÊNCIAS
BÁSICA: BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Escolar. São Paulo: Ed. Ática, 1989. BRAGHIROLI, Elaine Maria e Outros. Psicologia Geral. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.
COMPLEMENTAR: ALENCAR, Eunice Soriano de. (Org.). Novos contribuições da Psicologia aos processos ensino e aprendizagem. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LÚRIA, Alexander; LEONTIEV, Alexei & VYGOTSKY, Lev. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone Editora, 2010. OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico São Paulo: Scipione, 1993.

COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II			
PRÉ-REQUISITO: Psicologia da Educação I			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
Teorias psicológicas contemporâneas do desenvolvimento e da aprendizagem e suas implicações nas práticas pedagógicas. Os mecanismos envolvidos na aprendizagem: Cognitivos, Afetivos-emocionais, Sociais e Culturais. Dificuldades de aprendizagem. Fracasso escolar.			
OBJETIVOS			
Conhecer os pressupostos teóricos das principais teorias da Psicologia que apoiam a atuação do Pedagogo. Promover a discussão crítica sobre as principais teorias da Psicologia aplicadas à educação escolar.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2006. DAVIS, Claudia e OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia da Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1993.			
COMPLEMENTAR: GOULART, Íris Barbosa, Psicologia da Educação. Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. MARCONDES, Adriana; FERNANDES, Ângela; ROCHA, Marisa da (Orgs.). Novos possíveis no encontro da Psicologia com a Educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR: RELAÇÕES INTERPESSOAIS			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 20	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Estudo, pesquisa e reflexão sobre as relações interpessoais no contexto da família, escola e trabalho; processos de interação e resolução de conflitos. O complexo processo de interação humana e os comportamentos manifestos, sentimentos, reações mentais e/ou físico-corporais e identidade grupal.			
OBJETIVOS			
Proporcionar aos estudantes uma fundamentação básica e sólida sobre as Relações Humanas Interpessoais. Despertar a necessidade e a condição de cada indivíduo para uma convivência e um relacionamento mais fraterno, respeitando as diferenças e a diversidade.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: WEIL, Pierre. Relações humanas na família e no trabalho . 45 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. WEIL, Pierre; TOMPAKOY, Roland. O corpo fala: A linguagem silenciosa da comunicação não – verbal 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1973. BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido . ZAHAR, 2012. Disponível em: http://www.famesc.edu.br/famesc/biblioteca/livros_bauman/9.pdf . Acesso em 20/03/18.			
COMPLEMENTAR: BOWLBY, John. Formação e Rompimento dos laços afetivos . 3. Ed. Martins Fontes. 1992. CAPITÃO, Cláudio Garcia. A identidade como grupo e o grupo como identidade . Em Aletheia: Revista do curso de Psicologia, Nº 26, (jul/dez, 2007) p. 50-60. DEL PRETTE, Aparecida Pereira. Psicologia das habilidades sociais . Terapia e Educação. RJ: Vozes, 2000. MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal . 20. Ed. Martins Fontes. 1999. THUNS, Jorge. Educação dos Sentimentos . Porto Alegre: Ed. ULBRA, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I			
PRÉ-REQUISITO: Não se aplica			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 80	PRÁTICA: 0	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
EMENTA			
O surgimento da sociologia como ciência. Concepção de ser humano e sociedade. Estruturas e mudanças sociais. Ideologia e cultura. Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Althusser e Bourdieu e as concepções positivistas, marxistas, compreensivistas, reprodutivistas, críticas e pós-críticas na Educação e na Sociedade. Ideologia política, religiosa, fundamentalista, anarquista e feminista. Saber cuidar e a ecopedagogia. Movimentos educacionais e a luta pela educação pública de qualidade no século XX e XXI. Escola e democracia.			
OBJETIVOS			
Conhecer	e	a	analisar criticamente a inter-relação ser

humano/sociedade/educação, a partir de diferentes teorias sociológicas, utilizando a Sociologia como instrumento de conhecimento e interpretação da realidade sócio educacional possibilitando ao aluno a construção de uma concepção própria acerca da inter-relação ser humano/sociedade/educação de maneira que possa refletir a sua postura de educador.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

MARTINS, Carlos B. **O que é sociologia**. Col. Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. São Paulo, Cortez, 1990.

COMPLEMENTAR:

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. 20.ed.Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: São Paulo: Ática, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

PRÉ-REQUISITO: Sociologia da Educação I

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 20	TOTAL: 80	CRÉDITOS: 04
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

O que são Movimentos sociais e movimentos populares? Revoltas do Brasil colônia, levantes populares indígenas e negros e a sua influência nos Movimentos sociais (conservadores, populares e sindicais) na atualidade. Movimentos contemporâneos e o diálogo com a escola e comunidade: Movimento Negro, de Mulheres (campo e cidade) da Juventude. Sociologias específicas: de gênero, da infância, rural, da favela, dos negros, indígenas, pessoas com deficiência. Estado e sociedade; voto e democracia.

OBJETIVOS

Fomentar a reflexão dos alunos sobre as questões sociais envolvidas na educação, nos movimentos contemporâneos, e compreender a educação como parte de uma totalidade que, para entendê-la na sua complexidade, há a necessidade de identificar e analisar criticamente as relações da sociedade com os diversos fenômenos sociais.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

ARRUDA, Marcos. **Globalização**: Desafios socioeconômicos, éticos e educativos - Uma visão a partir do Sul. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Marcha dos camponeses rumo à cidade**. Porto Velho: Edufro, 2002.

MORRISH, Ibor. **Sociologia da Educação**. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

COMPLEMENTAR:

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **Introdução à sociologia**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Pensamento social brasileiro e a construção do racismo**. Cuiabá: UFMT, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 6. ed. São Paulo: Record, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR: TEORIAS DO CURRÍCULO

PRÉ-REQUISITO: Não se aplica

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 40	PRÁTICA: 0	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	-------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Currículo: concepções, fundamentos e importância. As principais teorias sobre Currículo: Tradicionais, Críticas e Pós-Críticas. A organização curricular nos documentos oficiais. Papel do Currículo na organização do conhecimento escolar nos Anos Iniciais e na Educação Infantil. Currículo e cotidiano escolar.

OBJETIVOS

Identificar e analisar as diferentes concepções de currículo na organização curricular de uma instituição educativa em seus aspectos históricos, políticos e pedagógicos. Apropriar-se dos princípios teóricos sobre Currículo para organizar a construção do conhecimento escolar e sua viabilização no cotidiano dos alunos nos Anos Iniciais e na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

CÓLL, César. **Psicologia e Currículo**. Ática, São Paulo, 1997.

MOREIRA, Antônio F. B. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

COMPLEMENTAR:

MACEDO, Elizabeth & LOPES, Alice Casemiro. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA Antônio. F. B. & SILVA, Tomaz. T. da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SACRISTAN, José G. **O Currículo: Reflexões sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
A contação de histórias no contexto pedagógico: o valor educativo de ouvir e (re)contar histórias para as crianças. A criança como sujeito - o critério para escolha da história a ser (re)contada em contextos escolares ou não-escolares. Oralidade narrativa, o contador e a arte de contar histórias: técnicas de contar e recontar histórias. Planejamento, definição das metodologias, confecção e uso de recursos na contação de histórias integrada com recursos artísticos como música, dança e teatro. Contação de histórias com crianças da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e em contextos não escolares, nos diferentes espaços: os cantinhos da história na biblioteca, na brinquedoteca, no pátio, no quintal, na sala de aula: oficinas. Criação de um repertório e movimento regional de contação de histórias em espaços escolares e não-escolares.			
OBJETIVOS			
Re-Conhecer a contação de histórias como metodologia de intervenção pedagógica no exercício da docência com crianças em contexto escolar e não escolar. Conhecer, analisar e escolher histórias considerando sua relação com a construção do conhecimento e adequação às necessidades das crianças. Preparar e vivenciar diferentes intervenções de contar e recontar histórias com crianças, aliada à diferentes tipos de recursos, nos contextos diversos da prática pedagógica escolar e não-escolar.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: COELHO, Nelly N. O conto de fadas: o imaginário infantil e a educação. Criança: revista do professor de Educação Infantil. Brasília, DF, p. 10-12, jan. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/qarquivos/pdf/rev_crian_38.pdf . Acesso em 27 mar. 2018. SILVA, Helena Maria de Oliveira; RODRIGUES, Boberg Hiudéa Tempesta. Contar histórias... Lapidar Memórias. In: PARANÁ, Secretária da Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. 2010. v. 1. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/ . Acesso em 27 mar. 2018.			
COMPLEMENTAR: BUSATTO, Cleo. Contar e encantar : pequenos segredos da narrativa. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. DOHME, Vania. Técnicas de contar histórias : um guia para desenvolver as suas habilidades e obter sucesso na apresentação de uma história. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010. SISTO, Celso. Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias . Chapecó, SC: Argos, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR: CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 28	PRÁTICA: 12	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
A produção social e escolar das diferenças e das identidades a partir dos Estudos Culturais. Noção de Identidade e de diferença. Mesmidade e diferença. Relação com o outro: problematizando a normalidade e a anormalidade. Diferença no			

cotidiano escolar como justificativa para selecionar, classificar e excluir.
OBJETIVOS
Compreender como tem sido o processo de produção, negociação, conflitos e negação das identidades e diferenças nos espaços escolares.
REFERÊNCIAS
BÁSICA: BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula . Uma introdução aos Estudos Culturais em educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença . A perspectiva dos Estudos Culturais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
COMPLEMENTAR: BAUMAN, Zigmunt. Identidade . Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005. ENOQUE, Ednaldo. Estudos Culturais, identidade e juventude . Curitiba: Editora CRV, 2015. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org. Trad.) O que é, afinal, Estudos Culturais? 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: DESENVOLVIMENTO MORAL E ÉTICA PROFISSIONAL			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Estudo, pesquisa e reflexão acerca do desenvolvimento da moralidade infantil, tendo como base os estudos de Jean Piaget sobre a construção da personalidade moral, o papel da escola e do professor na formação moral do estudante. Definições de ética e moral, sua influência externa no ambiente profissional, virtual e nos diferentes espaços sociais.			
OBJETIVOS			
Compreender o processo de desenvolvimento da moralidade infantil na perspectiva dos Estudos da Psicologia Genética de Jean Piaget sobre a construção da personalidade moral. Conceituar e identificar ética e moral, reconhecendo a influência externa e suas implicações nos ambientes profissional e social.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: DELVAL, J. Conhecimento social e desenvolvimento moral . IN: Educação, n. 38, p. 121-132, Porto Alegre, ano XXII, junho 1999. FREITAG, B. Itinerários de Antígona : A questão da moralidade. 4 ed. Campinas, SP: Papius, 1992. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/215547271/Freitag-B-Itinerario-de-Antigona . Acesso em 20/03/18. LA TAILLE Y. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas . Porto Alegre: Artmed, 2006.			
COMPLEMENTAR: BENNETT, Carole. Ética profissional . São Paulo: Cengage Learning, 2009. CHALITA, Gabriel B. I. Os dez mandamentos da ética . 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.			

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?**: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. LA TAILLE, Y. *Vergonha: Ferida da Moral*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LA TAILLE Y. A educação moral: Kant e Piaget. In: MACEDO, Lino de (org.). **Cinco Estudos de Educação Moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. (Coleção psicologia e educação).

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: atlas, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: ESCOLA DO CAMPO E AGROECOLOGIA PARA CRIANÇAS			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 20	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
O que é agroecologia e o seu surgimento. Compreensão de sistema agrícolas no Brasil (exportador, plantation, pequena agricultura, agricultura tradicional, agronegócio); agroecologia nas escolas: os saberes das comunidades e os aprendizados coletivos com as crianças; educar com a/na natureza: brinquedos e brincadeiras fora da sala de aula. O ethos do cuidado, do ambiente e do/a outro/a. Resíduos sólidos, lixo, adubo e compostagem.			
OBJETIVOS			
Compreender o contexto atual das escolas de educação do campo e a vinculação com a agroecologia incidindo em ações didático-pedagógicas para crianças. Proporcionar atividades que dialogam diretamente com a natureza e a sua importância pedagógica na educação infantil e nos anos iniciais.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BOFF, Leonardo. Saber cuidar : ética do humano, compaixão pela terra. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. BRASIL BRASIL. Política nacional dos resíduos sólidos . Brasília: Senado Federal, 2010. _____. Política nacional de agroecologia . Brasília: Casa Civil, 2012. CALDART, Roseli Salete ET. AL. (Org.). Dicionário da Educação do Campo . São Paulo: Expressão Popular, 2012. (internet – acesso livre) SILVA, Frederico Fonseca da (Org.). Agricultura e desenvolvimento sustentável . Curitiba: IFPR, 2012.			
COMPLEMENTAR: COSTA, Gilson da Silva. Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia. Belém: NAEA/UFPA, 2006. COUTO, Rosa Maria (Org.). Saúde, trabalho e meio ambiente : Políticas Públicas na Amazônia. Belém: UNAMAZ, 2002. GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental : a conexão necessária. 12 ed. Campinas: Papirus, 2009. DASHEFSKY, H. Steven. Dicionário de educação ambiental : Um guia de A a Z / H. 2.ed. São Paulo: Gaia, 2001. SILVEIRA, Anamaria. Propostas metodológicas para a educação ambiental : representação social e interpretação de imagens. São Carlos: UFSCAR, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR: **EDUCAÇÃO COM BEBÊS**

CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 16	PRÁTICA: 24	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Esta disciplina discute as imagens sociais produzidas sobre o bebê em diálogo com a Educação Infantil. Compreender os bebês como sujeitos históricos e de direitos. Apresentar propostas e alternativas para a prática e intervenção didático-pedagógicas do trabalho com bebês. A organização do arranjo espacial como estratégia pedagógica para o desenvolvimento psicomotor do bebê.			
OBJETIVOS			
Conhecer as especificidades da educação de bebês fornecendo subsídios para o desenvolvimento de processos educativos e prática da docência com e para os bebês.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. FALK, J. (Org.). Abordagem Pikler: Educação Infantil. Tradução: Guillermo Blanco Ordaz. São Paulo: Omnisciência, 2016. GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005.			
COMPLEMENTAR: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artmed, 1998. DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003. EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella & cols.. Bambini: A abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002. FALK, Judit. Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. São Paulo: JM, 2004. WINNICOTT, Donald W. A Criança e seu mundo. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1979.			

COMPONENTE CURRICULAR: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Prática de leitura e produção de textos na perspectiva do ensino de português como segunda língua para surdos, com ênfase nos aspectos de organização linguística. Especificidades da escrita do aluno surdo, na produção de texto em língua portuguesa. Desenvolvimento de estruturas básicas da língua portuguesa e uso do português em situações formais e informais, na visão de respeito a diferença linguística e sociocultural dos surdos. O intérprete e a interpretação como fator de inclusão e acesso educacional para alunos surdos.			
OBJETIVOS			
Propiciar a prática do ensino de leitura e produção de textos em português como L2 a alunos surdos. Promover a aprendizagem da língua portuguesa ao aluno surdo respeitando sua singularidade linguística, identidade e cultura surda com			

metodologias de ensino apropriadas.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

LODI, Ana Claudia B. e LACERDA, Cristina B. F. de (Org.). **Uma escola duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 1ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

PEREIRA, M. C. **LIBRAS**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

COMPLEMENTAR:

FALCÃO, L. A. **Surdez, cognição visual e LIBRAS**: estabelecendo novos diálogos. São Paulo: Luiz Alberico, 2012.

QUADROS, R. M. de. **Efeitos de Modalidade de Língua**: as Línguas de Sinais. Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 167-177, jun. 2006.

QUADROS, Ronice Muller & SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos Surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Org.). **Estudos surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/107-estudos-surdos-4>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SALLES, Heloisa M. M. Lima. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de apoio à Educação dos surdos. Vol I e II, Brasília: MEC, SEESP, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: ESTUDOS DAS INFÂNCIAS

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 40	PRÁTICA: -	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
-------------	------------	-----------	--------------

EMENTA

Sociologia da Infância; Infâncias e criança; As relações infâncias, escola e sociedade.

OBJETIVOS

Aprofundar estudos sobre a infância como construção social, no contexto histórico, social, político e pedagogicamente, sob o aporte teórico da sociologia da infância.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Tradução Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de e FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

FILHO, Altino José Martins & PRADO, Patrícia Dias (orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SIROTA, R. **Emergência de uma sociologia da infância**: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo n. 112, pp.7-31: 2001.

TOMÁS, Catarina Almeida. **A transformação da infância e da educação**: algumas reflexões sócio-históricas. Disponível em:

<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/21/07.pdf>

COMPLEMENTAR:

KULHMANN Jr. M. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Pedagogia(s) da infância**: reconstruindo uma práxis de participação. In: _____; KISHIMOTO, Tizuko M.; PINASA, Mônica A. (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância**: Dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. P. 13-36.

QUINTEIRO, Jucirema. **Infância e Educação no Brasil**: um campo de estudos em construção. In: Ana Lúcia Goulart de Faria; Zeila de Brito Fabri Demartini; Patrícia Dias Prado. (Org.). **Por uma Cultura da Infância**: metodologias de pesquisa com crianças. 3º ed. Campinas: Editora: Autores Associados, 2009, v. 1, p. 19-47.

COMPONENTE CURRICULAR: ETNOCONHECIMENTO E EDUCAÇÃO			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20	PRÁTICA: 20	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
O saber popular tradicional e seu registro. A etnografia como método de coleta, análise e registro dos saberes populares e da cultura. Origem e formas de propagação do conhecimento tradicional. Métodos e técnicas utilizadas em pesquisas com comunidades tradicionais. Desenvolvimento de projeto de pesquisa em etnoconhecimento envolvendo temáticas da Educação.			
OBJETIVOS			
Promover o estudo da origem e formas de propagação do conhecimento tradicional, tendo em vista o uso de métodos e técnicas da pesquisa com comunidades tradicionais.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA:			
AMOROZO, Maria Christina de Mello; MING, Lin Chau; DA SILVA, Sandra Pereira. Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas . Rio Claro, SP: UNESP, 2002. 204p.			
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais : Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998.			
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa ação . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
COMPLEMENTAR:			
CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio. Etnoconhecimento e a escola para um futuro sustentável . Educação Pública , Rio de Janeiro, v. 14, n. 7, 2014.			
CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio. Ser humano, cultura e formação social: etnoconhecimento e correlações para formação do sujeito transformador da sociedade . Educação Pública , Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2018.			
FERNANDES, J. e REIS, N. Etnoconhecimento para um etnoreconhecimento : a importância da educação diferenciada na/para a escola pública com qualidade social – Proetno. Disponível em: www.unirio.br/proetno/artigos/ricardo.doc.pdf . 2010.			
RODRIGUES, Mariana de Assunção; PASSADOR, Rafael Júnior. Etnoconhecimento : uma possibilidade de diálogo para o ensino. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/mariana.pdf . 2015.			
SOLDATI, Gustavo Taboada. Transmissão de conhecimento: origem social das			

informações e da evolução cultural. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas. Recife: NUPPEA, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: EXISTENCIALISMO E EDUCAÇÃO			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 32	PRÁTICA: 08	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
O conceito de fenômeno e existência. Fenomenologia como investigação da realidade. Ser-aí, liberdade e angústia como projetos de uma filosofia existencial. Educação existencial e escola.			
OBJETIVOS			
Compreender as noções históricas que permitiram o desenvolvimento da teoria existencial. Introduzir os acadêmicos nos principais conceitos do existencialismo para compreenderem a filosofia existencial como base da prática docente.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo . Vols. 1 e 2. Petrópolis: ed. Vozes, 1988. SARTRE, Jean Paul. O ser e o nada : ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, Vozes: 2011.			
COMPLEMENTAR: ALES BELLO, A. Fenomenologia e ciências humanas : psicologia, história e religião. Bauru, SP: EDUSC, 2004. CRITELLI, D. M. Analítica do sentido : uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 1996. DARTIGUES, André. O que é a Fenomenologia . São Paulo: Editora Moraes, 1992. GILES, T. R. História do Existencialismo e da Fenomenologia . São Paulo: EPU, 1975. MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção . Trad. Carlos A. Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR: FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 40	PRÁTICA: -	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Contribuições de diferentes abordagens teóricas que estudam e pesquisam a formação e a profissão docente.			
OBJETIVOS			
Ampliar as discussões sobre a formação e a profissionalização docente nos aspectos sociais, políticos e econômicos na história da profissão.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional : formar-se para a mudança e a incerteza. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004. NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente . In: NÓVOA,			

Antonio(Org.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
SAVIANI, D. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. V.14, n.40 jan./abr.2009.

COMPLEMENTAR:

TARDIF, M.; LESSARD, C. **Trabalho Docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. FELICIO, M. H.; SILVA, C. M. **Currículo e formação de professores**: uma visão integrada de construção de conhecimento profissional. Diálogo Educacional; v.17, n.51, p.147-166, jan./mar 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **HISTÓRIA ORAL E DOCUMENTOS**

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 28	PRÁTICA: 12	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Apresenta os recursos que possibilitam a fundamentação e a complementação em arquivos, e entrevistas gravadas por pesquisadores que servem como fontes para a pesquisa.

OBJETIVOS

Compreender a importância e os percursos da metodologia da História Oral e os usos de documentos na pesquisa em educação.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

CALDAS, Alberto Lins. **Nas águas do texto**: palavra, experiência e leitura em história oral. / Alberto Lins Caldas. - Porto Velho: Edufro, 2001. 168 p.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
RÉMOND, R. **Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO J. (Org.). Usos & Abusos da História Oral. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 205-209.

COMPLEMENTAR:

AMADO J. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 205-209.
MONTNEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória** - A cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR: **LIBRAS NÍVEL INTERMEDIÁRIO**

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Cultura e identidade surda e a produção da literatura surda, considerando também o contexto da Educação Bilíngue no Brasil. Prática do uso da Libras em situações discursivas mais formais. Aspectos Gramaticais da Língua de sinais e seus níveis linguísticos. Classificadores.

OBJETIVOS

Compreender os aspectos relacionados ao estudo da sintaxe, morfologia e

semântica das línguas de sinais. Compreender o uso do espaço nos níveis de análise da língua de sinais, bem como o uso dos classificadores. Promover o uso da LIBRAS no meio acadêmicos com conhecimentos intermediários necessários para a comunicação com a pessoa surda.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. 2 ed. rev. pela nova gramática da língua portuguesa, por Júnia Camarinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4 ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.

COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **NOVO DEIT Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 2 volumes**. 3 Ed. Revista e Ampliada, São Paulo: USP.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna S. **LIBRAS em contexto. Curso Básico**. MEC/FENEIS: Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: www.feneis.org.br/page/libasemcontexto.asp. Acesso em 22 mar. 2018.

FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

VERGAMINI, S.A. **Mãos fazendo história**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: LITERATURA INFANTIL AFRICANA

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 28	PRÁTICA: 12	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Concepções sobre literatura infantil, Literatura Infantil no Brasil, literatura infantil africana. Características do texto literário. Gêneros da literatura infantil: contos, contos de fada, fábulas. Funções da literatura infantil.

OBJETIVOS

Compreender a importância dos estudos sobre a literatura infantil africana entre as diversidades de estilos no universo infantil levando em conta uma sociedade pluriétnica contribuindo na construção das identidades negras e a educação dos olhares de não negros.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

DIOUF, Sylviane A. **As tranças de Bintou**. São Paulo: Cosac Naif, 2004.

GODOY, Célia. **Ana e Ana**. São Paulo: DCL, 2003.

GUIMARÃES, Geni. **A Cor da Ternura**. São Paulo: FTD, 9º ed., 1994. (Coleção Canto Jovem)

SOUZA, Andreia Lisboa. In: **Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal 10.630/2003**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

COMPLEMENTAR:

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Capítulo V. p. 179-217.

JESUS, A. O. de. **Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e Moçambique (2000 – 2007):** entrelaçadas vozes tecendo negritudes. Paraíba, 2010. Tese. (Doutorado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras da UFPB, 2010.

LIMA, A. de B; SILVA, F. C. da. A importância da literatura infantil afro-brasileira e africana no ensino fundamental do SESC – Petrolina/PE. **Pau dos Ferros**, v. 02, n. 02, p. 104 – 131, set./dez. 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: LITERATURA INFANTO-JUVENIL			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
A Literatura infantil e suas contribuições na alfabetização e formação de leitores e escritores. Valorização da presença da literatura infantil em diferentes culturas: oriental, europeia, africana, indígena, brasileira, regional e local. Gêneros da Literatura Infantil: mitos, contos, lendas, fábulas, novelas, poesias. A importância do adulto ler para a criança e da prática diária de leitura na vida. Metodologias de uso da literatura infantil integrada com recursos artísticos como música, dança e teatro. Iniciação literária: experiências individuais e oficinas com literatura infantil em diferentes espaços: os cantinhos literários na biblioteca, no pátio, no quintal, na sala de aula. Critérios para escolha de livros de literatura infanto-juvenil para o acervo escolar.			
OBJETIVOS			
Ampliar o domínio quanto aos aspectos teórico-pedagógicos para tomada de decisões no exercício da docência com crianças, quanto a formação de leitores e escritores. Conhecer, analisar e escolher diferentes tipos de textos da literatura infanto-juvenil universal e local, sua relação com a construção do conhecimento e adequação às escolhas necessárias no uso com crianças. Preparar e aplicar diferentes intervenções utilizando a literatura infanto-juvenil com crianças, aliada à diferentes tipos de recursos, nos contextos diversos da prática pedagógica escolar e não-escolar, fazendo-os leitores e escritores.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: ABRAMOVICH, Fanny. O estranho mundo que se mostra as crianças . São Paulo: Summus, 1983. COSTA, Marta Moraes da. Metodologia do ensino da Literatura Infantil . Curitiba: IBPEX, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/about/metodologia_do_ensino_da_literatura_inf.html?id=nTDbst5Y8BAC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=Onepage&q&f=false . Acesso em 27 mar. 2018. COELHO, Nelly N. O conto de fadas: o imaginário infantil e a educação . Criança:			

revista do professor de Educação Infantil. Brasília, DF, p. 10-12, jan. 2005.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ver_crian_38.pdf. Acesso em 27 mar. 2018.

COMPLEMENTAR:

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil* - gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1993.

BUSS, Alcides. *A poesia do ABC*. Florianópolis: Cuca Fresca - Editora da UFSC. 2014

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **LÓGICA E TEORIA DA CIÊNCIA**

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 32	PRÁTICA: 08	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

O que é lógica. Raciocínio e inferência. Argumentos. Dedução e indução. Sentenças, proposições e enunciados. Quadrado das oposições. Silogismo categórico. Linguagens artificiais: cálculo proposicional e cálculo de predicados. Sintaxe do cálculo proposicional clássico. Interpretações e valorações: funções, tabelas de verdade, tautologias, contradições e contingências. Silogismo hipotético. Noções de consequência lógica.

OBJETIVOS

Introduzir os acadêmicos nas noções básicas da lógica de primeira ordem e compreender os axiomas do cálculo de proposições. Executar o cálculo proposicional.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

LAUSCHNER, Roque. *Lógica formal*: técnica do desenvolvimento do raciocínio. Porto Alegre, Sulina: 1984.

HEGENBERG, Leonidas. *Lógica simbólica*. São Paulo, Editora da USP, ____.

NOLT, John. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

COMPLEMENTAR:

COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 2001.

FILHO, Edgar de Alencar. *Introdução à lógica*. São Paulo: Nobel, 2000.

MORTARI, César. *Introdução à lógica*: nova edição, revisada e ampliada. São Paulo: UNESP, 2016.

SANT'ANNA, Adonai S. *O que é uma definição*. São Paulo: Manole, 2005.

SOARES, Edvaldo. *Fundamentos da lógica*. São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, Lúcia (org.). *Argumentação e provas*. Rio de Janeiro: Projeto Fundação, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **MATEMÁTICA BÁSICA**

PRÉ-REQUISITO.

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 32	PRÁTICA: 08	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
--------------------	--------------------	------------------	---------------------

EMENTA

Número Fracionário. Operações com Frações. Notação Decimal. Porcentagens e percentuais. Grandezas proporcionais. Números Inteiros. Números Irracionais. Reta e o Comportamento Linear. Comprimentos. Áreas. Volumes. Equação do 1º grau. Inequações. Sistemas de duas equações do 1º grau. Introdução a Probabilidades e Estatística.
OBJETIVOS
Estudar conceitos e operações básicas da matemática. Desenvolver problemas matemáticos envolvendo a interdisciplinaridade. Relacionar a matemática e sua utilidade no cotidiano.
REFERÊNCIAS
BÁSICA: BELLO, Pedro. Matemática Básica para Concursos . vol. 1e2. São Paulo: Ed. Ferreira, 2010. MOLTER, A. COSTA, C. NACHTIGALL, C. CHIMENDES, L.ZAHN, M. PERCHER, R. Tópicos de Matemática Básica . 1ª ed. São Paulo: Ciência Moderna, 2016. MEDEIROS. Matemática Básica para Cursos Superiores . São Paulo: Atlas, 2007 BRAGA, Carlos A. B. MOREIRA, J. V., CAPISTRANO, R. A., MOREIRA, S. D. Elementos da Matemática Básica para Universitários . São Paulo: Ciência Moderna, 2015. LEVIN, Jack. FOX, James A. FORDE, David R. Estatística para Ciências Humanas . 11ª ed. São Paulo: PERSON, 2012.
COMPLEMENTAR: LIMA, Marcelo Martins de. Matemática e Raciocínio Lógico . Rio de Janeiro: Campus, 2016. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; MILANI, E. Cadernos do Mathema: jogos de matemática de 6º a 9º ano . vol. 1 e 2. Porto Alegre: Artmed, 2007. ZEGARELLI, Mark. Matemática Básica & Pré-álgebra Para Leigos . 2ª Ed. São Paulo: Dummies, 2011. LAURICELLA, Christiane Mazur. A Matemática do Enem . São Paulo: Moderna, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIAS DE PESQUISA COM CRIANÇAS			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 24	PRÁTICA: 16	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Compreensão das metodologias de pesquisa que vêm sendo utilizadas com a criança na escola com o intuito de abranger como a mesma emerge como sujeito e objeto na pesquisa educacional e quais são as contribuições dessa produção para a explicitação do fenômeno da infância na sociedade contemporânea. Apresentação das tendências teórico-metodológicas a partir de procedimentos, técnicas e estratégias metodológicas utilizados pelos pesquisadores para acessar, "ouvir", registrar, selecionar e analisar as representações da criança na escola. Estudo de relatos de práticas de pesquisa com crianças.			
OBJETIVOS			
Apresentar os conceitos de pesquisa, campo científico e sua aplicação nas pesquisas que envolvem as crianças possibilitando a formação da atitude científica			

para investigar os problemas da educação a partir da escuta das crianças que estão inseridas nos espaços de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

FARIA, Ana Lúcia G.; DEMARTINI, Zeila B. F.; PRADO, Patrícia. (org.). **Por uma cultura da infância:** metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.

FERREIRA, M. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos!** Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 2004.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância:** Fios e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996.

COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Florestan. **As ‘Trocinhas’ do Bom Retiro.** Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo. Vozes: Petrópolis, 1947.

FERREIRA, Manuela. Os estranhos sabores de perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim de Infância. In: CARIA, Telmo H. (org.). **Experiência etnográfica em Ciências Sociais.** Santa Maria da Feira: Afrontamento, 2002. P. 149-166.

QVORTRUP, Jeans. **A infância na Europa:** novo campo de pesquisa social. Centro de documentação e informação sobre a criança. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho. Tradução de Helena Antunes, 1999.

ROCHA, Eloisa A. Candal. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil:** trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. Florianópolis, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. **Infância (in)visível.** Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: PEDAGOGIA DE PROJETOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 08	PRÁTICA: 32	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
-------------	-------------	-----------	--------------

EMENTA

Apresentação do método **Aprendizagem Baseada em Problemas** ou **ABP** (PBL em inglês). A Pedagogia de Projetos como uma alternativa didática para aprendizagem de conceitos no Ensino de Ciências. Delimitação do problema. Pesquisa do tema de estudo. Elaboração de estratégias de ação. Análise e apresentação de resultados.

OBJETIVOS

Incentivar o aluno a pesquisar e resolver as situações apresentadas, apropriando-se dos conceitos científicos, com o professor assumindo papel de moderador. Desenvolver o pensamento crítico dos alunos e construir, em conjunto, soluções mais criativas e novos caminhos para o ensino de Ciências.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BECKER, Fernando. **Ensino e pesquisa:** qual a relação? In BECKER, Fernando; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediação, 2007.

DELVAL, Juan. **Aprender investigando** (tradução de Fernando Becker e Tania B. I.

Marques). In BECKER, Fernando; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediação, 2007.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

COMPLEMENTAR:

PEIXOTO, João Paulo; TEIXEIRA, Manuel; COELHO, Dídia; MOREIRA, Daniela; MOTA, Paulo Sérgio, **Estudos de Caso: O Método ABP Caso Home Concept**, Edição Casos do IESF, 2006, Espaço Atlântico.

COMPONENTE CURRICULAR: PEDAGOGIA SISTÊMICA			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 08	PRÁTICA: 32	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Estudo do ato educativo a partir do enfoque da teoria de sistemas, buscando compreender o sistema escola-família como um todo integrado, cercado por estruturas diversas e especializadas em interação permanente com objetivos comuns, aberto ao que está ao redor, organizado por sua vez como uma totalidade onde o comportamento de cada elemento tem efeitos no todo. Reconhecimento da existência do “lugar” e da “função” como elementos definidores das formas ou maneiras nas quais os integrantes do sistema escola-família contribuem ao alcance dos objetivos educativos.			
OBJETIVOS			
Compreender o sistema escola-família como um todo integrado, cercado por estruturas diversas e especializadas em interação permanente com objetivos comuns, aberto ao que está ao redor, organizado por sua vez como uma totalidade, na qual o comportamento de cada elemento tem efeitos no todo. Conceber o processo ensino-aprendizagem como a manifestação de um padrão de relações, no qual os vínculos que se geram dão forma a tal processo, à aula e ao sistema escolar em sua totalidade. Aceitar a necessidade de recuperar a ordem do sistema escola-família, mediante o reconhecimento da existência de ordens básicas que regem as relações humanas.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: FRANKE-GRICKSCH, Marianne. Você é um de nós - Percepções e soluções sistêmicas para professores, pais e alunos. 1 ed. Ed: Atman, 2005. GUEDES, Olinda. Pedagogia sistêmica : O que traz quem levamos para escola? 2 ed. Editora Appris, 2013. HELLINGER, Bert. Olhando Para a Alma das Crianças . 1 ed. Editora Atman, 288 p., 2015.			
COMPLEMENTAR: HELLINGER, Bert. No Centro Sentimos Leveza . Ed. Pensamento-Cultrix. 168 p .2004. HELLINGER, Bert; HOVEL, Gabriele T. Constelações Familiares : O Reconhecimento das Ordens do Amor. 1 ed. Ed. Pensamento-Cultrix. 160 p .2017. GUEDES, Olinda. Além do Aparente : Um livro sobre Constelações Familiares. 1 ed. Ed. Appris, 2015.			

COMPONENTE CURRICULAR: PEDAGOGIA SOCIAL			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Estudo, pesquisa, análise e reflexão das identidades comunitárias, dos perfis societários, das realidades multiculturais dos dinamismos culturais do país e do mundo. Movimentos sócio-culturais e suas interlocuções educativas. Responsabilidades governamentais: ações e propostas para a prevenção de situações de risco e de vulnerabilidade, bem como a superação de conflitos sociais.			
OBJETIVOS			
Refletir e investigar acerca da problemática dos conflitos, injustiças e desigualdades sociais, e perceber-se agente de intervenção. Analisar, refletir sobre a necessidade de uma atuação junto a realidade existente e desenvolver ações que contemplem projetos sociais.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: GRACIANI, Maria Stela Santos: Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma Experiência vivida . São Paulo: Cortez, 2005. OLIVEIRA, Walter: Educação Social de Rua . Porto Alegre: ArtMed, 2004. ZUCCHETTI, Dinora Tereza. A pedagogia social e as racionalidades do campo socioeducativo . Rev. Bras. Educ. vol.13 no.38 Rio de Janeiro May/Aug. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000200015 . Acesso em 21/03/18.			
COMPLEMENTAR: ABREU, Marina. Serviço Social e Organização da Cultura . São Paulo: Cortez, 2002. SANTOS, Oder José: Pedagogia dos Conflitos Sociais . São Paulo: Papyrus, 1992.			

COMPONENTE CURRICULAR: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 08	PRÁTICA: 32	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Conceito de material didático e suas características. O lúdico no fazer pedagógico. Construção e aplicabilidade de materiais didáticos.			
OBJETIVOS			
Conhecer a terminologia utilizada na literatura com relação aos livros e materiais didáticos, sabendo avaliar, de acordo com os princípios teóricos estudados e criar sequências didáticas para o ensino nas escolas. Criar e testar materiais didáticos como livros e jogos para desenvolver competências na educação infantil e nos anos iniciais.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar – Novas formas de aprender . Petrópolis: Vozes, 2002. CITELLI, Adilson. (coord). Outras linguagens na escola . São Paulo: Cortez, 2000. HAYDAT, Regina Célia Cazauz. Curso de Didática Geral . São Paulo: Ática, 2002.			
COMPLEMENTAR: PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza . Porto			

Alegre: ArtMed, 2001.
 PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais** – Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre, 2001, Artmed.

COMPONENTE CURRICULAR: PROJETOS EDUCACIONAIS INTERDISCIPLINARES			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 08	PRÁTICA: 32	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Estudo teórico e prático das diferentes possibilidades e situações de participação em projetos interdisciplinares, favorecendo o agrupamento dos alunos por eixos de interesse e aproximação dos mesmos aos diferentes conhecimentos de maneira produtiva, abertos para o mundo, aprendendo pela riqueza de relações que estabelecem.			
OBJETIVOS			
Vivenciar os procedimentos metodológicos de elaboração, execução e avaliação de projetos educativos interdisciplinares, tendo em vista a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Projetos pedagógicos na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008. LÜCK, Heloisa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos . 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. MOURA, Dácio G. de. e BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com Projetos: Planejamento e Gestão de projetos educacionais . 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.			
COMPLEMENTAR: ARAUJO, Ulisses Ferreira de. Temas Transversais e a estratégia de Projetos . São Paulo. Moderna, 2003. FONSECA, Lúcia. Universo na sala de aula . Uma experiência em pedagogia de projetos. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. HERNANDES, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. HELM, Judy Harris. O poder dos projetos: novas estratégias e soluções para a educação infantil . Porto Alegre: Artmed. 2005.			

COMPONENTE CURRICULAR: PSICOPEDAGOGIA E EDUCAÇÃO			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 28	PRÁTICA: 12	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
História e conceito da Psicopedagogia como área interdisciplinar do conhecimento. Relação entre Psicopedagogia e educação. Atuação preventiva e terapêutica do psicopedagogo. Relações e diferenças entre a psicopedagogia clínica e institucional. Processo de ensino e aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem.			

OBJETIVOS	
Construir conhecimentos psicopedagógicos no campo educacional, de forma a entender o que seja aprendizagem, não aprendizagem, dificuldade de aprendizagem e os desdobramentos dessas questões na Educação.	
REFERÊNCIAS	
BÁSICA: BÉDARD, Nicole. Como interpretar o desenho das crianças. Trad. Maria Lúcia de C. Accácio. São Paulo: Editora Isis, 1998. SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar : o problema escolar e de aprendizagem. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. WEISS, Maria Lúcia Lemme. Psicopedagogia clínica : uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia S. & PASSOS, Norimar Christe. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2005. SALVADOR, César Coll. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Trad. Emília de Oliveria Dihel. Porto Alegre: Artmed, 1994. WEISS, Maria Lúcia L. & SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.	

COMPONENTE CURRICULAR: RETÓRICA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 32	PRÁTICA: 08	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
O que é Retórica. Estrutura do sistema retórico. Figuras retóricas. Tipologia de argumentos. Análise do discurso na perspectiva retórica. A retórica e o processo educativo.			
OBJETIVOS			
Instrumentalizar os acadêmicos com elementos da teoria da argumentação e compreender a Retórica enquanto método de análise. Desenvolver noções técnicas de argumentação voltadas para a prática docente.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: ARISTÓTELES. Retórica . Lisboa: Universidade de Lisboa; Imprensa Nacional, Casa da Moeda: 2005. PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação : a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005. _____. Retóricas . São Paulo: Martins Fontes, 2005. REBOUL, Olivier. Introdução à retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
COMPLEMENTAR: BARILLI, Renato. Retórica . Editorial Presença, Lisboa, 1987 BRETON, Philippe, GAUTHIER, Gilles (2001), História das Teorias da Argumentação . Lisboa, Editorial Bizâncio. PERELMAN, Chaïm (1999), O Império Retórico : retórica e argumentação. Porto, Ed. Asa: 1999. MEYER, Michel (1982), Lógica, Linguagem e Argumentação . Lisboa, Editorial Teorema. MEYER, Michel, CARRILHO, Manuel Maria, TIMMERMANS, Benoît, História da Retórica . Lisboa, Temas e Debates: 2002.			

COMPONENTE CURRICULAR: TEATRO DIDÁTICO: LINGUAGENS CÊNICAS			
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 12	PRÁTICA: 28	TOTAL: 40	CRÉDITOS: 02
EMENTA			
Breve história do teatro. O encontro do teatro na educação. performances corporais: técnicas para apresentação e criação de peças teatrais para estudantes. Confecção de uma peça com base no Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Encenações do cotidiano da escola e da sociedade.			
OBJETIVOS			
Desenvolver estudos e práticas de teatro para iniciantes no intuito de formular peças de intervenção didática em ambientes escolares. Conhecer e aperfeiçoar técnicas de linguagem corporal dialogando com o teatro de intervenção e teatro do Oprimido.			
REFERÊNCIAS			
BÁSICA: ABRAMOVICH, Fanny. O estranho mundo que se mostra às crianças . São Paulo: Summus, 1983. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Arte, Infância e formação de Professores: Autoria e transgressão . 7.ed. Campinas: Papirus, 2013. REVERBEL, Olga. Um caminho do teatro na escola . 2. ed. - São Paulo: Scipione, 2002.			
COMPLEMENTAR: BEYSEN, Peter. Ashaninka: o poder da beleza . Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2016. CARLINI, Álvaro L. R. S. Projeto escola e cidadania . São Paulo: Editora do Brasil, 2000. COLI, Jorge. O que é arte . 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. GOVERNO FEDERAL. Ministério da Educação. Linguagens artísticas da cultura popular . Brasília: TV Escola, 2005.1 DVD (ca. 02h 00min): Vol.38. PELLEGRINI, Domingos. Família composta: teatro . Brasília: MEC, 2006.			

d) Alterações da matriz curricular, caso haja

Com as turmas em andamento não será necessário matriz de adaptação, pois continuarão na matriz do PPC anterior, conforme deliberação em assembleia com os estudantes. Contudo, a turma ingressante de 2018, após a aprovação da Resolução, que legitima este PPC seguirá a matriz de adaptação conforme o apêndice D.

e) Requisitos para integralização de currículo

Para obter o título de pedagogo/a, o/a acadêmico deverá cumprir 3.740h de carga horária, sendo os componentes curriculares obrigatórios organizados em 2580h de teoria e 960h de prática; os estágios supervisionados, totalizando 400h; ter efetuado

a defesa de TCC, sendo aprovado pela banca examinadora; comprovar as 200h de Atividades Complementares, observando os devidos regimentos: do Estágio; do TCC e das Atividades Complementares. Dos componentes curriculares optativos os discentes poderão escolher qual fazer, todavia eles são obrigatórios enquanto carga horária, totalizando 320h, estando incluídas nas horas teóricas.

f) Avaliação do curso pelo Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE)

O curso de Pedagogia participa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE) desde 2011, na condição de curso reconhecido. No ano de 2011, o curso obteve a nota 4, sendo considerado o melhor curso da Região Norte. Em 2014, na última avaliação, o curso obteve conceito 3.

g) Atividades Complementares

As 200h previstas para Atividades Complementares que visam ao aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, se dão por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, cumpridas pelo discente, a partir do primeiro semestre. Essas Atividades visam oportunizar a diversificação e ampliação de experiências e são regidas por regimento próprio, conforme o apêndice A.

h) Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso é requisito indispensável, compreendendo um estudo ou pesquisa individual em qualquer tópico de seus conteúdos básicos e específicos, sendo realizado sob orientação e acompanhamento na forma definida por Regimento Específico que se encontra no apêndice B. acrescido dos Planos de Ensino das disciplinas que o desenvolvem. O TCC é condição para conclusão do curso e somente poderá apresentá-lo o acadêmico (a) que tiver integralizado os semestres anteriores no qual está inserido o componente curricular Pesquisa em Educação II – TCC. Para a defesa de TCC o aluno deverá ter integralizado a carga horária prevista na matriz curricular. Os objetivos, critérios, bem como mecanismos de avaliação estão descritos no Regimento de TCC.

i) Estágios supervisionados

Os Estágios curriculares obrigatórios oportunizam a participação efetiva em vista do conhecimento geral de como funciona uma Instituição Educativa na Experiência de Gestão em espaços escolares ou não-escolares, complementada com a atuação do 1º ao 5º anos, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com crianças, jovens e adultos e na Educação Infantil em turmas de pré-escola e creche, e Educação inclusiva.

Os princípios e normas da relação com a rede de Escolas da Educação Básica de Ji-Paraná e região serão expressos em Convênio específico, a partir de diálogo com as Instituições Parceiras e homologado pelo NDE e CONDEP-Pedagogia, a ser assinado pela Universidade na pessoa do/a Coordenador/a dos Estágios e do Chefe do Departamento, e pela instituição concedente.

Está previsto que cada professor coordenador ficará responsável por acompanhamento de aproximadamente até dezessete estudantes por estágio. O regimento com maiores detalhes contendo os objetivos, as formas de acompanhamento dos discentes e avaliação se encontram no apêndice C.

Os estágios e sua carga horária são os seguintes:

Distribuição curricular	Orientação e supervisão	Estágio na escola	Carga horária total
Estágio supervisionado em educação infantil e gestão	20	100	120
Estágio supervisionado em educação nos anos iniciais, EJA e gestão	20	100	120
Estágio supervisionado em educação inclusiva	20	60	80
Estágio supervisionado em espaço não-escolar	20	60	80
Total	80	320	400

Desta forma, o Estágio Curricular Supervisionado busca promover a iniciação docente, inserindo o licenciando no campo específico de sua atuação profissional, a partir do conhecimento do real da escola nos diferentes formatos e com os diferentes sujeitos que se apresentam na realidade local e global. Deve propiciar, sobretudo, a

análise das teorias, técnicas e instrumentos de intervenção pedagógica disponíveis para o exercício da docência e preparação em: Educação Infantil e Gestão Escolar; Anos Iniciais do Ensino Fundamental com crianças, jovens e adultos, e Gestão Escolar; Educação Inclusiva e Espaços Não Escolares, orientado pelos princípios da gestão democrática, conforme o artigo 206 da Constituição Federal e artigo 14 da LDB 9394/96.

Sobretudo, o estágio supervisionado é entendido como articulação ente teoria e prática em que nenhuma das partes é superior ou menos importante que a outra, pois são indissociáveis ou integradoras (PIMENTA, 2002).

j) Descrição sobre a articulação entre a teoria e a prática, entre ensino pesquisa e extensão

A articulação entre teoria e prática está sendo efetivada no Núcleo de Estudos I em todos os componentes curriculares que tratam das metodologias, conforme pode-se acompanhar na Matriz Curricular do Curso. Pesquisa, ensino e extensão são articulados com os componentes curriculares, inclusive os optativos que fomentam as mais variadas temáticas, visando o interesse pela participação em projetos de pesquisa e extensão. A participação em grupos de estudo, extensão e pesquisa são incentivados em especial pelo NDE, mas também por parte de cada um dos docentes. Sobre os projetos de extensão e pesquisa bem como os respectivos grupos cadastrados na plataforma do CNPq pode ser verificado no item específico que trata dos Projetos e Laboratórios de Ensino.

A metodologia adotada no curso de Pedagogia Licenciatura, da UNIR Campus de Ji-Paraná, prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo estruturante da formação acadêmica. Este direcionamento pode ser observado nos desdobramentos das atividades teóricas que, se valem da pesquisa e inserção de campo em ambientes não-escolares como associações, sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entre outros, que propiciam vivências, estágios e coleta de dados. Destacamos que as escolas da Educação Básica nos municípios da região central do estado do Estado de Rondônia – urbanas e do campo, preponderantemente, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que

atendem crianças ou jovens e adultos, Centros de Educação Infantil, são também espaços privilegiados para os aprendizados e reflexões acerca da docência e da Pedagogia. Os espaços pedagógicos para que o/a estudante vivencie a relação teoria e prática são possibilitados também pelos Projetos e Programas Institucionais (PIBIC, PIBID, monitoria acadêmica, PIBEC e outros).

2.8 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO

Com a matriz curricular oferecida a partir deste projeto de curso, o egresso estará hábil e competente para atuar na Educação, em contextos escolares e não escolares, com ênfase nos anos iniciais do ensino fundamental com crianças, jovens e adultos, nesse caso, atuará no importante e fundamental ciclo da alfabetização. Poderá atuar na gestão de ambientes escolares e não escolares, com a educação inclusiva e com a educação infantil, em creches e pré-escola. A base teórica e prática dos componentes curriculares, conforme o disposto, fornecem subsídios para uma sólida formação acadêmico-profissional em que o egresso pode seguramente seguir a vida acadêmica aprofundando-se na pesquisa científica. Desse modo, os componentes curriculares optativos oferecem ao longo de quatro semestres (do 4º ao 9º), possibilidades de escolha por parte dos discentes para desenvolverem e aprofundarem temas conforme os seus interesses de pesquisa e curiosidade, que permite maior criatividade e afinidade com uma área mais específica.

Neste sentido, o curso Pedagogia leva os acadêmicos a construir, com autonomia, elementos teóricos que contribuam na criação ou recriação e desenvolvimento de competências relacionadas à capacidade de gerenciar situações de ensino-aprendizagem voltadas para:

- Alfabetização e numeramento que conduzam ao letramento científico e matemático do estudante dos Anos Iniciais, seja em turmas infantis, anos iniciais do ensino fundamental ou com jovens e adultos;
- Ampliação e aperfeiçoamento da sua capacidade educativa para lidar com crianças de zero a cinco anos, promovendo seu processo de escolarização inicial à luz de brincadeiras e interatividades, em consonância com o direito de aprender brincando na Educação Infantil;
- Adoção dos princípios de respeito aos direitos humanos nas suas diferenças, às questões socioambientais, éticas e étnico-raciais, com atenção especial a pessoas com deficiência.
- Capacidade de compreender e propor frente a demandas da gestão educacional em espaços escolares e não escolares.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO

Das atividades de extensão e das ações EaD

a) Da Extensão

As atividades de extensão que compõem o calendário acadêmico do Curso de Pedagogia e do DCHS apresentam-se sob diversas naturezas, das quais citamos:

FIXA

1. Semana Acadêmica Científica de Pedagogia – 30h. Será realizada no primeiro semestre de cada ano letivo
2. Seminário de Pesquisa I – Projetos de Pesquisa – 40h. Será realizado no semestre que a disciplina for oferecida (final de junho ou final de novembro)
3. Seminário de Pesquisa II – TCC – 40h
4. Será realizado no semestre que a disciplina for oferecida (final de junho ou final de novembro)
5. Seminário de Extensão Pedagógica – 30h Será realizado no primeiro ou segundo semestre visando divulgar os resultados dos projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos na disciplina de Pedagogia e Extensão Universitária. Projetos dos professores do curso: a cada ano, três projetos de extensão serão oferecidos além de um projeto piloto do curso totalizando no mínimo 120h. No mínimo um desses projetos será de caráter permanente.

NÃO FIXA

6. Projeto de Extensão Café Pedagógico – 40h. Projeto de fluxo contínuo, com 10 encontros no ano (fevereiro a novembro) tendo duração de 4 horas mensais e 40 horas anuais.
7. Projeto de Extensão Ler e Escrever – 80h. Projeto de fluxo contínuo, vinculado ao laboratório Curumim, cujo objetivo principal é auxiliar nas dificuldades de leitura e escritas de alunos de uma escola municipal de Ji-Paraná.
8. Componente Curricular: Pedagogia e Extensão – 100h. Disciplina que tem como objetivo elaborar, executar e apresentar os resultados dos projetos de extensão desenvolvidos em ambientes escolares e não escolares.
9. Educação Inclusiva – 30h. Seminário realizado pelo Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva juntamente com parceira da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, que ocorre uma vez ao ano, sempre no mês de novembro.
10. Curso de Extensão em Libras com a Comunidade – 60h

Além desses eventos de extensão os alunos serão incentivados a participarem de outras atividades oferecidas pela Unir ou por parte da comunidade externa. O Programa Residência pedagógica de 400h envolvendo alunos e escolas de educação básica também contará como atividade de extensão.

Os professores do DCHS, por sua vez, além do calendário fixo, desenvolvem atividades de extensão vinculadas às suas pesquisas e às necessidades locais. Neste contexto, outras atividades, que não as supracitadas, surgirão no desenrolar do processo formativo.

b) Do EaD

Em consonância com a Portaria do MEC No 1.134, de 10 de outubro de 2016 e com o PDI desta IFES, o Curso de Pedagogia da UNIR, campus de Ji-Paraná, faculta a disponibilização de até 20% da carga-horária dos componentes curriculares na modalidade a distância. A proposta de oferta da carga horária EaD nas disciplinas presenciais deverá ser apresentada pelo docente, ao NDE e à turma, no Plano de Ensino da disciplina, devendo ser implantada após aprovação pelo NDE. Para esta finalidade, a Universidade conta com o funcionamento do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, disponível em <http://www.salavirtual.unir.br/>, no qual o Curso de Pedagogia/Ji-Paraná encontra-se cadastrado. Atualmente, são disponibilizadas neste ambiente as atividades práticas do componente curricular Fundamentos e Prática da Educação a Distância.

2.9 AVALIAÇÃO E METODOLOGIAS DE ENSINO

2.9.1 Avaliação institucional

As avaliações institucionais e de curso são orientadas e acompanhadas pela Comissão Permanente de Avaliação – CPAv. Em 2017, após ampla consulta com a comunidade acadêmica da UNIR, a CPAv elaborou um instrumento de auto avaliação dos cursos, para todos os campi. No mês de março de 2018, o NDE solicitou o referido instrumento *on-line* para proceder com o início das avaliações internas do curso pela comunidade de docentes, técnicos e discentes.

Além disso, o curso é avaliado periodicamente pelos professores nas reuniões do Condep, que acontecem ordinariamente uma vez por mês. No que se refere às questões pedagógicas do ensino-aprendizagem, o responsável é o NDE, que se reúne sempre que necessário ordinariamente a cada dois meses.

A Comissão de Avaliação do docente pelos discentes foi criada em 04 de Maio de 2010, por meio da Ordem de Serviço 002/DCHS/UNIR, com a finalidade de contribuir no processo avaliativo da Pedagogia/Ji-Paraná. Os alunos avaliam os professores e os respectivos componentes curriculares ao final de cada semestre, por escrito de maneira anônima. A partir do ano de 2018, a Comissão foi reestruturada, decidindo-se inserir um representante discente na sua composição.

Outro instrumento levado em consideração é a avaliação do Enade que os alunos participam. Para decisões a respeito da mudanças estruturais no curso, os acadêmicos são consultados em assembleias, convocadas pela chefia do DCHS.

2.9.2 Avaliação do processo de ensino aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem ocorre considerando os aspectos fundamentais da produção e do entendimento dos acadêmicos e acadêmicas, seguindo princípios democráticos para garantir a qualidade do ensino. As avaliações seguem o explicitado no Regimento Geral da UNIR, seção IX, que trata da Avaliação e da Frequência, Art. 120 “Nos cursos de graduação e pós-

graduação, o rendimento do desempenho discente será aferido por disciplina, considerando a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Deve ser um processo permanente, processual e contínuo, buscando o fortalecimento da aprendizagem, apontando as lacunas como pontos frágeis para serem ponto de partida, de recomeço, conforme salienta Hoffmann (2003) ao defender a avaliação mediadora. As avaliações, sobretudo são entendidas como mecanismos de reconstrução das fragilidades em vista de aprofundar o conhecimento científico, apontando para mudança dos rumos e das estratégias de ensino, de acordo com o que preconiza Luckesi (1996), consolidando os padrões de qualidade necessários à formação acadêmica do graduando.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem dos componentes curriculares nos cursos da UNIR é regulamentada pela Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997, que se aplica também ao Curso de Pedagogia. A partir dos princípios de uma avaliação qualitativa que prepondera sobre a quantitativa, e desta normatização, cada docente planeja os procedimentos que serão utilizados nos seus componentes curriculares, que podem incluir: provas escritas com ou sem consulta, construção de projeto científico ou de intervenção, desenvolvimento de oficinas pedagógicas, apresentação de trabalhos orais envolvendo diversas modalidades de gêneros textuais e recursos pedagógicos, produção de resumos, resenhas, artigos científicos ou relatórios escritos, fichas de autoavaliação e outros instrumentais.

Definidos os critérios e formas de acordo com a resolução, o processo acontecerá como acordado em cada componente curricular segundo o plano de ensino do docente consoante com o previsto na resolução acima mencionada. Alerta-se que um dos princípios obrigatórios na avaliação de todos os componentes curriculares deve respeitar a Lei de Direitos Autorais N. 9610/1998, com vistas a evitar o plágio na produção acadêmico-científica.

2.9.2.1 Da avaliação dos alunos com deficiência

No ano de 2018, foi criada, no campus de Ji-Paraná uma Comissão Permanente de Acompanhamento de Acadêmicos com Deficiência por meio da Portaria

013/2018/DCJP/UNIR. Os profissionais presentes na comissão constituem quatro docentes e uma tradutora de LIBRAS.

3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

3.1 GESTÃO

No âmbito da gestão, o DCHS conta com dois núcleos de gerenciamento, são eles a chefia de departamento, que trata das questões de natureza administrativa e, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pelas questões de natureza pedagógica.

a) Da chefia e vice chefia

Nome: Naiara dos Santos Nienow
CPF: 715.378.052.15
e-mail dchsip@unir.br
Telefones: (69) 3421.7920 (69) 3421.3595
Titulação: Doutora
Vínculo: Estatutária
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva 40h
Portaria: 1040/2017/GR/UNIR
Atuação profissional: Professora do Magistério Superior

A professora Naiara dos Santos Nienow é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2005), mestrado (2011) e doutorado (2016) em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Fez doutorado sanduíche na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade do Porto/Portugal (2014). É membra do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (PPGE/UFMT) Tem experiência na Educação Básica no município de Porto Velho e no Estado de Rondônia, trabalha com pesquisas em Estudos da Infância. Atua, no curso de Pedagogia, em áreas e componentes que trabalham a relação entre Estudos da Infância, Educação e Sociedade.

Nome: Patrícia Soares de Maria de Medeiros
CPF: 526.172.384.15
e-mail dchsip@unir.br
Telefones: (69) 3421.7920 (69) 3421.3595
Titulação: Doutora
Vínculo: Estatutária
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva 40h
Portaria: 1041/2017/GR/UNIR
Atuação profissional: Professora do Magistério Superior

A professora Patrícia Medeiros possui bacharelado em Ciências Biológicas e mestrado e doutorado em Biologia Experimental. Atua no Ensino Superior há 19 anos, sendo 18 anos dedicados à formação de licenciados e bacharéis do Curso de Ciências Biológicas do campus de Porto Velho, no qual desenvolveu atividades na área de formação de professores de Ciências e Biologia. Em 2017 foi removida para o Curso de Pedagogia, no qual atua na área de Ensino de Ciências, Educação Inclusiva e Educação a Distância.

b) Do núcleo docente estruturante

O conceito de Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi criado pelo governo brasileiro por meio da portaria 147, de 02 de Fevereiro de 2007. Do ponto de vista ético, o NDE deve zelar e manter atualizado o projeto pedagógico do curso em consonância com as diretrizes nacionais para a formação em Pedagogia. Na Universidade Federal de Rondônia, o núcleo foi instituído pela Resolução 285/CONSEA, de 21 de Setembro de 2012. NDE deve:

- I** - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II** - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III** - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV** - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

No curso de Pedagogia, a primeira constituição do núcleo deu-se com a Portaria 009/2014/DCJP/UNIR. Atualmente, o NDE é composto pela Comissão de Curso com os professores Alberto Dias Valadão; Gustavo Piovezan, Irmgard Margarida Theobald, Isaura Isabel Conte, Naiara dos Santos Nienow e Neidimar Vieira Lopes Gonzales.

3.2 RECURSOS HUMANOS

Em 2018, o quadro docente dos professores que atuam no curso de Pedagogia, no campus de Ji-Paraná, compreende 56% de doutores, 38% de mestres e 06% de especialistas. O quadro abaixo segue com dados dos professores atuantes.¹⁴

QUADRO A: INFORMAÇÕES GERAIS POR DOCENTE

Nome Alberto Dias Valadão CPF 336.325.616-72 E-mail albertodias@unir.br Tel (69) 3422-4395 Titulação Doutor Função Docente Regime de trabalho DE Tipo de vínculo Estatutário	Nome Ana Fanny Benzi De Oliveira CPF 523.274.421-68 E-mail fannybastos@unir.br Tel (19) 99863-8526 Titulação Doutora Função Docente Regime de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária
Nome Edneia Maria Azevedo Machado CPF 408.322.362-68 E-mail volneyedneia@hotmail.com Tel (69) 99246-1081 Titulação Mestrado Função Docente Regime de trabalho D.E. Tipo de vínculo: Estatutário	Nome Gustavo Piovezan CPF 044.884.979-85 E-mail gpiovezan@unir.br Tel (69) 99314-6262 Titulação Doutorado Função Docente Regime de trabalho D.E. Tipo de vínculo: Estatutário
Nome Irmgard Margarida Theobald CPF 407.881.139-68 E-mail margaridatheobald@gmail.com Tel (69) 3424-5206 Titulação Especialista Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutário	Nome Isaura Isabel Conte CPF 925.561.400-20 E-mail Isaura.conte@unir.br Tel (69) 984845323 Titulação Doutora Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária
Nome Paulo Cesar Gastaldo Claro CPF 696.478.100-59 E-mail pcclaro@yahoo.com.br Tel (69) 98128-3289 Titulação Mestre Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária	Nome Paulo Sergio Dutra CPF 325.539.002-87 E-mail paulodutra@gmail.com Tel (69) 99228-4448 Titulação Doutor Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutário
Nome Naiara dos Santos Nienow CPF 715.378.052-15 E-mail naiara.nienow@unir.br Tel (69) 99975-3355 Titulação Doutora Função Docente	Nome Neidimar Vieira Lopes Gonzales CPF 340.381.832-20 E-mail neidimar@unir.br Tel (69) 98402-6262 Titulação Mestre Função Docente

¹⁴ Tendo em vistas as demandas da sociedade, para a realização das atividades de graduação em um nível de excelência ainda se faz necessário a contratação de um professor na área de Educação Inclusiva e um professor para Estágio Supervisionado. A primeira área é de importância para a sociedade, ao passo que a segunda deriva das exigências legais do MEC.

Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária	Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária
Nome Patrícia Batista Franco CPF 200.148.528-02 E-mail patricia.franco@unir.br Tel (69) 98124-1919 Titulação Mestre Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária	Nome Patrícia Soares de Maria de Medeiros CPF 526.172.384.15 E-mail patricia@unir.br Tel (69) 98416-4632 Titulação Doutora Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutária
Nome Reginaldo de Oliveira Nunes CPF 926.137.051-91 E-mail reginaldonunes@unir.br Tel (69) 999922946 Titulação Doutor Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo: Estatutário	Nome Rosiane Ribas de Souza Eler CPF 635.080.102-44 E-mail rosiane.ribas@unir.br Tel (69) 99248-9381 Titulação Mestre Função Docente Regimento de trabalho DE Tipo de vínculo Estatutária

QUADRO B – DADOS GERAIS E DISCIPLINAS POR DOCENTE

INFORMAÇÕES GERAIS	DISCIPLINAS QUE MINISTRA NO CURSO
Nome: Alberto Dias Valadão SIAPE: 2300765 Departamento: DCHS Experiência profissional: 25 anos Experiência docente básica: 17 anos Experiência docente superior: 9 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/8199446149382420	• Psicologia da Educação I • Psicologia da Educação II • Estágio dos anos iniciais, EJA e gestão • Teorias do currículo • Gestão do trabalho escolar e não escolar
Nome: Ana Fanny Benzi De Oliveira SIAPE: 1192650 Departamento: DME Experiência profissional: 19 anos Experiência docente básica: 6 anos Experiência docente superior: 20 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/9687601587750065	• Metodologia do ensino da matemática
Nome: Ednéia Maria Azevedo Machado SIAPE: 1804965 Departamento: DCHS Experiência profissional: 00 anos Experiência docente básica: 11 anos Experiência docente superior: 08 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/3500374165747022	• Gestão do trabalho escolar e não escolar • Metodologia do ensino da alfabetização I • Metodologia do ensino da alfabetização II • Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão
Nome: Gustavo Piovezan SIAPE: 1123300	• Metodologia da pesquisa científica • Filosofia da educação I

Departamento: DCHS Experiência profissional: 0 anos Experiência docente básica: 0 anos Experiência docente superior: 03 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/3500374165747022	• Filosofia da educação II • Estágio Supervisionado em Espaço não Escolar • Educação, gênero e sexualidade
Nome: Irmgard Margarida Theobald SIAPE: 0396493 Departamento: DCHS Experiência profissional: 0 anos Experiência docente básica: 15 anos Experiência docente superior: 29 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/3482501003535694	• Metodologia do ensino da educação infantil II • Pesquisa em educação I • Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão • Metodologia do ensino da alfabetização II
Nome: Isaura Isabel Conte SIAPE: 3000542 Departamento: DCHS Experiência profissional: 03 anos Experiência docente básica: 0 anos Experiência docente superior: 03 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/5536249113012905	• Educação do campo • Estágio dos anos iniciais, EJA e gestão. • Pedagogia não escolar • Educação de jovens e adultos • Educação, gênero e sexualidade
Nome: Paulo Cesar Gastaldo Claro SIAPE: 1356501 Departamento: DCHS Experiência profissional: 05 anos Experiência docente básica: 04 anos Experiência docente superior: 15 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/6594485441599232	• Sociologia da educação I • Sociologia da educação II • Estágio Supervisionado em Espaço não Escolar • Educação e tecnologias
Nome: Paulo Sergio Dutra SIAPE: 1726782 Departamento: DCHS Experiência profissional: 8 anos Experiência docente básica: 16 anos Experiência docente superior: 8 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/8970570937656664	• História da Educação • Políticas públicas em educação • Estágio em anos iniciais, EJA e gestão • Metodologia do ensino de história • Educação e relações raciais
Nome: Naiara dos Santos Nienow SIAPE: 2294222 Departamento: DCHS Experiência profissional: 07 anos Experiência docente básica: 03 anos Experiência docente superior: 08 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/5536249113012905	• Políticas em avaliação educacional • Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão • Metodologia do ensino da educação infantil I • Brincar e educação • Metodologia do ensino da alfabetização I
Nome: Neidimar Vieira Lopes Gonzales SIAPE: 17358272 Departamento: DCHS Experiência profissional: 00 anos Experiência docente básica: 14 anos	• Legislação educacional • Didática • Arte e educação • Relações interpessoais

Experiência docente superior: 14 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/2204142633448298	
Nome: Patrícia Soares de Maria de Medeiros SIAPE: 1303572 Departamento: DCHS Experiência profissional: 07 anos Experiência docente básica: 00 anos Experiência docente superior: 19 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/3519588719846194	• Metodologia do ensino de ciências • Estágio Supervisionado em Educação Inclusiva • Educação inclusiva • Educação, gênero e sexualidade
Nome: Reginaldo de Oliveira Nunes SIAPE: 1813620 Departamento: DCHS Experiência profissional: 04 anos Experiência docente básica: 04 anos Experiência docente superior: 12 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/8431281535794370	• Educação ambiental • Pesquisa em educação II • Educação com povos da floresta • Metodologia do ensino de geografia • Pedagogia e extensão
Nome: Rosiane Ribas de Souza Eler SIAPE: 2124243 Departamento: DCHS Experiência profissional: 00 anos Experiência docente básica: 16 anos Experiência docente superior: 03 anos Lattes: http://lattes.cnpq.br/0390263601385505	• LIBRAS • Metodologia do ensino da língua portuguesa • Língua portuguesa

3.2.1 Corpo discente

Tal como determina a Resolução 278/CONSEA/UNIR, de 4 de Junho de 2012, as ações destinadas aos discente constituem-se em projetos e atividades com vistas à permanência dos alunos no curso de Pedagogia da UNIR Ji-Paraná são principalmente as desenvolvidas pela PROCEA - Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Comunitários e Estudantis, destacando-se:

- a) O *Programa Bolsas de Permanência* (PBP) sob responsabilidade de uma Comissão nomeada pela Direção do Campus para atender todos os cursos;
- b) O *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (PIBID) da CAPES.
- c) O *Programa de Monitoria Acadêmica* para estudantes bolsistas.
- d) As *políticas de apoio aos estudantes com deficiência* estão sendo implantadas pela universidade, desde o ano de 2015.
- e) O campus conta com uma servidora técnica Tradutora e Interprete de LIBRAS para acessibilidade linguística no campus.

3.2.2 Técnicos Administrativos

O DCHS conta com um técnico administrativo, Willian Silva Salles.

4. INFRAESTRUTURA

4.1 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CURSO

Sala de aula: duas salas, Bloco 2, salas 1 e 2.

Tipo: alvenaria

Metragem: 78,32m²

Capacidade: 50 alunos (cinquenta alunos)

Infraestrutura interna: uma mesa para docente, uma lousa de vidro, dois aparelhos de ar condicionado Split Electrolux 24.000 BTUS

Sala da chefia de departamento:

Tipo: alvenaria

Metragem: 30m²

Infraestrutura interna: duas mesas de trabalho, dois computadores, Datashow, duas cadeiras para atendimento

4.2 SUPORTE ADMINISTRATIVO DO CAMPUS

O campus conta com uma gama de setores que, juntos, compreendem a infraestrutura necessária à execução da atividade fim que a Universidade desenvolve, o ensino. Para tanto, o campus conta com uma Secretaria Executiva, com atendimento das 8h às 18h e a SERCA – Secretaria de Registro Acadêmico, com atendimento 8h às 20h. Do ponto de vista deliberativo, o campus conta com duas instâncias colegiadas, os Conselhos de Departamentos e o Conselho de Campus.

4.3 EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS

O **Laboratório Didático Interativo de Ciências (LADIC)** foi criado em 2017 (Processo N. 23118.001742/2017-97), em colaboração com o Centro Interativo de Ciências (CIC). Este Centro foi construído com recursos de proposta aprovada na Chamada Pública MCT/FINEP – CIENCIA DE TODOS 01/2004, institucionalizado pela Resolução 106/CONSEA/UNIR, de 07 de outubro de 2005, no processo “Consolidação da Pesquisa em Ensino de Ciências na UNIR”. O CIC possui uma área de 200 m², com cinco ambientes, sendo estes: uma copa, dois banheiros e uma sala para administração e arquivo para o acervo científico e didático, um salão de uso comum para desenvolvimento das atividades didático-práticas. É neste salão

(com 82 m²) que está sendo implantado o LADIC. O Centro Interativo de Ciências foi projetado para oferecer condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, desta forma, possui banheiro adaptado, rampa de acesso, portas largas e marcação no piso para deficientes visuais. O LADIC tem por objetivo geral: Atender a demanda das atividades práticas relacionadas ao ensino de Ciências do Curso de Pedagogia. Neste contexto, o LADIC apresenta os seguintes objetivos específicos:

- a) Desenvolvimento de atividades práticas nas disciplinas de Metodologia do Ensino de Ciências; Educação Ambiental, Pedagogia de Projetos no Ensino de Ciências, Projetos Educacionais Interdisciplinares e Metodologias de pesquisa com crianças;
- b) Desenvolvimento e preparo de material didático para o ensino de ciências na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- c) Elaboração e desenvolvimento de atividades experimentais e respectivos roteiros que contribuam para contextualização e compreensão de conceitos científicos;
- d) Desenvolvimento de projetos e atividades de pesquisa e extensão relativos ao ensino de ciências e à divulgação do conhecimento científico para professores e alunos da rede pública de ensino.

O **Laboratório Maria Montessori** trabalha com planejamento e execução de atividades práticas para os componentes curriculares: Didática; Relações Interpessoais; Alfabetização; Arte-Educação, Metodologia do ensino de História e Metodologia do ensino de Matemática. O Laboratório Didático pedagógico tem importante papel na formação acadêmica, pois é imprescindível que, no decorrer de todo o curso, o estudante e o professor pesquise, analise e interprete fundamentos históricos, políticos e sociais de processos educativos, e no espaço pedagógico denominado Laboratório LABMontessori, os integrantes da comunidade acadêmica do curso poderão criar, recriar, trocar experiências, construir, desconstruir e reconstruir teorias e práticas educativas, contribuindo com a melhoria do Ensino na Educação Básica. O início das atividades do Laboratório Didático Pedagógico Maria Montessori deram-se em 2012, cujo nome, na altura, era Laboratório Curumim, processo nº 23118.001202/2007-31, que foi institucionalizado mediante o Parecer 813/CGR de 15 de agosto de 2007. Em sua estrutura conta uma sala fica no Bloco 3, que possui uma área de 26 m² repartida por divisória em 3 ambientes sendo eles: um espaço para professores, um espaço para atendimento e orientação de TCC e

um espaço para o LABMontessori. Para a construção foram usados recursos do Campus. Em seus objetivos visamos:

- a) Contribuir para o aprofundamento de vivências pedagógicas nas diferentes especificidades do curso de Pedagogia: docência nos anos iniciais, educação infantil, educação indígena, educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação do campo, educação especial, educação para a diversidade.
- b) Promover pesquisas, estudos e discussões que levem a melhoria no ensino de Educação Básica em Rondônia,
- c) Possibilitar a realização de atividades em parceria com docentes da rede pública e privada na Educação Infantil, Anos Iniciais do ensino fundamental I, na educação Especial e nas modalidades de ensino da Educação Indígena e Educação de Jovens de Adultos, em Ji-Paraná.
- d) Desenvolver projetos e atividades de Extensão.

O Laboratório **Didático Pedagógico Brinquedoteca - Quintal do Brincar Curumim** iniciou suas atividades em 2016. Primeiro ocorreu a nomeação da professora doutora Naiara dos Santos Nienow para coordenar as atividades conforme publicação da portaria nº 018/2016/DCJP/UNIR de 15 de agosto de 2016. O espaço físico destinado para mesma foi a sala 04 do Bloco 02 (antiga sede da biblioteca) do campus de Ji-Paraná, em dezembro de 2016, respeitando a regulamentação apresentada no Processo nº 23118.004431/2016-07 – Proposta: Distribuição de espaços do Campus de Ji-Paraná, aprovado na Reunião Ordinário do CONSEC de 16 de dezembro de 2016. Destaca-se que a atividade inaugural realizada na Brinquedoteca - Quintal do Brincar Curumim foi o Primeiro Sarau da Pedagogia - Tudo que não invento é falto, realizado no dia oito de dezembro de 2016 como evento de encerramento da Oficina Brinquedos desestruturados e brinquedos sucatas ministrado pela professora doutora Naiara dos Santos Nienow como ação prevista no componente curricular Fundamentos e Prática em Recreação e Jogos. Em seus objetivos, tem-se:

- a. Propiciar um espaço onde a comunidade acadêmica do curso de Pedagogia possa realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração do brincar na perspectiva das crianças e com foco no desenvolvimento infantil;

-
- b. Contribuir para visibilidade social, política e científica das diferentes e diversas culturas infantis presente na região e bem como para conceituação de jogo, brinquedo e brincadeiras;
 - c. Formar profissionais que valorizam a expressão do brincar espontâneo e criativo assim como do brincar orientado;
 - b) Possibilitar às crianças momentos de brincadeira livre e orientada, realizando atividades recreativas, desenvolvendo a expressão artística, transformando e descobrindo novos significados para o brincar, propiciando a interação e a troca entre adultos e crianças;
 - c) Contribuir para criação e desenvolvimento de metodologias pedagógicas para berçários, creches, Centros de Educação Infantil, abrigos de acolhimento de crianças, classes hospitalares contemplando as especificidades das culturas infantis presentes na região;
 - d) Desenvolver pesquisas que evidenciam a relevância do brincar espontâneo, brincar orientado, dos jogos, brinquedos e brincadeiras para educação;
 - e) Oferecer condições que permitam as mães amamentarem bebês e crianças e compartilhar com as famílias alimentação, saúde e desenvolvimento integral da criança em relação à educação;
 - f) Oferecer ambiente para complementação do estágio supervisionado em Educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como Brincar e Educação, Metodologia do Ensino da Educação Infantil I, Metodologia do Ensino da Educação Infantil II, Metodologia do Ensino da Alfabetização I e II, Educação Inclusiva, Educação com Povos da Floresta, Arte Educação, Metodologia do Ensino de Ciências, Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Gestão, Componentes curriculares optativos, Contação de Histórias, Literatura Infantil Africana, Metodologias de pesquisa com crianças, Pedagogias com Bebês
 - g) Auxiliar na articulação da relação entre ensino, pesquisa e extensão dentro da estrutura curricular do curso de Pedagogia do DCHS, do campus de Ji-Paraná.

Infraestrutura: Possui uma sala disponibilizada pela direção de campus em alvenaria, conforme regulamentação apresentada no Processo nº 23118.004431/2016-07. – Proposta: Distribuição de espaços do Campus de Ji-

Paraná, aprovado na Reunião Ordinário do CONSEC de 16 de dezembro de 2016. Possui quatro ambientes internos sendo: um hall de entrada; uma sala com banheiro que deverá ser adaptado para o uso das crianças e para amamentação; dois ambientes interligados que deverá ser mobiliado e equipado. A área total possui 150m². Destaca-se que a Brinquedoteca - Quintal do Brincar Curumim, necessita ser mobiliado e equipado com o material permanente e de consumo descrito no seu formulário de criação. Somente após mobiliada e equipada, será possível desenvolver as atividades.

O Laboratório de Ciências Humanidades e Matemática Aplicados à Educação visa fornecer suporte aos acadêmicos dos cursos de Pedagogia e Matemática, no que tange as questões de fundamentos e práticas, vinculadas às disciplinas cujas discussões são voltadas para a Educação Básica, tais como ensino de Geografia, Ciências, Matemática, Estatística, História, Geografia e os demais componentes curriculares que compõem a formação em docência dos acadêmicos. A formação técnica na docência com métodos de ensino é objeto de reforço no ensino e aprendizado dos acadêmicos de licenciatura. Neste contexto, os resultados esperados vislumbram a aquisição de diferentes métodos e técnicas de ensino para os acadêmicos que farão uso do laboratório, bem como a introdução de uma prática em um ambiente especializado. O papel da Estatística no laboratório envolve a integração com as demais áreas de conhecimento, em particular com a matemática, numa reflexão do que envolve a construção da cidadania, nos recortes como uma simples leitura diária de jornais e na mídia como um todo.

Em relação ao espaço físico, uma sala foi disponibilizada para sua criação (Processo nº 23118.004431/2016-07. – Proposta: Distribuição de espaços do Campus de Ji-Paraná, aprovado na Reunião Ordinário do CONSEC de 16 de dezembro de 2016). Além disso, duas mesas para reuniões com dez cadeiras cada uma, atendo vinte alunos. A instrumentalização, bem como os equipamentos necessários ao amplo funcionamento do laboratório ainda estão em fase de construção, por meio de captação de recursos junto à Pró-reitoria de Graduação e editais para tal finalidade.

Segue uma lista das disciplinas que serão atendidas pelo laboratório: Didática; Estatística Básica; Filosofia das Ciências; Metodologia do Ensino da Matemática;

Metodologia e Prática de Matemática no Ensino Fundamental; Filosofia da Educação; História da Educação; Metodologia do ensino de Geografia; Metodologia do ensino de História e Gênero e Diversidade.

4.4 BIBLIOTECA

A biblioteca existente no campus de Ji-Paraná atende todos os cursos existentes no campus, são eles: Pedagogia, Educação Intercultural, Física, Matemática, Estatística e Engenharia Ambiental. Ela é um espaço interativo, de estudos individuais e em grupos. Seu acervo está em constante atualização. O horário de funcionamento percorre das 8h da à 22h40min. A servidora responsável é a bibliotecária Marlene Deguschi.

4.5 INFRAESTRUTURA BÁSICA UTILIZADA NO ENSINO

Além dos laboratórios, o curso conta com duas salas de aula, com uma mesa e cadeira para o docente e 50 mesas e cadeiras para os estudantes. As salas são equipadas com ar condicionado Split Electrolux, 24.000 BTU e Quadro Branco.

4.6 ACESSIBILIDADE

A UNIR destina 5% (cinco por cento) das vagas da ampla concorrência aos candidatos com deficiência, em conformidade com a descrição constante no Decreto nº 3.298/99, que estabelece a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência e Decreto nº 7.612/2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Em termos de infraestrutura, o campus hoje conta com obras em andamento de vias de acesso as salas de aulas e aos diversos setores com acesso coberto e com sinalização piso podotátil. Para atender as demandas existentes em caráter de excelência, o DCHS ainda necessita suporte em acessibilidade na área de libras, com mais tradutores, e um leitor de braile.

5 REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (Org.). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto-Portugal: Porto Editora, 2000.

_____. (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALBUQUERQUE, M. G. DA FORMAÇÃO POLIVALENTE AO MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: uma trajetória histórica da Formação de Professores de Matemática na Universidade Federal de Rondônia em Ji-Paraná (1988-2012). F. Tese (Doutorado Educação em Ciências e Matemática), Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Cuiabá, 2014.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**. 2. ed. Imagens e auto-imagens. São Paulo: Vozes, 2013.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. São Paulo: Vozes, 2014.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORGES, C. J. Professores Leigos em Rondônia: Entre Sonhos e Oportunidades, a formação e a profissionalização docente – um estudo de caso – O PROHACAP. 417 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Paulista Araraquara, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõem sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, **Política Nacional de Educação Ambiental**. Secretaria de Meio Ambiente. Brasília, 2002.

_____. Resolução nº 1 CNE/CP de 18 de fevereiro de 2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002, **a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, **Diretrizes curriculares para Educação Básica**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Lei 10.639/2003. **Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais e Educação Intercultural**. 2003.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2004.

_____. Decreto nº 5.296/2004, **Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, **LIBRAS como obrigatória para cursos de licenciatura**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2005

_____. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, **Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia e licenciatura**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. **Lei Nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 fevereiro de 2006.

_____. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. **Funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. Resolução CNE/CES Nº 02/2007. **Carga horária mínima dos cursos de graduação**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2007.

_____. Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, **obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. Portaria Normativa 040/2007-2010, e-MEC, **Sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento da educação superior no sistema federal de educação** (Basis) e o (ENADE). Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2010.

_____. Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010. **Informações Acadêmicas** (Art. 32 da Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007). Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2010.

_____. Resolução CONSEA n.º 278/2012. **Parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógico de Cursos de Graduação** da Universidade Federal de Rondônia. Conselho Acadêmico. Porto Velho: UNIR, 2012.

_____. Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Secretaria de Educação para Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC, 2012.

_____. Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012 e Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Direitos Humanos, 2012.

_____. **Lei N° 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. 2013.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**.

_____. **Lei N° 13.185, de 6 de Novembro de 2015**. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília: Secretaria Direitos Humanos, 2014.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de Julho de 2015, **Diretrizes Curriculares para a formação inicial em nível superior**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/CNE, 2015.

_____. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Secretaria de Educação para Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC, 2015.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

CAPANEMA, C. de F. **Gestão Educacional: a Discussão Hoje**. Brasília: UCB/VBEC, agosto, 1995.

CATÁLOGO DE DADOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 2014. Disponível em: https://www.unir.br/noticias_arquivos/16107_catalogo_de_dados_unir_2014.pdf. Acesso em: 24 mar. 2018.

CATÁLOGO DE DADOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 2015. Disponível em: <http://www.cid.unir.br/uploads/69696969/imcq2015/Catalogo%20-%20%202015.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO DISCENTE– CPPSD. <http://www.processoseletivo.unir.br/certame/exibir/170>. Acesso em: 24 mar. 2018.

CONTRERAS, J. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DELORS, J. **Educação, um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMANDA POR VAGA – VESTIBULAR UNIR - 2018. Disponível em: [http://www.processoseletivo.unir.br/uploads/certame/170_demanda_por_vaga_\(1\).pdf](http://www.processoseletivo.unir.br/uploads/certame/170_demanda_por_vaga_(1).pdf). Acesso em: 26 mar. 2018.

DINIZ-PEREIRA, E. Formação de professores, trabalho e saberes docentes. **Revista Educação & Trabalho**. Belo Horizonte. v. 24, n. 2, p. 143-152. 2015. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7847/6006>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

FREIRE, P. (1970). **Pedagogia do oprimido**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. (1979). **Educação e mudança**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.

_____. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da indignação** - cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, L. C. de. (org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Guia da escola cidadã; v. 1).

GIROUX, H. A. **Os Professores Como Intelectuais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

KINCHELOE, J. L. **A formação do professor como compromisso político**. Mapeando o pós-moderno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MARCELO GARCÍA, C. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 51-76.

_____. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Trad. Isabel Narciso. Porto: Porto Editora, 1999. (Coleção Ciências da Educação – século XXI).

MACEDO, L. A questão da inteligência. Todos podem aprender? In: OLIVEIRA, M. K. de et.al (Orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **Ensaios pedagógicos**: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 31-44.

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

_____. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto-Portugal: Porto Editora, 2000.

PARECER Nº 660/93. SENESu/MEC. Aprovado em 09 de novembro de 1993. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cd001202.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PEREIRA, J. E. D. A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente. In: PEREIRA, J. E. D.; ZEICHNER, K. M. (Org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 11-42.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**. Unidade teoria e prática? 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI da Fundação Universidade Federal De Rondônia (UNIR). Conselho Administrativo. Porto Velho: UNIR, 2014.

PROJETO POLTICIO PEDAGOGICO – FÍSICA BACAHARELADO - 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xOod6mn9HCjT7qv4Nu4cfFyZoDQP7a_m/view. Acesso em: 24 mar. 2018.

RECONHECIMENTO DE CURSOS FORA DA SEDE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cd001202.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

RESOLUÇÃO n.º 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012, **Criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)**. Fundação Universidade Federal de Rondônia Conselho Acadêmico. Porto Velho: UNIR, 2012.

RESOLUÇÃO n.º 135/CONSUN, de 13/10/98 e 138/CONSUN, de 12/04/99. **Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**. Disponível em <http://www.secons.unir.br/?pag=estatica&id=56&titulo=Estatuto>. Acesso em 28 set 2016.

RESOLUÇÃO 500/CONSEA, DE 12 de setembro de 2017. **Padrão da hora aula, a carga horária de curso, o horário de funcionamento dos cursos de graduação**

presencial da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR. Conselho Acadêmico. Porto Velho: UNIR, 2017.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos: escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROMÃO, J. E. ; PADILHA, P. R. Diretores Escolares e Gestão Democrática da Escola. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Guia da escola cidadã; v. 1).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados 1992.

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 77- 91.

_____. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes. 2003

TORRES, C. A.; CADIZ, M. del P.; DONG, P. L. **Educação e Democracia: A Práxis de Paulo Freire em São Paulo**. v. 4, São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: idéias e práticas**. Trad. A. J. Carmona Teixeira, Maria João Carvalho e Maria Nóvoa. Lisboa: Educa, 1993.

APÊNDICE A

REGIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO 1 DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante ao currículo do curso.

§1º - As atividades complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de atividades complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste regimento.

Art. 2º - As atividades complementares visam oportunizar a diversificação e ampliação de experiências, privilegiando:

I – atividades de complementação da formação social, humana e cultural;

II – atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;

III – atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO 2 DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - Os alunos deverão comprovar por meio de certificados as 200 (duzentas) horas de atividades complementares, conforme estabelecido na CNE/CP n.º2, de 1º de julho de 2015.

Parágrafo Único - As atividades complementares serão em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da iniciação científica, iniciação à docência, da extensão, da monitoria, entre outras.

Art. 4º - Para fins de aproveitamento como carga horária desse componente curricular, o aluno deverá complementar e aprofundar sua formação docente escolhendo participar de atividades previstas.

Parágrafo Único – Pela participação nessas atividades previstas, o aluno receberá um certificado ou declaração emitido pela coordenação do evento, cuja cópia deverá ser entregue ao professor coordenador das atividades complementares para computo da respectiva carga horária e arquivamento.

Art. 5º - As atividades complementares com atividades científicas, culturais e acadêmicas visam enriquecer e flexibilizar o currículo do curso. Serão garantidos por meio da oferta de estudos curriculares complementares oferecidos pelo Departamento, por outros Departamentos ou realizados fora da Instituição.

Art. 6º - Os alunos cumprirão este componente curricular elegendo participar nas seguintes instâncias e espaços acadêmicos:

I – Programas oficiais e institucionais como o PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e outros dos Governos Federal, Estadual e Municipal desde que conveniados e legitimados pelo Departamento;

II - Programas de extensão por meio dos Projetos Institucionais executados pelo Departamento ou no Campus com conhecimento do DCHS;

III - Na participação nos seminários de apresentação de Projetos de Pesquisa do TCC e nas defesas públicas de TCC e nos programas de iniciação científica dos grupos de pesquisa como o PIBIC e demais atividades pertinentes;

- IV - Nos programas de monitoria da universidade, como bolsista ou voluntário;
- V - Nos estágios não obrigatórios reconhecidos pelo NDE e Departamento;
- VI - Na participação em eventos científicos e alternativas de caráter científico, político, cultural e artístico, reconhecidos pelo Departamento do Curso;
- VII - Participação em eventos de outras Instituições de Ensino Superior, nos órgãos oficiais da Educação e Instituições formadoras referendadas pelo Departamento.

CAPÍTULO 3 DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO 1 DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º – Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete:

- I – propor ao conselho departamental, para as atividades relacionadas no artigo 6, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação das atividades complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II – propor, ouvindo as áreas de ensino, incentivar, por parte dos/as professores/as, a realização de palestras, seminários, encontros, eventos científicos, sempre na área de educação, correlata à formação do curso;
- III – propor ao conselho departamental a avaliação das atividades complementares não previstas neste regimento.

SEÇÃO 2 DO CONSELHO DO DEPARTAMENTO

Art. 8º – Ao Conselho do Departamento (CONDEP) compete:

- I – indicar o professor responsável para coordenar as ações das atividades complementares no âmbito do curso;
- II – propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das atividades complementares;
- III – supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares;
- IV – definir, ouvido o NDE, para as atividades relacionadas no artigo 6, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação das atividades complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V – validar as atividades complementares, registrando em ata de reunião, os alunos que completaram as horas exigidas neste regimento;
- VI – julgar, ouvido o NDE, a avaliação das atividades complementares não previstas neste regimento.

SEÇÃO 3 DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 9º - Ao professor responsável pelas atividades complementares compete:

- I – analisar e validar a documentação das atividades complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este regimento;
- II – avaliar e pontuar as atividades complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III – orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às atividades complementares;
- IV – fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V – controlar e registrar as atividades complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI – apresentar, em reunião do Conselho do Departamento, as fichas de avaliação das atividades complementares dos alunos que cumpriram as horas previstas nesse regimento, para aprovação e registro em ata;

VI – encaminhar a Secretaria Acadêmica (SERCA) do campus, o resultado da avaliação das atividades complementares;

VII – participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às atividades complementares.

SEÇÃO 4 DO ALUNO

Art. 10 - Aos alunos matriculados no curso competem:

I – informar-se sobre o regimento e as atividades oferecidas dentro ou fora da UNIR que propiciem pontuações para as atividades complementares;

II – inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III – solicitar a avaliação das atividades complementares, providenciando a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

IV – entregar a documentação necessária para a pontuação e avaliação das atividades complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico pelo professor responsável;

V – arquivar a documentação comprobatória das atividades complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VI – observar a publicação da validação das atividades complementares junto ao conselho do departamento e em casos de dúvidas procurar o professor responsável pelas atividades complementares.

Parágrafo Único- A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

CAPÍTULO 4 DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 10 – Na avaliação das atividades complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I – a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o regimento, e os objetivos do curso;

II – o total de horas dedicadas à atividade, observando o valor máximo estabelecido para cada uma das atividades desenvolvidas pelo aluno;

Parágrafo Único – Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 11 – Poderão ser validadas como atividades complementares:

I – Participação presencial (ouvinte) em Seminários de Apresentação de Projetos de Pesquisa do TCC e TCC – cada duas apresentações contam uma hora, sendo o mínimo obrigatório de 10 (dez) horas e máximo até 20 (vinte) horas;

II – Participação presencial (ouvinte) em evento acadêmico-científico institucional promovido pelo Departamento – mínimo obrigatório de dois eventos, aproveitamento máximo de 60 (sessenta) horas;

III – Participação presencial (ouvinte) em outros eventos acadêmico-científicos oferecidos pela Instituição ou por outras instituições de ensino ou de formação continuada da SEMED e SEDUC e escolas da rede municipal e estadual de educação – participação opcional, máximo de aproveitamento de 40 (quarenta) horas;

IV – Participação em Programas Institucionais como PIBID, PIBIC, Monitoria, Extensão ou Pesquisa – como bolsista, aproveitamento de até 40 (quarenta) horas e como voluntário, aproveitamento máximo de até 100 (cem) horas;

V – Participação em estágio não obrigatório (como voluntário) desde que tenha projeto devidamente reconhecido em ata de reunião do CONDEP em acordo com as normas vigentes – aproveitamento máximo de até 80 (oitenta) horas;

VI – Comunicação oral de trabalho (artigo científico) em evento científico local, regional, nacional ou internacional – cada publicação conta-se 10 (dez) horas sendo o aproveitamento máximo para essa atividade de até 100 (cem) horas;

VII – Publicação de banners e/ou resumos em evento científico local, regional, nacional ou internacional – cada publicação conta-se 5 (cinco) horas, com aproveitamento máximo de até 30 (trinta) horas;

VIII – Participação presencial como membro da comissão organizadora em evento científico promovido pelo NDE, DCHS e grupos de pesquisa vinculados ao Departamento participação por evento conta-se 15 (quinze) horas, com aproveitamento máximo de até 60 (sessenta) horas;

IX – Participação em cursos na modalidade EAD – estudos à distância – aproveitamento de até 20 (vinte) horas;

X – Participação em cursos e/ou minicursos na modalidade presencial com aproveitamento de até 40 (quarenta) horas;

XI – Participação como membro discente do conselho do departamento com aproveitamento de até 20 (vinte) horas, sendo computado 10 (dez) horas por ano de participação;

CAPÍTULO 5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 – Os casos omissos nesse regimento serão tratados pelo NDE em conjunto com o Conselho do Departamento (CONDEP).

Art. 13 – Todos os dispositivos deste regimento emanam das diretrizes reguladoras das resoluções CNE/CP, do MEC.

Art. 14 – Estão sujeitos ao cumprimento das atividades complementares todos os alunos matriculados no curso, como condição para colação de grau e conclusão do curso.

Art. 15 – Esse regimento entra em vigor na data de aprovação nos conselhos superiores da Universidade, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Ji-Paraná, 25 de março de 2018.

APÊNDICE B

REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O regimento tem como objetivo normatização das atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Departamento de Ciências Humanas e Sociais – DCHS da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Ji-Paraná.

Art. 2º - O TCC previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso é requisito indispensável, compreendendo um estudo ou pesquisa individual em qualquer tópico de seus conteúdos básicos e específicos, sendo realizado sob orientação e acompanhamento na forma definida por este regimento e Planos de Ensino das disciplinas que o desenvolvem.

Parágrafo único – O TCC é condição para conclusão do curso e somente poderá apresentá-lo o acadêmico (a) que tiver integralizado os semestres anteriores no qual está inserido o componente curricular Pesquisa em Educação II – TCC.

**CAPÍTULO II
CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS**

Art. 3º - O TCC constitui-se em uma atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, ao curso de graduação e à realidade social em suas diferentes expressões, desenvolvida mediante orientação e avaliação docente, cuja exigência é requisito essencial e obrigatório para a finalização do curso.

Art. 4º - O TCC será desenvolvido por meio de disciplina obrigatória denominada Pesquisa em Educação II - TCC.

§ 1º A aprovação nas disciplinas de Metodologia Científica e Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa são pré-requisitos para a matrícula na disciplina de Pesquisa em Educação II – TCC.

§ 2º O TCC consiste na elaboração de trabalho acadêmico escrito, nas modalidades: produto educacional, artigo científico e monografia.

Art. 5º - A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para área de conhecimento, sistematização e aprofundamento do tema abordado.

Art. 6º - O TCC deverá propiciar aos acadêmicos (as) do Curso de Pedagogia:
I – Possibilitar o conhecimento teórico-prático dos elementos constitutivos e as diferentes fases de uma pesquisa científica aplicada à Educação;

- II – Oportunizar a articulação das experiências vivenciadas ao longo do curso, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como nos estágios, numa perspectiva teórico-prática que sintetize a sua formação profissional sob orientação de um docente;
- III – Promover o desenvolvimento de habilidades de leitura, da escrita e da oralidade necessárias ao exercício da docência;
- IV – Realizar o aprofundamento bibliográfico sobre uma determinada temática da Educação e suas variáveis.

CAPÍTULO III

DOS COMPONENTES CURRICULARES DE DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 7º - Os componentes curriculares de desenvolvimento do TCC – Trabalho de Conclusão do Curso são as disciplinas de 1) Metodologia Científica, 2) Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa e, 3) Pesquisa em Educação II – TCC.

Art. 8º - A organização e o acompanhamento das atividades concernentes a Pesquisa em Educação I e II serão efetuados por dois coordenadores, sendo um para cada componente, em conjunto com docentes que atuarão no processo de orientação.

Art. 9º - Na disciplina de Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa, o acadêmico (a) deverá, em consonância com o professor (a) orientador (a), apresentar o projeto de pesquisa, desenvolvido no 6º semestre do curso, para apreciação de uma banca examinadora.

Parágrafo Único – As apresentações dos Projetos de Pesquisa realizar-se-ão em defesa pública, em uma Jornada de Estudos e Pesquisa em Educação com presença obrigatória para todos os alunos matriculados na disciplina.

Art. 10 - Na disciplina de Pesquisa em Educação II - TCC, o acadêmico apresentará seu trabalho, que poderá ser:

I – **Produto educacional**, conforme as exigências da área de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Os produtos educacionais devem ser elaborados a partir do diálogo com estudos divulgados por especialistas e estudiosos, tendo como referencial teórico as potencialidades que a literatura da área indica como argumentos favoráveis à sua inserção no ensino, aproximando, a produção acadêmica da prática docente.

II – **Artigo científico**, conforme normas atualizadas da ABNT. O artigo científico é a apresentação sintética, em forma de relatório escrito, dos resultados de investigações ou estudos realizados a respeito de uma questão. O objetivo fundamental de um artigo é o de ser um meio rápido e sucinto de divulgar e tornar conhecidos, através de sua publicação em periódicos especializados.

III – **Monografia**, conforme normas atualizadas da ABNT. A monografia consiste em um trabalho original, que pode ser uma revisão crítica da literatura, um relato de experiência ou intervenção profissional, ou ainda uma pesquisa.

CAPÍTULO IV

DOS PROFESSORES COORDENADORES

Art. 11 - Aos professores coordenadores compete:

I – Proporcionar aprofundamento na orientação básica e metodológica da construção de Projeto de Pesquisa e TCC, bem como normas para elaboração de trabalhos acadêmicos;

II – Sugerir e encaminhar os estudantes aos respectivos professores-orientadores para a fase de elaboração e apresentação oral do Projeto e do TCC;

III – Organizar e orientar as medidas necessárias para a divulgação, organização e o cumprimento das sessões de apresentação e defesa do Projeto e do TCC;

IV – Convocar, sempre que necessário, reuniões pedagógicas com os professores-orientadores ou alunos matriculados na disciplina;

V – Providenciar os registros necessários e encaminhar para o devido arquivamento no DCHS: Cartas de Aceite dos professores-orientadores, dos Projetos de Pesquisa e do TCC e das Atas das sessões de apresentação oral do Projeto de Pesquisa e do TCC e lançar as notas das disciplinas no sistema;

VI – Divulgar e convidar a comunidade acadêmica para as sessões de Apresentação Oral do Projeto de Pesquisa e do TCC.

VII – Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regimento.

CAPÍTULO V

DOS PROFESSORES ORIENTADORES E COORIENTADORES

Art. 12 - O Projeto de Pesquisa do TCC e o próprio TCC serão desenvolvidos sob a orientação de um professor pertencente, preferencialmente ao corpo docente da UNIR.

Art. 13 - A escolha do professor-orientador será feita pelo aluno por meio de convite por escrito e homologado posteriormente pelo Departamento em caso de aceite por parte do professor-orientador, conforme Apêndice A.

Art. 14 - Levando em consideração a área de interesse e a distribuição equitativa de alunos-orientandos, sugere-se que cada professor oriente até 06 (seis) alunos por semestre.

Art. 15 - Aos professores Orientadores e/ou Co-orientadores compete:

I – Orientar e acompanhar o estudante ao longo da elaboração do Projeto de Pesquisa e do Trabalho de Conclusão do Curso;

II – Atender periódica e regularmente seus alunos-orientandos e fazer registro digital por meio de correspondência eletrônica (Apêndice B);

III – Proporcionar a orientação metodológica necessária à elaboração do Projeto de pesquisa e do TCC;

IV – Cumprir o calendário divulgado pelos coordenadores das respectivas disciplinas, em tempo hábil e fazer os registros necessários: Cartas de Aceite dos professores-orientadores, dos Projetos de Pesquisa e do TCC e cópia das Atas das sessões de apresentação oral do Projeto de Pesquisa e do TCC sob sua orientação.

V - Avaliar e aprovar o Projeto de Pesquisa do TCC, bem como o TCC a ser apresentado por seu aluno-orientando à Banca Examinadora;

VI – Participar das Bancas Examinadoras para as quais estiver designado;

VII – Frequentar, quando possível, as reuniões convocadas pelos professores das disciplinas de desenvolvimento do TCC;

VII – Informar ao professor/a do componente curricular, por escrito, os alunos-orientandos não concluintes;

IX – Tomar, no âmbito de suas competências, e quando necessário em conjunto com os coordenadores das disciplinas, todas as medidas necessárias para cumprir e fazer cumprir este Regimento.

X – Informar, até trinta dias antes do encerramento da disciplina, quais orientandos, estão aptos para as apresentações tanto do projeto de pesquisa quanto do TCC.

Art. 16 - A mudança ou substituição de professor-orientador poderá efetuar-se com a manifestação e justificativa do aluno ou do professor-orientador, por escrito, conforme o caso, direcionada aos coordenadores das disciplinas, e havendo algum recurso de uma

das partes, deverá ser encaminhado ao Conselho de Departamento – CONDEP Pedagogia

Art. 17 – A responsabilidade pelo desenvolvimento do Projeto de Pesquisa do TCC e do próprio TCC é do aluno e do seu orientador.

Art. 18 – Pode o aluno, em fase de desenvolvimento do TCC, contar com a colaboração de docente externo que faça parte ou não do quadro de servidores da UNIR, atuando como co-orientador, desde que com a devida aprovação expressa de seu professor-orientador.

§ 1º - Cabe ao co-orientador oficializar o aceite, devendo constar seu nome nos documentos entregues pelo aluno.

§ 2º - No caso de profissional não pertencente ao quadro de servidores da UNIR, cabe declarar ainda atuar como co-orientador sem ônus para esta instituição, encaminhando via correspondência eletrônica ao e-mail do NDE (nde.ped.jipa@unir.br), termo de compromisso por escrito ao CONDEP – Pedagogia, conforme Apêndice C.

CAPÍTULO VI DOS ACADÊMICOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 19 - É considerado aluno em fase de realização do TCC todo aquele regularmente matriculado em um dos componentes curriculares de desenvolvimento do TCC.

Art. 20 – O aluno em fase de realização do TCC tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- I – Entregar, ao Coordenador do TCC a Carta de Aceite assinada (APÊNDICE A);
- II – Frequentar as reuniões e encontros de orientação estabelecidas em conjunto com o seu professor-orientador/a;
- III – Frequentar a carga horária teórica das disciplinas de Pesquisa em Educação I e II;
- IV – Cumprir o calendário divulgado pelo Coordenador do TCC e professores orientadores e/ou co-orientadores para a entrega da Carta de Aceite, do Projeto de Pesquisa do TCC e do próprio TCC, além dos documentos expressos neste Regimento;
- V – Elaborar o Projeto de Pesquisa e o TCC em conformidade com o presente Regimento, respeitando as instruções de seu professor-orientador;
- VI – Agendar, em acordo com o docente orientador a qualificação do Projeto de Pesquisa e defesa de TCC, nomeando os membros da Banca Examinadora, com antecedência de 30 (trinta) dias; (Apêndice D)
- VII – Comparecer em dia, hora e local conforme agendado para apresentar oralmente seu Projeto de Pesquisa do TCC e a versão final do seu TCC perante Banca Examinadora;
- VIII – Cumprir este Regimento.

CAPÍTULO VII DO PROJETO DE PESQUISA DO TCC E DO TCC

Art. 21 - O Projeto de Pesquisa do TCC consiste no documento que apresenta o plano previamente estabelecido para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. Refere-se a etapa de planejamento e descrição da estrutura da investigação a ser desenvolvida. O TCC consiste no documento que comunica os resultados da investigação realizada sob a orientação de um professor-orientador e/ou co-orientador, devendo expressar conhecimento científico sobre o(s) assunto(s) escolhido(s), e ser publicado sob uma das formas citadas no Art. 10.

Art. 22 - A estrutura formal do Projeto de Pesquisa do TCC deve seguir os critérios

técnicos adotados no plano de ensino da disciplina de Pesquisa em Educação I. O formato do texto do TCC seguirá as normas estabelecidas de acordo com Manual de Normas Técnicas disponibilizado no *site* do Departamento.

Art. 23 - O objetivo do Projeto de Pesquisa do TCC é direcionar os procedimentos da investigação científica.

Art. 24 - O Projeto de Pesquisa do TCC deve ser elaborado individualmente pelo aluno em conformidade com este Regimento e consoante as orientações do seu professor-orientador e/ou co-orientador.

Parágrafo Único – Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do Projeto de Pesquisa do TCC são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizado do professor-orientador.

Art. 25 - O Projeto de Pesquisa do TCC deve ser exposto pelo aluno em apresentação oral e pública perante Banca Examinadora presidida por seu professor-orientador e completada por mais 02 (dois) outros membros, definidos pelo Professor Orientador em conjunto com seu orientando, sendo, preferencialmente que os docentes membros tenham identidade com o tema abordado.

§ 1º - Cabe ao professor-orientador a avaliação e aprovação prévia do Projeto de Pesquisa do TCC a ser apresentado por seu aluno-orientando à Banca Examinadora.

§ 2º - Para apreciação por parte da Banca Examinadora o aluno deve encaminhar com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias 01 (uma) cópia impressa/digital para cada membro da banca.

§ 3º – A avaliação do Projeto de Pesquisa será a média aritmética das 04 (quatro) notas atribuídas, sendo as 03 (três) notas dos membros da banca examinadora e a nota atribuída pelo coordenador da disciplina de Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa.

§ 4º - Após a confirmação de encaminhamento de cópia do Projeto aos membros da Banca Examinadora, o professor orientador deve divulgar a composição da referida Banca, horário e local destinado à apresentação do respectivo projeto.

Art. 26 - A apresentação oral e pública do TCC perante Banca Examinadora, será presidida por seu professor-orientador e composta por 02 (dois) outros membros, está condicionada aos seguintes requisitos:

I – Aprovação nas disciplinas de Metodologia Científica e Pesquisa em Educação I;

II – O aluno-autor do TCC deve estar devidamente matriculado na componente curricular de Pesquisa em Educação II -TCC;

III – Avaliação e aprovação prévia do TCC por parte do professor-orientador antes de seu encaminhamento à Banca Examinadora;

IV – Para apreciação por parte da Banca Examinadora o aluno deve encaminhar ao professor-orientador e a cada membro da banca, com pelo menos 15 (quinze) dias antes da data prevista para sua apresentação, que deve ocorrer conforme prazo previsto no Calendário Acadêmico do semestre letivo: 01 (uma) cópia conforme determinado pelo professor orientador;

Parágrafo Único: Após a confirmação de encaminhamento de cópia do TCC desenvolvido pelo aluno aos membros da Banca Examinadora, o professor orientador deve divulgar a composição da referida Banca, horário e local destinado à apresentação e defesa.

Art. 27 - Após aprovação do TCC pela Banca Examinadora, cabe ao professor-orientador a análise e o encaminhamento por parte do seu aluno-orientando das recomendações suscitadas pela mesma na versão definitiva.

Parágrafo Único - O aluno deverá depositar, no repositório institucional (RIUNIR), do sistema de bibliotecas (ANEXO A), a versão definitiva do TCC em até 20 (trinta) dias após

a data da sua apresentação perante Banca Examinadora.

CAPÍTULO VIII DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 28 – Os membros das Bancas Examinadoras não precisam ser necessariamente os mesmos nas duas disciplinas, ficando a cargo do professor-orientador a articulação da formação das referidas bancas, em conjunto com os coordenadores das disciplinas. Pode-se convidar avaliadores externos com conhecimentos relevantes na área do estudo (gestores educacionais, militantes e dirigentes de movimentos sociais, ONG's, entre outros), considerando que pelo menos um deles tenha titulação maior que graduação.

Art. 29 – Havendo possibilidade técnica poderá um membro da banca participar via teleconferência ou outro dispositivo EAD, desde que apresente antecipadamente, por escrito, o seu parecer ao orientador sobre o projeto e/ou TCC.

Parágrafo Único: Não havendo possibilidade de composição da Banca Examinadora ou verificada a ausência justificada do aluno ou membro da Banca Examinadora em conformidade com a Normatização Acadêmica da UNIR, será designada nova data para a defesa, durante o mesmo semestre letivo, preferencialmente sem substituição dos membros.

CAPÍTULO IX DAS SESSÕES DE APRESENTAÇÃO ORAL

Art. 30 – As sessões de apresentação do Projeto de Pesquisa e do TCC são orais e públicas.

Parágrafo Único - Os alunos terão de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) minutos para apresentar seu trabalho e os membros da Banca Examinadora até 10 (dez) minutos cada um para fazer suas considerações, dispondo ainda o discente de mais 10 (dez) minutos para responder aos examinadores.

Art. 31 – Após o encerramento das sessões de defesa do Projeto de Pesquisa e do TCC, dar-se-á a atribuição das notas por parte da Banca Examinadora, conforme Ficha de Avaliação (Apêndice E e F), sem a presença do/a aluno/a.

Parágrafo Único - Para ser aprovado, o aluno deve alcançar a nota mínima determinada pela Normatização Acadêmica vigente na UNIR.

Art. 32 – A avaliação final será registrada em Ata devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo aluno. Serão cinco vias, para ser entregue aos coordenadores das respectivas disciplinas, aos avaliadores da banca e ao aluno/a.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 – O aluno que deixar de entregar o Projeto de Pesquisa ou o TCC, ou não se apresentar para a defesa oral dos mesmos, sem motivo justificado em conformidade com a Normatização Acadêmica da UNIR, estará automaticamente reprovado.

Art. 34 – Não há recuperação das notas atribuídas ao Projeto de Pesquisa do TCC e ao TCC, sendo a reprovação, nos casos em que houver, definitiva no semestre.

Art. 35 - A nota do TCC será lançada após a entrega da versão final com as devidas correções solicitadas pela Banca. O aluno terá no máximo vinte dias de prazo após a realização da defesa.

Art. 36 - O trabalho que comprovadamente apresentar cópia, plágio, citações copiadas

sem o devido reconhecimento, acarretará em reprovação automática e outras penalidades cabíveis na forma da lei ao aluno que se poderá, se for o caso, apresentar novo relatório no semestre seguinte.

Art. 37 – Os Projetos e TCC's de alunos com deficiência terão acompanhamento de um profissional habilitado, para auxiliar, conforme a especificidade do caso, durante a escrita do trabalho bem como a sua apresentação: intérprete de libras para surdos ou outro suporte.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38º – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelos coordenadores dos componentes curriculares, cabendo recurso ao CONDEP/Pedagogia.

Art. 39º – Este regimento entra em vigor na data de aprovação do Projeto Pedagógico do Curso do qual faz parte após apreciação e aprovação conforme aprovação nos Conselhos Superiores da UNIR.

Ji-Paraná – RO, 25 de março de 2018.

TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DO TCC

Declaro para os devidos fins que aceito orientar o acadêmico _____ em relação ao seu Trabalho de Conclusão de Curso. A orientação se dará de acordo com o Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso .

Nome do Orientador: _____

Título provisório do TCC: _____

Data de entrega da ficha de orientação: ____/____/____

Data prevista de entrega (Projeto): ____/____/____

Assinatura do Professor Orientador

Assinatura do Discente

Assinatura do Coordenador do Componente Curricular

Documento assinado em três vias (Coordenador, Orientador e Acadêmico)

RELATÓRIO DE REGISTRO DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL DO TCC

Orientando:
Orientador:
Data da Orientação:
Aspectos abordados na orientação:
Solicitação para próxima orientação em ____/____/____
Bibliografia indicada:
Observações Gerais:

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CO-ORIENTAÇÃO DE TCC

Venho, respeitosamente e em comum acordo com meu orientador, solicitar a aprovação do Professor _____ para co-orientar meu Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em Pedagogia. O pedido justifica-se pela experiência do Professor _____ na temática do trabalho, conforme certificado pelo currículo lattes (incluir link do currículo lattes). O co-orientador isenta a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, de qualquer pagamento de pró-labore pelos serviços prestados ao acadêmico, ficando a co-orientação restrita a certificação e publicações realizadas pelo acadêmico (a) e orientador (a).

Agradeço desde já.

Nome e Assinatura do Acadêmico (a)

Nome e Assinatura do Orientador (a)

Nome e Assinatura do Co-orientador (a)

FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DO PROJETO DE TCC

Acadêmico (a): _____

Título do TCC: _____

Nome do Avaliador (a): _____

Quanto ao Trabalho Escrito	Valor do item	Nota atribuída
Estrutura e organização dos elementos pré-textuais e pós-textuais	10	
Fundamentação do Tema	10	
Coerência dos objetivos	10	
Justificativa	10	
Metodologia	10	
Pertinência das referências bibliográficas com o assunto desenvolvido	10	
Obediência às normas técnicas	10	
Média Parcial		
Quanto a Apresentação Oral e Arguição	Valor do Item	Nota atribuída
Clareza na exposição	10	
Postura ética	10	
Domínio conceitual	10	
Média Parcial		
Nota Final		
Observações:		

Assinatura do Avaliador (a)

FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DO TCC

Acadêmico (a): _____

Título do TCC: _____

Nome do Avaliador (a): _____

Quanto ao Trabalho Escrito	Valor do item	Nota atribuída
Estrutura e organização dos elementos pré-textuais	10	
Fundamentação do Tema	10	
Coerência dos objetivos	10	
Resultados e Conclusões	20	
Pertinência das referências bibliográficas com o assunto desenvolvido	10	
Obediência às normas técnicas	10	
Média Parcial		
Quanto a Apresentação Oral e Arguição	Valor do Item	Nota atribuída
Clareza na exposição	10	
Postura ética	10	
Domínio conceitual	10	
Média Parcial		
Nota Final		
Observações:		

Assinatura do Avaliador (a)

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E TERMO DE AUTORIZAÇÃO PÚBLICO DIGITAL

Autor _____ (a)

*:

Título _____ do

Documento: _____

CPF: _____ E-

mail: _____ Fone: _____

Vínculo _____ com _____ a

UNIR: _____ Departamento: _____

Tipo do documento: () Tese; () Dissertação; () Artigo de Periódico; () TCC; () Livro; ()

Capítulo de Livro; () Outros. Especifique:

Se Tese ou Dissertação informar Programa de Pós-Graduação:

Disponibilização do trabalho completo: Imediato () Daqui a um ano** ()

Ocasionará registro de patente? Sim () Não ()

Divulgação do e-mail do autor para usuário: Sim () Não ()

**Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.*

***Em caso de restrição de um ano, esta poderá ser mantida mediante justificativa do Coordenador do Programa ou Departamento.*

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Rondônia/UNIR os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdos do documento entregue.
- Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a UNIR, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PÚBLICO DIGITAL

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, em consonância com a Lei Nº 9610/98 autorizo o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Rondônia a disponibilizar a obra no Repositório Institucional gratuitamente, de acordo com a licença publica *Creative Commons* Licença 4.0 Internacional por mim declarada sob as seguintes condições.

Permite uso comercial de sua obra?

() Sim () não

Permitir alterações em sua obra?

() sim

() sim contando que outros compartilhem pela mesma licença

() não

A obra continua protegida por Direitos Autorais e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

_____ _/___/___

Local
autorais

data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos

APÊNDICE C

REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado visa a qualificação do/a pedagogo para atuação em ambientes escolares e para além dele. É atividade teórico-prática de inserção e imersão na realidade educativa em vista da formação integral, com ênfase na formação de professores/as. No curso de Pedagogia, totalizam 400h, organizados da seguinte maneira: Educação Inclusiva, 80h; Educação Infantil e Gestão e Escolar, 120h; Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Primeiro segmento de EJA e Gestão Escolar, 120h; Espaços Não Escolares, 80h. Contará com um/a coordenador geral do DCHS, indicado pelo Condep, professores orientadores responsáveis pelo componente curricular, além do preceptor/a da Instituição receptora.

Pré-requisitos dos discentes para a matrícula no componente curricular de Estágio supervisionado:

Estágio supervisionado em **Educação Inclusiva**: educação inclusiva; libras; relações étnico-raciais; relações interpessoais; didática.

Estágio supervisionado em **Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA primeiro segmento e Gestão**: metodologia da língua portuguesa; metodologia do ensino de história, ciências, geografia, matemática, EJA, Gestão Escolar e Não Escolar.

Estágio supervisionado em **Educação Infantil**: metodologia do ensino em educação infantil I; brincar e educação; relações étnico-raciais.

Estágio supervisionado em **Espaços Não Escolares**: pedagogia não escolar; relações étnico-raciais; gênero, sexualidade e educação; relações interpessoais.

QUADRO 1: Estágios Supervisionados do Curso de Pedagogia

Distribuição Curricular	Carga Horária	Orientação e Supervisão	Estágio na Escola
Estágio supervisionado em educação infantil e gestão	120	20	100
Estágio supervisionado em educação nos anos iniciais, EJA e Gestão	120	20	100
Estágio supervisionado em	80	20	60

ANEXOS DA RESOLUÇÃO 539/CONSEA, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Educação Inclusiva			
Estágio supervisionado em espaço não-escolar	80	20	60
Total	400	80	320

REGIMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

**CAPÍTULO I
DA REGULAMENTAÇÃO**

Art. 1º O Estágio Supervisionado realizado pelo discente regularmente matriculado no Curso de Pedagogia/DCHS/UNIR, campus de Ji-Paraná está fundamentado nos marcos legais, a saber: resolução 454/CONSEA/2016 e resolução 02/CNE/2015.

§ 1º As nomenclaturas utilizadas, segundo a Resolução 454/2016 relacionadas a atividade do estágio supervisionado na Unir são: Convênio - para Termo de cooperação técnica ou contrato a fim de firmar o Estágio entre as partes envolvidas; Professor Orientador – para docente da UNIR, responsável pelo acompanhamento teórico prático do estágio; Supervisor/Preceptor – profissional da Instituição Concedente, com experiência na área no qual o acadêmico irá realizar o estágio e que tem a função de acompanhar o estagiário no desenvolvimento prático, incluindo participação na avaliação deste; – Instituição que receberá os discentes da UNIR/DCHS para a realização do Estágio mediante assinatura de Convênio; Termo de Compromisso – instrumento jurídico por meio do qual se estabelecem as condições da realização do estágio bem como a modalidade e o calendário de datas.

**CAPÍTULO II –
DA NATUREZA E OBJETIVOS**

Art. 2º Entende-se por Estágio Supervisionado as atividades realizadas pelo discente referentes à inserção em uma Instituição para observação e prática pedagógica, em vias de preparação para o exercício da profissão docente, podendo ocorrer em ambientes escolares e não escolares. Essas atividades são programadas, orientadas, acompanhadas e avaliadas *in loco* pelos professores orientadores, responsáveis pelo componente curricular.

§ 1º O/a ou os/as coordenadores de Estágio Supervisionado serão indicados pelo CONDEP e contarão com a supervisão do chefe do DCHS, podendo haver portaria específica, com prazo determinado, para tal função.

§ 2º O Estágio Supervisionado pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, mediante a assinatura de um termo de compromisso e um plano de atividades firmado pelo estagiário, pelo Professor Orientador e pelo Professor Supervisor da instituição que o receberá, conforme previsto na Resolução 454/Consea/2016. Consoante, a UNIR firmou o Convênio 06/2013/Seduc e buscaremos estabelecer convênios semelhantes com a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Ji-Paraná e outros municípios circunvizinhos bem como com Instituições compreendidas como Ambientes Não Escolares (ONG's, APAE, Centro Especializado do Autismo, Movimentos Sociais, entre outros).

§ 3º O Estágio Supervisionado não gera vínculo empregatício e será obrigatório. Do mesmo modo, o discente não receberá valor algum ou qualquer outra forma de pagamento pela sua realização e, no momento de sua matrícula, será informado sobre essa atividade a ser realizada a partir do quarto período letivo.

I - O Estágio Supervisionado obrigatório é componente curricular pertencente à estrutura curricular do Curso de Pedagogia, sendo requisito para aprovação e obtenção de diploma. É realizado em instituições de Educação Infantil para creche, pré-escola e gestão escolar;

em Escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e gestão, em Educação Especial (1º ao 5º ano do E. F.); e em Ambientes Não Escolares. Nesse último caso, compreendem-se espaços tais como: ambientes hospitalares, socioeducativos, cadeias públicas, asilos, ONG's, instituições ambientais, centro de autismo, movimentos sociais camponeses, urbanos e indígenas, associações comunitárias, empresas e instituições públicas as quais comportem o pedagogo, etc.

Art. 4º Durante o estágio, o discente deverá realizar a interpretação da realidade educacional do campo de estágio, estudar teorias concernentes ao campo de intervenção, a fim de desenvolver atividades relativas à docência e à gestão. Ao final do período do estágio, deverá produzir relatório de sua experiência, contendo a sua autoavaliação, segundo orientações do professor do componente curricular.

Art. 5º São objetivos do Estágio Supervisionado:

I – Inserir o/a estagiário/a na realidade educacional (local) e nos campos de atuação profissional do futuro pedagogo;

II – Favorecer a compreensão da relação teoria-prática educacional no atual contexto sócio-político-econômico;

III - Proporcionar momentos de reflexão profissional contextualizada por meio da vivência institucional, sistemática, intencional e acompanhada;

IV - Fornecer condições para que o discente possa demonstrar iniciativa, decisão, criatividade e compromisso frente a função do pedagogo;

V - Constituir um espaço de observação, participação, planejamento, execução e avaliação de atividades pedagógicas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental/EJA, na Educação Inclusiva, na Gestão Escolar e em Ambientes Não Escolares;

CAPÍTULO III

DOS PROFESSORES COORDENADORES

Art. 6º Caberá ao professor/a coordenador/a do Estágio:

I – Estar disponível para contribuir na busca de solução frente a impasses ou desafios que possam surgir com relação aos alunos e/ou instituições concedentes;

II - Fazer a mediação com a coordenação do curso e NDE referente a casos especiais de alunos, com a devida atenção aos discentes com deficiência, garantindo intérpretes de libras para surdos e apoio necessário para os demais casos;

III – responsabilizar-se pela celebração do termo de convênio entre a Unir e as Instituições Concedentes e o seu devido encaminhamento às devidas instâncias

Art. 7º Caberá ao Professor Orientador de Estágio:

I - Definir a forma de realização do Estágio, conforme a carga horária prevista na legislação e organizar planejamento junto à instituição concedente e à coordenação;

II - Elaborar o plano de ensino do Estágio e encaminhar ao NDE do Curso para a aprovação no início do semestre letivo;

III – Receber e avaliar o plano de atividades do discente;

IV – Receber o termo de compromisso do estagiário e anexá-lo ao plano de atividades no início do Estágio;

V - Estabelecer os critérios da distribuição dos estagiários no campo de Estágio;

VI - Acompanhar sistematicamente as atividades de Estágio por meio da orientação ao discente, com visitas, reuniões e encontros com as instituições parceiras conforme a necessidade;

VII - Decidir sobre a forma de registro das atividades de Estágio bem como sobre o tipo de registro final (relatório, artigo, projeto, documentário ou outro) a ser encaminhado pelo discente dentro dos prazos estabelecidos;

VIII – Apresentar um parecer sobre o desempenho do estagiário durante o período da realização das atividades na instituição.

CAPÍTULO IV

SÃO ATIBUIÇÕES DO PROFESSOR SUPERVISOR/PRECEPTOR

I – Realizar o acompanhamento das atividades de docência dos estagiários, evitando que os mesmos atuem em sala de aula, sem a presença do supervisor;

II – Indicar conteúdos específicos para o desenvolvimento das aulas, bem como auxiliar sobre a seleção de metodologias de ensino apropriadas;

III - Atestar a frequência dos estagiários no estágio de observação, assinando a *Ficha de acompanhamento da frequência do estágio de observação*, ao final de cada aula observada pelo estagiário;

IV – Atestar, com a sua assinatura, cada uma das atividades de participação declaradas pelo estagiário na *Ficha de acompanhamento do estágio de participação*;

V – Preencher a *Ficha de avaliação do estágio de regência*, logo após o término da aula ministrada pelo estagiário;

VI- Comunicar ao Professor Orientador do estágio qualquer ocorrência inadequada, faltas ou atitudes do estagiário que estejam em dissonância com as regras de conduta da Instituição.

CAPÍTULO V

SÃO OBRIGAÇÕES DO ALUNO ESTAGIÁRIO

I – Estar devidamente matriculado no curso e ter cumprido a carga horária total dos componentes obrigatórios concernentes ao estágio;

II – Cumprir com as regulamentações, prazos e horários estabelecidos pelo professor orientador ao que se refere a termos de compromisso, plano de ensino, relatório das atividades, desenvolvimento individual da docência e demais práticas pedagógicas;

III – Cumprir com a ética profissional nos espaços em que estiver atuando, bem como seguir as normas da Instituição Concedente durante o Estágio;

IV – Manter sigilo sobre as informações relativas às observações, dados e vivências no campo de Estágio, restringindo-se ao relatório acadêmico e ao seu orientador/a;

V – Assinar o termo de compromisso junto ao seu orientador e ao responsável pela Instituição Concedente;

VI – Comunicar com antecedência de, no mínimo, 24h, o seu professor orientador e o professor supervisor sobre possível impedimento de comparecimento à aula ou à prática pedagógica.

VII – Os registros fotográficos e/ou audiovisuais produzidos pelos estagiários deverão ser utilizadas somente para fins pedagógicos do componente curricular. Para publicação, de qualquer natureza, deverá haver termo de livre consentimento assinado pelos participantes.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 8º O acompanhamento das atividades realizadas pelo estagiário será de responsabilidade do Professor Orientador de Estágio, em diálogo com o Professor Supervisor, que procederá à orientação e avaliação contínua ao longo do estágio.

Parágrafo Único - O acompanhamento do Estágio Supervisionado será realizado durante os semestres letivos, sendo que cada Professor Orientador do Estágio definirá os mecanismos de orientação e avaliação. Este Professor deverá manter registros próprios de acompanhamento e participação dos estagiários nessa atividade, com fichas de avaliação. Os relatórios de estágio deverão ser arquivados sob guarda do DCHS em pasta específica (para averiguação Legal).

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º O Estágio Supervisionado obrigatório do Curso de Pedagogia terá uma carga horária de 400 horas, abrangendo: Educação Infantil em creche, pré-escola e Gestão; Anos iniciais do Ensino Fundamental, EJA e Gestão; Educação Especial e Espaços Não Escolares.

Art. 10 As atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado realizar-se-ão nos seguintes componentes curriculares:

I - Estágio Supervisionado na Docência na Educação Infantil (creche 0 a 3 anos e pré-escola) e Gestão.

II - Estágio Supervisionado na Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I e Gestão.

III - Estágio Supervisionado em Educação Especial

IV - Estágio Supervisionado em Espaços Não Escolares.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 11- O tempo de estágio para o estagiário não poderá exceder a 6h/dia e 30h semanais. A exceção para até 8h/dia e 40h semanais poderá ocorrer para alunos matriculados somente no componente curricular de Estágio Supervisionado.

Art 12 - Levar em consideração o calendário escolar da rede Básica de Ensino mediante assinatura do termo de minuta de convênio (modelo UNIR) entre a UNIR e a instituição concedente.

Art. 13 - A UNIR é responsável pelo seguro acidente para todos os acadêmicos e professores envolvidos no estágio. A documentação deverá ser enviada à Serca no início do semestre letivo, mediante matrícula/ vínculo formal.

Art. 14 - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

APÊNDICE D
MATRIZ CURRICULAR DE ADAPTAÇÃO – INGRESSANTES 2018

A turma ingressante em 2018, no segundo semestre, terá uma fase de transição. Os dois primeiros semestres serão compostos por disciplinas que tem equivalência entre os componentes da antiga e da nova matriz. No quadro abaixo apresentamos a matriz de transição, nela, aqueles escritos em cor preta pertencem à matriz nova e aqueles escritos em vermelho pertencem à antiga matriz.

MATRIZ CURRICULAR DE ADAPTAÇÃO – INGRESSANTES 2018

SEMESTRE	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.	CR	H.T	H.P
1º		Metodologia da Pesquisa Científica	80	04	60	20
		Metodologia da Prod. Acadêmica e Científica	80			
		Psicologia da Educação I	80	04	80	0
		Psicologia da Educação I	80			
		Sociologia da Educação I	80	04	80	0
		Sociologia	80			
		LIBRAS	80	04	60	20
		LIBRAS	80			
		História da Educação	80	04	60	20
		História da Educação	80			
			400	20	340	60
2º		Filosofia da Educação I	80	04	80	0
		Filosofia	80			
		Filosofia da Educação II	80	04	60	20
		Filosofia da Educação	80			
		Sociologia da Educação II	80	04	60	20
		Sociologia da Educação	80			
		Educação e Tecnologias	80	04	60	20
		Tecnologias aplicadas à Educação	80			
		Relações Interpessoais	40	02	20	20
		Relações Interpessoais	80			
			400	20	320	80
3º		Língua Portuguesa	80	04	80	0
		Didática	80	04	60	20
		Educação com Jovens e Adultos	80	04	60	20
		Psicologia da Educação II	80	04	60	20
		Educação, Gênero e Sexualidade	40	02	40	0
		Optativa	40	02	40	-
			400	20	340	60
4º		Metodologia do Ensino da Educação Infantil I	80	04	60	20

ANEXOS DA RESOLUÇÃO 539/CONSEA, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

		Metodologia do Ensino da Alfabetização I	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	80	04	60	20
		Educação Inclusiva	80	04	80	0
		Pedagogia não escolar	40	02	30	10
		Optativa	40	02	40	-
			400	20	330	70
5º		Estágio em Educação Inclusiva	80	04	-	80
		Metodologia do Ensino da Educação Infantil II	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino de Matemática	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino de Geografia	80	04	60	20
		Metodologia do Ensino da Alfabetização II	80	04	60	20
		Optativa	40	02	40	-
			440	22	280	160
6º		Estágio em Espaço não escolar	80	04	-	80
		Metodologia do Ensino de Ciências	80	04	60	20
		Pesquisa em Educação I – Projeto de Pesquisa	80	04	40	40
		Metodologia do Ensino de História	80	04	60	20
		Educação com Povos da Floresta	80	04	60	20
		Optativa	40	02	40	-
			440	22	260	180
7º		Estágio em Educação Infantil e Gestão	120	06	-	120
		Brincar e Educação	80	04	60	20
		Pedagogia e extensão	100	05	80	20
		Educação e Relações raciais	40	02	40	0
		Educação do Campo	40	02	25	15
		Optativa	40	02	40	-
			420	21	245	175
8º		Estágio nos Anos Iniciais, EJA e Gestão	120	06	-	120
		Gestão do Trabalho Escolar e não escolar	80	04	60	20
		Legislação Educacional	80	04	80	-
		Educação Ambiental	40	02	25	15
		Teorias do Currículo	40	02	40	0
		Optativa	40	02	40	-
			400	20	265	135
9º		Pesquisa em Educação II – TCC	80	04	20	60
		Políticas Públicas para Educação	40	02	40	0
		Políticas em Avaliação Educacional	40	02	20	20
		Optativa	40	02	40	-
		Optativa	40	02	40	-

